

DESIGUALDADE S.A.

Como o poder das grandes empresas divide o nosso mundo e a necessidade de uma nova era de ação pública



OXFAM

ÍNDICE

Agradecimentos	3
Prefácio - Bernie Sanders	5
Prefácio - Rokeya Rafique	6
Sumário Executivo	7
Capítulo 1: Uma Era Dourada de Divisão	16
1.1 Um mundo cruel para bilhões de pessoas	18
1.2 Um mundo maravilhoso para uns poucos lá de cima	20
1.3 Os lucros das empresas aumentam durante o período de crise	22
1.4 A relação entre o poder das grandes empresas e a riqueza extrema	23
Capítulo 2: Uma nova era de poder monopolista	25
2.1 Os monopólios alimentam a desigualdade	26
2.2 Ápice do poder monopolista	27
2.3 Big Pharma, Big Tech, Big Tudo	28
2.4 Dinheiro de monopólio	31
2.5 Aprendendo com o passado	31
2.6 Da democracia à plutocracia	32
Capítulo 3: Como o poder das grandes empresas alimenta a desigualdade	33
3.1 Recompensando os ricos, não os trabalhadores	34
3.2 Evitando pagar impostos	38
3.3 Privatizando os serviços públicos	41
3.4. Impulsionando o colapso climático	44
Capítulo 4: Rumo a uma economia para todos	47
4.1 Um aumento radical da igualdade deve ser a prioridade mais urgente da humanidade	48
4.2 Contendo o poder das grandes empresas: três passos práticos	49
4.3 Espaço para esperança	54
Notas	55

AGRADECIMENTOS

© Oxfam Internacional janeiro de 2024

Autores principais: Rebecca Riddell, Nabil Ahmed, Alex Maitland, Max Lawson e Anjela Taneja.

Autores colaboradores: Alex Bush, Alexandre Poidatz, Andrew Gogo, Anthony Kamande, Christian Hallum, Gustavo Ferroni, Henry Ushie, Inigo Macias Aymar, Jonas Gielfeldt, Lies Craeynest, Mariana Anton, Martin Brehm Christensen, Nafkote Dabi, Rachel Noble, Sunil Acharya, Susana Ruiz, Uwe Gneiting e Yaxkin Rodriguez.

Coordenação: Anjela Taneja.

A Oxfam agradece a contribuição de Ally Davies, Anna Marriott, Annie Thériault, Ashley Hart, Barbara Scottu, Dana Abed, Deepak Xavier, Ed Pomfret, Emma Seery, Enrique Naveda, Grazielle Custodio, Irene Guijt, Irit Tamir, Jane Garton, Joss Saunders, Juan Sebastian Pardo, Kira Boe, Lies Craeynest, Linda Odour Noah, Lucy Cowie, Mahmuda Sultana, Morgane Menichini, Robbie Silverman, Rod Goodbun, Ruth Mhlanga, Sandra Sánchez Migallón, Seán McTernan e Victoria Harnett.

Desenho gráfico de Nigel Willmott com apoio de Juliet Brunet para visualização de dados.

A Oxfam agradece a vários especialistas e organizações que generosamente deram sua contribuição: American Economic Liberties Project, Âurea Mouzinho, Balanced Economy Project, Christoph Lakner, Claire Godfrey, Daniel Gerszon Mahler, Danny Dorling, Erik Peinert, Grieve Chelwa, Michelle Meagher, Nicholas Shaxson, Nick Dearden, Nidhi Hegde, Niko Lusiani, Sarah Bradbury, Sofia del Valle, Nishant Yonzan e World Benchmarking Alliance.

Este documento foi escrito para informar o debate público sobre questões de desenvolvimento, desigualdades e políticas humanitárias. Para obter mais informações sobre as questões aqui levantadas, envie um e-mail para jefferson.nascimento@oxfam.org.br

Esta publicação é protegida por direitos autorais, mas o texto pode ser usado gratuitamente para fins de defesa de direitos, campanhas, educação e pesquisa, desde que a fonte seja citada na íntegra. A detentora dos direitos autorais solicita que qualquer uso lhe seja informado para fins de avaliação de impacto. Para reprodução em quaisquer outras circunstâncias, reutilização em outras publicações ou para tradução ou adaptação, deverá ser obtida permissão e poderá haver cobrança. Envie um e-mail para policyandpractice@oxfam.org.uk.

As informações contidas nesta publicação estão corretas no momento da impressão.

Publicado pela Oxfam GB para a Oxfam Internacional sob DOI: 10.12201/2024.000007

Oxfam GB, Oxfam House, John Smith Drive, Cowley, Oxford, OX4 2JY, Reino Unido.

Foto da capa: Trabalhadores do setor de vestuário protestam para exigir um aumento do salário-mínimo em Daca, Bangladesh, em 31 de outubro de 2023. © Kazi Salahuddin Razu/NurPhoto via Getty Images.

Página 7: Vista aérea de um barco de mergulho de luxo nas Ilhas Maldivas. Foto por Aleksei Permiakov/Getty Images.

Página 16: Paisagem urbana de Mumbai, em Maharashtra, Índia. Foto por Adrian Catalin Lazar/iStock Images.

Página 25: Mão segurando cordas de fantoche. Foto por Sveta Zi/iStock Images.

Página 33: Trabalhadora monta sapatos na fábrica de Lien Phat, na província de Binh Duong, Vietnã. Foto por Aaron Joel Santos Images/Shutterstock.

Página 47: No Reino Unido, milionários propondo uma solução para a desigualdade projetam as palavras "TAXEM A RIQUEZA NÃO O TRABALHO" no prédio do Bank of England. Foto por Milionários Patriotas UK.

Tradução para o português: Roberto Cataldo – Verso Tradutores

Edição da versão em português: Brief Comunicação

Revisão Geral: Jorge Cordeiro

Informe da Oxfam – janeiro de 2024

Desde 2020, os cinco homens mais ricos do mundo duplicaram suas fortunas. No mesmo período, quase cinco bilhões de pessoas em todo o planeta ficaram mais pobres. Privação e fome são uma realidade cotidiana para muita gente. No ritmo atual, serão necessários 230 anos para acabar com a pobreza, mas poderemos ter o nosso primeiro trilionário em 10 anos.

Uma imensa concentração do poder das grandes empresas e monopólios em nível global está exacerbando a desigualdade em toda a economia. Sete de cada dez das maiores empresas do mundo têm bilionários como CEOs ou

principais acionistas. Ao pressionar os trabalhadores, evitar o pagamento de impostos, privatizar o Estado e contribuir para o colapso climático, essas empresas estão impulsionando a desigualdade e agindo a serviço da entrega de cada vez mais patrimônio a seus donos, já ricos. Para acabar com a desigualdade extrema, os governos terão que redistribuir de forma radical o poder dos bilionários e das grandes empresas às pessoas comuns.

Um mundo mais igualitário é possível se os governos regularem e repensarem o setor privado de forma eficaz.



Paisagem de Pequim, China. Foto por Li Yang/Unsplash.



Todos os anos, a Oxfam faz um extraordinário trabalho ao destacar o rápido movimento em direção a uma oligarquia global, em que apenas um punhado de bilionários possui e controla uma parte importante da economia do mundo. E a cada ano, esse movimento fica mais intenso e mais obscuro.

Aqui está a dura realidade econômica que devemos enfrentar:

Nunca antes, na história da humanidade, tão poucos tiveram tanto.

Nunca antes, na história da humanidade, houve tanta desigualdade de renda e patrimônio.

Nunca houve concentrações tão grandes de propriedade.

Nunca se viu uma classe bilionária com tanto poder político.

E nunca se viu tanta ganância, arrogância e irresponsabilidade por parte da classe dominante.

Nos Estados Unidos, três pessoas possuem mais riqueza do que a metade mais pobre da sociedade, enquanto mais de 60% dos trabalhadores vivem com o salário contado. Apesar dos enormes aumentos na produtividade do trabalho e de uma explosão nas tecnologias, os salários reais médios no país são mais baixos hoje do que eram há 50 anos.

Mas, como salienta a Oxfam, esse certamente não é um problema apenas dos Estados Unidos. É um problema global. Desde 2020, embora quase cinco bilhões de pessoas em todo o mundo tenham sido levadas a uma pobreza ainda maior, os cinco homens mais ricos do planeta ficaram duas vezes mais ricos e valem agora mais de 800 bilhões de dólares. Mais de 800 bilhões de dólares em patrimônio – para apenas cinco indivíduos!

Enquanto milhões de pessoas em todo o mundo vivem na pobreza extrema, sem água potável, serviços de saúde adequados, moradia digna ou educação para os filhos, os bilionários do mundo aumentaram sua riqueza em mais de 3 trilhões de dólares só nos últimos três anos. Trilhões, com “t”.

Os bilionários ficam mais ricos, a classe trabalhadora passa por dificuldades e os pobres vivem em desespero. Esse é o estado lamentável da economia mundial.

Essa é a má notícia. Mas tem notícia boa. Graças a organizações como a Oxfam, cada vez mais pessoas em todo o mundo estão estabelecendo vínculos entre a dura realidade econômica das suas vidas e a natureza destrutiva do nosso sistema supercapitalista que recompensa a ganância e o lucro acima de qualquer outro valor humano.

Trabalhadores dos Estados Unidos e de todo o mundo deixam claro que já estão fartos de ser enganados e explorados. Eles não estão mais sentados, permitindo que grandes empresas obtenham lucros recorde enquanto eles ficam cada vez mais para trás. Estão reagindo, muitos deles obtendo aumentos substanciais de salários, benefícios e condições de trabalho.

Aqui está a verdade nua e crua: se nos unirmos em nossa humanidade comum, teremos diante de nós enormes oportunidades para criar uma vida melhor para todos.

Podemos garantir a saúde como um direito humano para todos os homens, mulheres e crianças. Podemos combater as mudanças climáticas, salvar o planeta e criar dezenas de milhões de empregos bem remunerados no setor de energia verde. Podemos usar os avanços da tecnologia e da produtividade dos trabalhadores para melhorar nossas vidas. Podemos eliminar a pobreza e aumentar a expectativa de vida.

Podemos fazer tudo isso e muito mais se estivermos preparados para unir as pessoas de baixa renda e os trabalhadores de todo o mundo na construção de um movimento internacional que enfrente a ganância e a ideologia da classe bilionária e nos leve a um mundo baseado na justiça econômica, social e ambiental.

Este relatório nos aproxima. Eu tenho muita admiração pela liderança da Oxfam no combate à oligarquia global e na criação de um mundo mais justo.

Bernie Sanders
Senador dos Estados Unidos



Tenho orgulho de estar à frente da Karmojibi Nari (KN), uma organização não governamental sem fins lucrativos, liderada por mulheres em Bangladesh. Trabalhando desde 1991, continuamos marchando na estrada para garantir os direitos, a dignidade, o poder e a autoridade das mulheres. Nossa missão é criar uma sociedade justa e igualitária, livre de exploração, privação e discriminação; uma sociedade em que trabalhadoras e trabalhadores e mulheres gozem de direitos, dignidade, poder e autoridade.

Atuamos para organizar minhas irmãs da classe trabalhadora na indústria do vestuário; lutamos pelos seus direitos, arriscando a vida por mais igualdade. O salário-mínimo para quem trabalha no setor têxtil em Bangladesh permanece o mesmo desde 2019: 8 mil takas por mês (73 dólares). Isso é apenas um terço de um salário digno. Enquanto isso, o custo de vida aumentou significativamente devido à inflação, com os preços dos alimentos subindo entre 21% e 50% entre 2022 e 2023.

Trabalhadoras e trabalhadores do setor do vestuário estão endividadas e têm de pedir dinheiro emprestado para satisfazer necessidades básicas como alimentação, medicamentos e transportes. Elas trabalham cerca de 11 horas por dia, seis dias por semana, raramente tendo acesso a licença de saúde remunerada, apesar de ser obrigatória por lei. Com frequência, trabalham noite adentro (e às vezes, a noite toda) para cumprir metas de produção inatingíveis. A questão da segurança é um medo de todas; ouvimos muito falar de mulheres feridas no trabalho, e muitas têm medo de incêndios em fábricas devido às saídas bloqueadas. Depois que 47 trabalhadores e trabalhadoras morreram em um incêndio em uma fábrica de roupas em Chittagong, em 2006, a Karmojibi Nari tem enfrentado essa questão como membro fundador do Fórum de Segurança dos Trabalhadores

(SNF). Nossa organização ocupou o secretariado do Fórum e manteve diálogos com a Associação de Exportação e Fabricantes de Vestuário de Bangladesh (BGMEA) e outros afetados e envolvidos com obrigações relacionadas ao tema.

Trabalhamos pela organização e a educação das mulheres da classe trabalhadora para que entendam seus direitos e lutem por eles, para que compreendam que fazem parte de um enorme sistema global que extrai riqueza do seu trabalho e procura explorar as mulheres nos países do Sul Global, como Bangladesh.

As peças de vestuário que elas costuram durante longas jornadas na fábrica são vendidas nos países ricos, muitas vezes por mais do que as trabalhadoras ganham em um mês. Esse dinheiro não vai para elas, e sim para os proprietários das fábricas, as distantes empresas de roupas e os seus acionistas, que são homens ricos de países ricos – alguns deles, bilionários. Esses bilionários têm mais dinheiro do que uma trabalhadora do setor do vestuário poderia ganhar em mil vidas. Quem poderia justificar tamanha riqueza construída sobre o sofrimento de minhas irmãs, que dão seu suor todos os dias?

Este relatório da Oxfam me mostrou, mais do que nunca, como essas grandes empresas e seus proprietários bilionários parecem ter cada vez mais poder, e que não teremos um mundo igualitário enquanto não enfrentarmos e superarmos esse poder.

As lutas da minha organização, dos sindicatos em Bangladesh e de muitas mulheres da classe trabalhadora do país estão ligadas a uma luta global com ativistas de todo o mundo, contra a desigualdade e o poder das grandes empresas. Juntas, devemos continuar a lutar, e juntas, acredito que venceremos.

Rokeya Rafique
Diretora-executiva, Karmojibi Nari (KN)



SUMÁRIO EXECUTIVO

UMA DÉCADA DE DIVISÃO



UMA DÉCADA DE DIVISÃO

→ Jeff Bezos é um dos homens mais ricos do mundo. Sua fortuna de 167,4 bilhões de dólares aumentou em 32,7 bilhões desde 2020.¹ Bezos foi ao espaço por 5,5 bilhões de dólares e agradeceu aos trabalhadores da Amazon por tornarem isso possível.² A empresa tem um histórico de ações para impedir a sindicalização dos trabalhadores.³

→ O reverendo Ryan Brown trabalha em um centro de distribuição da Amazon na Carolina do Norte, nos Estados Unidos.. Ele descreve o trabalho como sendo fisicamente pesado, monótono e exaustivo, com trabalhadores sujeitos ao racismo e à discriminação. Ele está envolvido em grupos de trabalho para lidar com questões de ambiente de trabalho a fim de combater o racismo e garantir um salário digno.⁴

→ Os trabalhadores que atuam no processamento de frutos do mar no Sudeste Asiático forneceram alimentos a supermercados como o Whole Foods, de propriedade da Amazon, e outros.⁵ Entre eles está Susi, que trabalhava em uma indústria de camarão. Ela disse: “Enquanto nós trabalhávamos, não havia intervalo de descanso. Eu não tinha permissão para beber água.”⁶

A fortuna dos cinco bilionários mais ricos do mundo mais do que dobrou desde o início desta década, enquanto 60% da humanidade ficou mais pobre.⁷ Durante anos, a Oxfam alertou sobre a desigualdade crescente e extrema. No momento em que entramos em 2024, há um perigo muito real de que esses extremos extraordinários se tornem o novo normal. Como este informe demonstra, o poder das grandes empresas e dos monopólios é uma máquina implacável de gerar desigualdades.

A década de 2020 oferece oportunidades para que líderes façam com que o nosso mundo avance em uma direção ousada, nova e mais justa. Isso ainda não aconteceu. Uma era de desigualdade crescente coincidiu com um estreitamento da imaginação econômica. Estamos atravessando o que parece ser o início de uma década de divisão: em apenas três anos, vivemos uma pandemia global, guerra, uma crise no custo de vida e o colapso climático. Cada crise ampliou o fosso – não tanto entre os ricos e as pessoas que vivem na pobreza, mas entre uns poucos membros de oligarquias e a grande maioria.



Trabalhadores fazendo campanha pela sindicalização na Filadélfia, Estados Unidos. Foto por Joe Piette/Flickr.

Este documento apresenta a escolha fundamental com que nos deparamos: uma nova era de supremacia bilionária controlada por monopolistas e financistas, ou um poder público transformador, baseado na equidade e na dignidade.

Quadro 1: A desigualdade em números

- Desde 2020 e do início desta década de divisão, os cinco homens mais ricos do mundo viram suas fortunas mais do que duplicar, enquanto quase cinco bilhões de pessoas viram seu patrimônio diminuir.⁸
- Se cada um dos cinco homens mais ricos gastasse um milhão de dólares por dia, eles levariam 476 anos para esgotar toda sua fortuna combinada.⁹
- Sete em cada dez das maiores empresas do mundo têm bilionários como CEOs ou principais acionistas.^{10, 11}
- Em termos globais, os homens possuem 105 trilhões de dólares em patrimônio a mais do que as mulheres – a diferença é equivalente a mais de quatro vezes a economia dos Estados Unidos.¹²
- O 1% mais rico do mundo tem 43% de todos os ativos financeiros globais.¹³
- O 1% mais rico do mundo emite tanta poluição de carbono que os dois terços mais pobres da humanidade.¹⁴
- Nos Estados Unidos, o patrimônio de uma família negra comum equivale a apenas 15,8% ao de uma família branca comum.¹⁵ No Brasil, em média, o rendimento dos brancos é mais de 70% superior à renda de pessoas negras.¹⁶
- Apenas 0,4% das mais de 1.600 maiores e mais influentes empresas do mundo se comprometeram publicamente com o pagamento de salários dignos a seus trabalhadores e apoiam isso em suas cadeias de valor.¹⁷
- Levaria 1.200 anos para uma trabalhadora do setor de saúde ganhar o que um CEO de uma das 100 maiores empresas da lista da Fortune ganha em média por ano.¹⁸

Um mundo cruel para muitos

Para a maioria das pessoas no mundo, o início desta década foi incrivelmente difícil. Quando este informe foi escrito, 4,8 bilhões de pessoas estavam mais pobres do que em 2019.¹⁹ Para aquelas mais pobres de todas, que são em sua maioria as mulheres, as populações discriminadas e minorizadas e os grupos marginalizados em todas as sociedades, a vida cotidiana se tornou ainda mais cruel. A desigualdade global – o fosso entre o Norte e o Sul do planeta – cresceu pela primeira vez em 25 anos.²⁰

Os preços estão aumentando mais do que os salários em todo o mundo,²¹ com centenas de milhões de pessoas vendo seus rendimentos comprarem menos todos os meses e suas perspectivas de um futuro melhor desaparecerem. O colapso climático, impulsionado pelos super-ricos, está aumentando dramaticamente a desigualdade global.²² Repetidamente, manifestações e greves de trabalhadores chegam às manchetes e ocupam as primeiras páginas.²³

Os governos não estão conseguindo se manter financeiramente diante da dívida crescente e do aumento dos custos de importação de combustíveis, alimentos e medicamentos. Entre agora e 2029, os países de renda baixa e média-baixa deverão pagar quase meio bilhão de dólares por dia em juros e dívidas, e terão de fazer grandes cortes de gastos para poder pagar os credores.²⁴ Esses cortes costumam ser sentidos de forma mais aguda pelas mulheres.²⁵

Um mundo maravilhoso para uns poucos

Nesse ínterim, o enorme aumento da riqueza extrema testemunhado desde 2020 veio para ficar. Os bilionários estão 3,3 trilhões de dólares – ou 34% – mais ricos do que no início desta década de crise, com um patrimônio que cresce três vezes mais rapidamente do que a inflação.²⁶

Essa riqueza está concentrada no Norte Global. Apenas 21% da humanidade vive nos países dessa parte do mundo, mas eles concentram 69% da riqueza privada e 74% da riqueza dos bilionários do planeta.²⁷ Os outros grandes vencedores nesse período de crise são as companhias globais. Para essas grandes empresas, assim como para os indivíduos super-ricos, as duas últimas décadas foram extraordinariamente lucrativas, e os últimos anos foram ainda melhores: as maiores empresas registraram um salto de 89% nos lucros em 2021 e 2022.²⁸ Novos dados mostram que 2023 deve bater todos os recordes como o ano mais lucrativo até agora. E 82%

desses lucros são usados para beneficiar os acionistas das empresas,²⁹ cuja maioria esmagadora está entre as pessoas mais ricas em cada sociedade.

A relação entre riqueza extrema e poder empresarial

O aumento acentuado da riqueza bilionária e o crescimento do poder de empresas e monopólios estão profundamente interligados. Os lucros das megacorporações são usados para beneficiar os acionistas, à custa de trabalhadores e pessoas comuns. Este informe revela como o poder empresarial e os monopólios fizeram explodir a desigualdade e como esse poder explora e amplia as disparidades de gênero, raça e etnia, bem como econômicas.

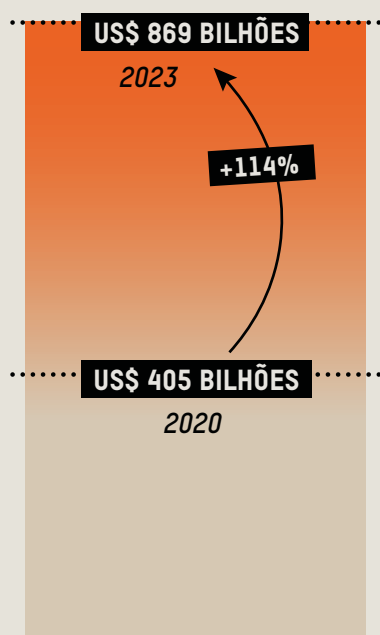
O relatório usa novos dados para demonstrar que as pessoas mais ricas não são apenas as maiores beneficiárias da economia global, mas também exercem sobre ela um controle significativo.

Uma nova pesquisa da Oxfam mostra quanto dos ativos financeiros do mundo pertencem ao 1% mais rico. Usando dados da Wealth X, descobrimos que o 1% mais rico possui 43% de todos os ativos financeiros globais.³⁰ No Oriente

Médio, essa parcela da população detém 48% da riqueza financeira; na Ásia, o 1% mais rico detém 50% da riqueza; e na Europa, o 1% mais rico detém 47% da riqueza.

Observando as 50 maiores empresas de capital aberto do mundo, os bilionários são os principais acionistas ou CEOs de 34% delas, com uma capitalização de mercado total de 13,3 trilhões de dólares.^{31, 32} Sete das dez maiores empresas cotadas em Bolsas de Valores pelo mundo têm bilionários como CEOs ou principais acionistas.³³ As ações com direito a voto de um acionista principal lhe dão poder de votar em quem será o diretor-executivo da empresa, ou Chief Executive Officer (CEO), e quem deve fazer parte do conselho de administração.

Os proprietários bilionários usam esse controle para garantir que o poder das empresas esteja em constante crescimento por meio do aumento da concentração do mercado e do monopólio, possibilitados pelos governos. Esse aumento do poder empresarial, por sua vez, visa proporcionar retornos cada vez maiores para eles, os acionistas, às custas de todos os outros.



OS CINCO HOMENS MAIS RICOS DO MUNDO MAIS QUE DOBRARAM SUA RIQUEZA DESDE 2020, ENQUANTO CINCO BILHÕES DE PESSOAS FICARAM MAIS POBRES.



UMA NOVA ERA DE MONOPÓLIO: O PODER EMPRESARIAL TURBINADO

Vivemos uma era de poder monopolista, que permite que as grandes empresas controlem mercados, definam os termos de troca e lucrem sem medo de perder negócios. Longe de ser um fenômeno abstrato, isso nos afeta de muitas maneiras: influenciam os salários que recebemos, os alimentos que comemos e podemos comprar, e os medicamentos a que temos acesso. Mais do que acidental, infelizmente esse poder foi entregue aos monopólios pelos nossos governos.

Setor após setor, o aumento da concentração de mercado pode ser observado em toda a parte. Globalmente, ao longo de duas décadas, 60 empresas farmacêuticas se fundiram em apenas dez gigantescas companhias globais, as chamadas “Big Pharma”, entre 1995 e 2015.³⁴ Duas empresas internacionais detêm agora mais de 40% do mercado global de sementes.³⁵ As grandes empresas de tecnologia, as “Big Techs,” dominam mercados: três quartos dos gastos globais com publicidade online são pagos à Meta, Alphabet e Amazon,³⁶ e mais de 90% das buscas por informação online são feitas no Google.³⁷ A agricultura se consolidou na África.³⁸ A Índia enfrenta uma “concentração industrial crescente”, principalmente por parte de suas cinco maiores empresas.³⁹

Os monopólios aumentam o poder das grandes empresas e dos seus proprietários, em detrimento de todos os outros. Organismos como o FMI concordam que o poder monopolista está crescendo e contribuindo para as desigualdades.⁴⁰ As margens de lucro médias das megacorporações dispararam nas últimas décadas,⁴¹ enquanto o poder de monopólio permitiu que grandes empresas, em muitos setores concentrados, se articulassem tacitamente para elevar os preços e assim aumentar suas margens, desde 2021,⁴² com os setores energético, alimentar e farmacêutico registrando enormes aumentos de preços.⁴³

As empresas de *private equity* (forma de investimento em empresas que não estão no mercado de ações), com apoio global de 5,8 trilhões de dólares em dinheiro de investidores desde 2009, usaram o acesso financeiro privilegiado para atuar como força monopolizadora em todos os setores.⁴⁴ ⁴⁵ Para além do setor de *private equity*, as “três grandes” gestoras de fundos de investimento, as chamadas “Big Three” – BlackRock, State Street e Vanguard – administram, juntas, cerca de 20 trilhões de dólares em ativos de pessoas, cerca de um quinto de todos os ativos sob algum tipo de gestão,⁴⁶ o que aprofundou o poder de monopólio.⁴⁷

**DAS 10
MAIORES CORPORAÇÕES
DO MUNDO,
SETE TÊM UM
BILIONÁRIO NO COMANDO.**

**O VALOR TOTAL
DESSAS EMPRESAS É
DE US\$ 10,2 TRILHÕES.**



Quatro maneiras pelas quais o poder das grandes empresas alimenta as desigualdades

A crescente monopolização turbinou o poder das empresas, que têm um objetivo principal, acima de todos os outros: aumentar os retornos para seus acionistas. Para maximizar esses retornos, as empresas usam seu poder visando impulsionar e consolidar ainda mais a desigualdade. Este informe analisa quatro maneiras em que isso acontece:

1. Recompensando os super-ricos, não os trabalhadores

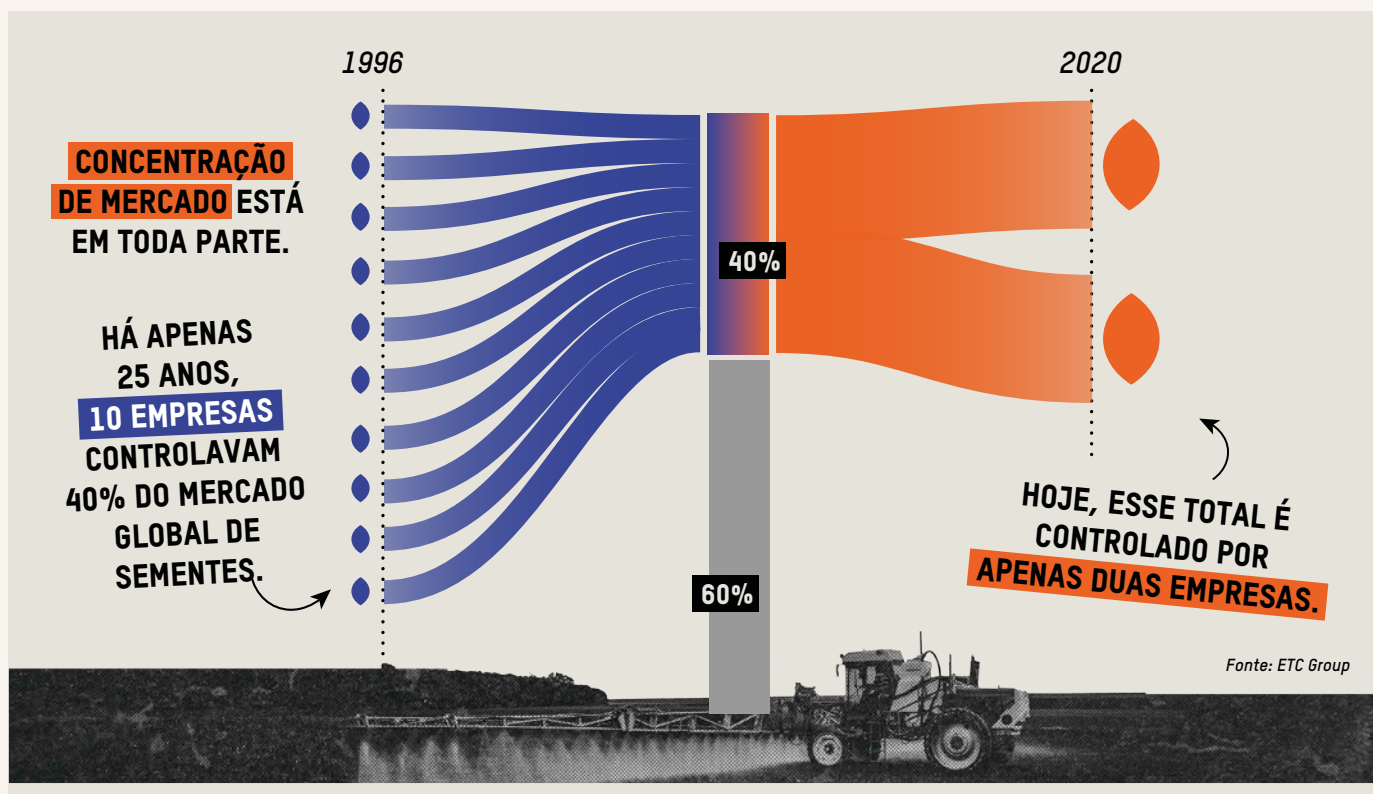
As grandes empresas impulsionam a desigualdade ao usar seu poder para forçar a redução de salários e direcionar os lucros para os super-ricos. Em 2022, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) alertou que o declínio histórico dos salários reais poderia aumentar a desigualdade e estimular a agitação social.⁴⁸ Nossa própria análise para este informe revela que 791 milhões de trabalhadores viram seus salários ficarem abaixo da inflação e, como resultado, perderam 1,5 trilhão de dólares nos últimos dois anos, o equivalente a quase um mês (25 dias) de salários perdidos por trabalhador.⁴⁹ As mulheres estão amplamente sobrerrepresentadas nos empregos mais mal pagos e precários⁵⁰ e, em 2019, ganharam apenas 51 centavos para

cada dólar de remuneração dos homens.⁵¹ As populações discriminadas e excluídas de direitos por raça e etnia enfrentam exploração nas cadeias de abastecimento,⁵² e as pessoas brancas se beneficiam desproporcionalmente dos lucros gerados pelas empresas.⁵³

Além disso, as grandes empresas usaram sua influência para se opor às leis e às políticas trabalhistas que poderiam beneficiar os trabalhadores, por exemplo, combatendo aos aumentos do salário mínimo,⁵⁴ defendendo reformas que prejudicam os direitos dos trabalhadores,⁵⁵ restringindo politicamente a sindicalização⁵⁶ e promovendo retrocessos nas leis sobre trabalho infantil.⁵⁷

2. Evitando o pagamento de impostos

As grandes empresas e seus ricos proprietários também fomentam a desigualdade ao travar uma guerra sustentada e altamente eficaz contra a tributação. A alíquota do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas caiu mais de 50% nos países da OCDE desde 1980.⁵⁸ O planejamento tributário agressivo, o uso abusivo de paraísos fiscais e os incentivos fiscais resultam em alíquotas muito mais baixas e, muitas vezes, próximas de zero.⁵⁹



Isso impulsiona a desigualdade de várias maneiras. Os ricos arcam com uma parcela desproporcionalmente mais alta dos impostos pagos pelas empresas, de forma que a redução desses tributos nas últimas décadas representou, na prática, outro corte de impostos para esses setores.⁶⁰ Também privou governos no mundo todo, mas principalmente no Sul Global, de trilhões de dólares em receitas que poderiam ser usadas para reduzir as desigualdades e acabar com a pobreza.⁶¹ Cada dólar de impostos não pago representa uma enfermeira que nunca será contratada ou uma escola que não pode ser construída.

3. Privatizando os serviços públicos

Em todo o mundo, o poder das grandes empresas está pressionando incessantemente o setor público, mercantilizando e segregando o acesso a serviços vitais, como educação, água e saúde, muitas vezes enquanto desfruta de enormes lucros bancados pelos contribuintes.⁶² Isso pode solapar a capacidade dos governos de fornecer serviços públicos universais e de alta qualidade que poderiam reduzir as desigualdades.⁶³

Os interesses em jogo são enormes. Os serviços essenciais movimentam trilhões de dólares e representam imensas oportunidades de geração de lucros e riqueza para acionistas já muito ricos. O Banco Mundial e outros atores envolvidos no financiamento do desenvolvimento deram prioridade à prestação de serviços privados, tratando os serviços básicos, na prática, como classes de ativos e usando

dinheiro público para garantir retornos às empresas em vez de direitos humanos.⁶⁴ As empresas de *private equity* estão comprando tudo, de sistemas de água a serviços de saúde e lares de idosos, em meio a uma cantilena sobre resultados fracos e até trágicos.⁶⁵

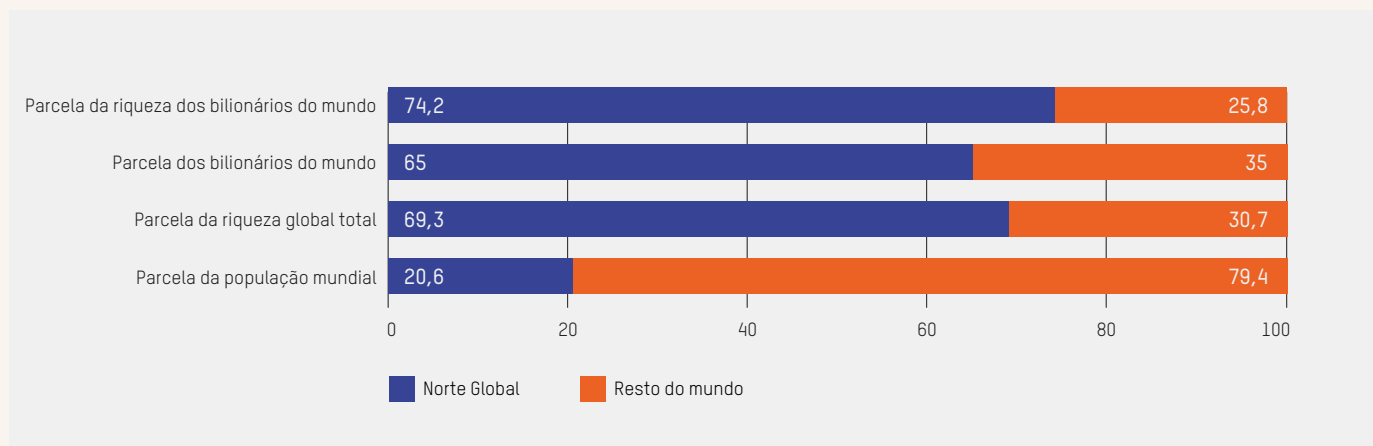
A privatização pode impulsionar e reforçar desigualdades em serviços públicos vitais, consolidando as disparidades entre ricos e pobres, excluindo e empobrecendo aqueles que não podem pagar, enquanto os que podem têm acesso a bons serviços de saúde e educação.⁶⁶ A privatização também pode gerar desigualdades com base em gênero,⁶⁷ raça⁶⁸ e casta. Por exemplo, a Oxfam constatou que os *dalits*, na Índia, são os que mais têm que lidar com preços elevados, fora do seu alcance, quando precisam de serviços privados de saúde,⁶⁹ além de sofrerem também com a exclusão financeira no ensino privado e discriminação explícita em ambos.⁷⁰

4. Contribuindo para o colapso climático

O poder das grandes empresas está contribuindo para o colapso climático que, por sua vez, gera grande sofrimento e exacerba as desigualdades, inclusive em termos de raça, classe e gênero.⁷¹ Muitos dos bilionários do mundo possuem, controlam, definem e lucram financeiramente com processos que emitem gases de efeito de estufa⁷² e, portanto, são beneficiados quando as empresas procuram bloquear os avanços a uma transição rápida e justa, negam e distorcem a verdade sobre as mudanças climáticas, e destroem quem se opõe à extração de combustíveis fósseis.⁷³

FIGURA: RICOS DO NORTE GLOBAL AINDA CONTROLAM O MUNDO

Concentração de riqueza no Norte Global comparada ao resto do mundo (%)



Fonte: Cálculos da Oxfam baseados nos dados da lista de bilionários da Forbes⁷⁴ e do relatório sobre Riqueza Global da UBS⁷⁵

NÃO PRECISA SER ASSIM: UMA ECONOMIA PARA TODAS AS PESSOAS É POSSÍVEL

O poder descontrolado das grandes empresas e a riqueza extrema descontrolada já foram contidos e restringidos no passado, e podem voltar a sê-lo. Este informe descreve formas concretas, comprovadas e práticas de fazer com que a economia funcione para todas as pessoas.

Estabelecer metas e planos para a redução radical e rápida da desigualdade

Há um amplo consenso de que a desigualdade está alta demais em quase todas as nações e em nível global.⁷⁶

Em 2023, alguns dos principais economistas do mundo, incluindo Jayati Ghosh e Thomas Piketty,⁷⁷ juntaram-se a

antigos funcionários da ONU, do FMI e do Banco Mundial para apelar pelo estabelecimento de metas claras de redução da desigualdade. A Oxfam apoia a ideia, proposta por Joseph Stiglitz,⁷⁸ de que cada país deve ter como objetivo uma situação em que a desigualdade seja reduzida a um nível em que os 40% mais pobres da população tenham aproximadamente a mesma renda dos 10% mais ricos, conhecido como índice Palma de 1.⁷⁹

Os governos mais ricos têm uma responsabilidade especial, dada a sua influência desproporcional na definição de regras e normas globais. O papel do G20, atualmente liderado pelo Brasil, e os esforços dos países do Sul Global na ONU, oferecem oportunidades vitais para uma ação multilateral voltada a combater a desigualdade nacional e global.



Mariam faz parte de uma cooperativa no Mali que produz fogueiras de cozinha melhoradas; essas fogueiras reduzem o desflorestamento e o tempo que as mulheres gastam coletando lenha. Foto por Diafara Traoré/Oxfam.

Controlar o poder das grandes empresas: três passos práticos

1. Revitalizar o Estado

Um Estado forte e eficaz é a melhor defesa contra o poder das grandes empresas. Ele fornece bens públicos, cria e modela mercados, corrige as suas falhas e é proprietário e operador de empreendimentos comerciais nacionais, tendo respondido por até 40% da produção doméstica do mundo em 2018.⁸⁰ Os governos precisam assumir um papel proativo na formação das suas economias para o bem comum, das seguintes formas:

- Garantir serviços públicos que reduzam a desigualdade, incluindo saúde, educação, assistência e segurança alimentar.
- Investir em transporte, energia, habitação e outras infraestruturas de caráter público.
- Explorar um monopólio público ou uma opção pública em setores propensos ao poder monopolista e que são fundamentais para combater a desigualdade extrema e promover uma rápida transição na superação dos combustíveis fósseis. Esses setores podem incluir fornecimento público de energia, transporte público (em situações em que, em função dos custos de investimento em infraestruturas, só pode haver um fornecedor eficiente) e outros setores onde haja um benefício nacional significativo.⁸¹
- Melhorar a transparência, a responsabilização e a supervisão das instituições públicas (incluindo as empresas estatais).
- Reforçar a capacidade reguladora, financeira e de pessoal para fazer cumprir as leis e garantir que o setor privado sirva ao bem comum.

2. Regular as grandes empresas

Os governos precisam usar sua força para conter o poder descontrolado das grandes empresas e prevenir injustiças nas cadeias de abastecimento delas, em níveis nacional e internacional. Eles devem:

- Romper os monopólios privados e restringir o poder das grandes empresas. Os governos podem aprender com as atuais ações judiciais antimonopólio, como as ajuizadas nos Estados Unidos e na Europa, e com as lições da história onde a concentração de riqueza foi combatida

com êxito.⁸² Também têm que parar o monopólio do conhecimento ao democratizar o comércio e acabar com o abuso das regras de patentes (por exemplo, por parte das grandes empresas farmacêuticas sobre os medicamentos) que impulsionam a desigualdade.

- Empoderar trabalhadores e comunidades. As grandes empresas devem pagar salários dignos e se comprometer a garantir a justiça climática e de gênero: o pagamento de dividendos e as recompras devem ser proibidos até que isso esteja garantido. Os sindicatos devem ser apoiados, protegidos e estimulados. A remuneração dos CEOs deve ser limitada. Os governos devem propor medidas juridicamente vinculantes para assegurar os direitos de mulheres e dos povos discriminados por raça e etnia, e garantir a obrigatoriedade da devida diligência em direitos humanos e ambientais.
- Elevar radicalmente os impostos sobre grandes empresas e indivíduos ricos. Isso inclui tributos permanentes sobre riqueza e lucros excessivos. O G20, atualmente sob a liderança do Brasil, deve defender um novo acordo internacional para aumentar os impostos sobre a renda e o patrimônio dos indivíduos mais ricos do mundo.

3. Reinventar os negócios

Os governos podem usar o poder que têm para reinventar e redirecionar o setor privado. Eles devem:

- Usar toda a sua força para criar e promover uma nova geração de empresas que não priorizem os acionistas – incluindo cooperativas locais e de trabalhadores, empreendimentos sociais e empresas de comércio justo – cujas propriedade e gestão se deem no interesse dos trabalhadores, das comunidades locais e do meio ambiente. Empresas competitivas e lucrativas não precisam ficar acorrentadas à ganância dos acionistas.
- Proporcionar apoio financeiro a empresas igualitárias. Os governos também podem usar tributos e outros instrumentos econômicos, como as compras públicas, para priorizar modelos de negócio igualitários. Nenhuma ajuda econômica ou contratos governamentais devem ser concedidos a empresas que não cumpram suas metas de emissão líquida zero, que paguem salários inferiores aos dignos ou que trabalhem para evitar o pagamento de impostos.

Capítulo 1

UMA ERA DOURADA DE DIVISÃO



1. UMA ERA DOURADA DE DIVISÃO

→ Jeff Bezos é um dos homens mais ricos do mundo. A empresa que ele fundou, a Amazon, está sendo processada pelo governo dos Estados Unidos por “manter ilegalmente o poder de monopólio.”⁸³ Sua fortuna de 167,4 bilhões de dólares aumentou em 32,7 bilhões desde 2020.⁸⁴ Bezos foi ao espaço por 5,5 bilhões de dólares e agradeceu aos trabalhadores da Amazon por tornarem isso possível.⁸⁵ A empresa tem um histórico de ações para impedir a sindicalização dos trabalhadores.⁸⁶

→ O reverendo Ryan Brown trabalha em um centro de distribuição da Amazon na Carolina do Norte, nos Estados Unidos. Ele descreve o trabalho como sendo fisicamente pesado, monótono e exaustivo, com trabalhadores sujeitos ao racismo e à discriminação. Segundo o Reverendo Brown,

“estamos vivendo uma Era Dourada na qual essas pessoas estão ficando muito ricas,” mas “nada dessa riqueza está chegando a quem fez isso acontecer”. Ele está envolvido em grupos de trabalho para lidar com questões de ambiente de trabalho para combater o racismo e garantir um salário digno.⁸⁷

→ Os trabalhadores que atuam no processamento de frutos do mar no Sudeste Asiático forneceram alimentos a supermercados como o Whole Foods, de propriedade da Amazon, e outros.⁸⁸ Entre eles está Susi, que trabalhava em uma indústria de camarão. Ela disse: “Enquanto nós trabalhávamos, não havia intervalo de descanso. Eu não tinha permissão para beber água.” Dewi, outra ex-trabalhadora, diz que seu empregador exigia testes de gravidez e que, “se você engravidasse, tinha que pedir demissão.”⁸⁹



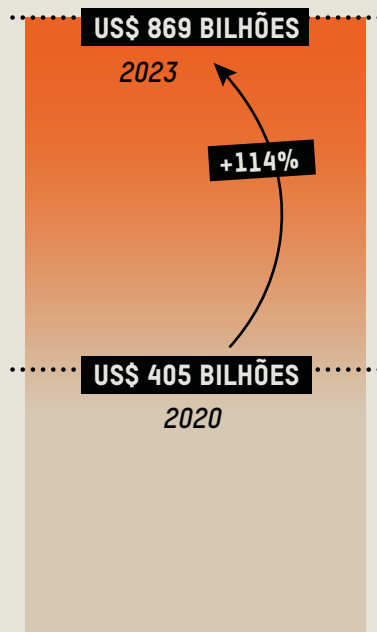
Funcionários da Amazon protestam por melhores condições de trabalho em Brandizzo, Itália. Foto por Nicolo Campo/LightRocket via Getty Images.

1.1 Um mundo cruel para bilhões de pessoas

A maioria das pessoas em todo o mundo viveu anos incrivelmente difíceis desde 2020. Para as mais pobres, que têm mais probabilidade de ser mulheres, povos discriminados por raça e etnia⁹⁰ e grupos marginalizados em todas as sociedades, o dia a dia tem sido cruel. A década de 2020, que começou com a Covid-19 e depois assistiu à escalada de conflitos, à aceleração da crise climática e ao aumento do custo de vida, parece estar se transformando em uma década de divisão. A pobreza nos países de renda mais baixa é ainda maior do que era em 2019.⁹¹ Em todo o mundo, os preços estão ultrapassando os salários,⁹² e centenas de

milhões de pessoas têm dificuldades de fazer com que seus ganhos rendam um pouco mais a cada mês. Repetidamente, manifestações, greves e outras ações dos trabalhadores têm ocupado as manchetes enquanto as pessoas se esforçam para sobreviver.⁹³

O forte aumento no custo de alimentos e outros bens essenciais que começou em 2021 passou a ser uma nova realidade para muitas famílias em todo o mundo, que tentam comprar óleo, pão ou farinha sem saber quanto poderão pagar desta vez ou quanta fome elas e seus filhos terão que suportar hoje.



OS CINCO HOMENS MAIS RICOS DO MUNDO MAIS QUE DOBRARAM SUA RIQUEZA DESDE 2020, ENQUANTO CINCO BILHÕES DE PESSOAS FICARAM MAIS POBRES.



A distância entre o Norte e o Sul do mundo aumentou pela primeira vez em 25 anos.⁹⁴ A desigualdade global está agora em um nível comparável à encontrada na África do Sul, o país mais desigual do planeta.⁹⁵ O colapso climático está aumentando ainda mais a desigualdade de riqueza global. Um estudo concluiu que, entre os países, essa desigualdade é 25% maior do que estaria sem o impacto do colapso climático.^{96, 97}

Os governos não estão conseguindo se manter financeiramente diante da dívida crescente e do aumento dos custos de importação de combustíveis, alimentos e medicamentos.⁹⁸ Entre agora e 2029, os países de renda baixa e média-baixa deverão pagar quase meio bilhão de dólares por dia em juros e dívidas.⁹⁹ Um relatório recente da Oxfam destaca que a dívida do Líbano aumentou 151% em 2020, antes de o país ser forçado a entrar em inadimplência.¹⁰⁰

Isto está provocando uma onda de austeridade. Mais de metade (57%) dos países mais pobres do mundo, onde vivem 2,4 bilhões de pessoas, estão tendo que reduzir os gastos públicos em um total combinado de 229 bilhões de dólares durante os próximos cinco anos, o que é mais do que o valor total da ajuda pública ao desenvolvimento (APD) para 2022.¹⁰¹ Esses cortes costumam ser sentidos de forma particularmente aguda por mulheres, meninas e pessoas não binárias, principalmente as que enfrentam desigualdades cruzadas com base em raça, etnia e casta.¹⁰²

As pessoas estão reagindo com greves e protestos enormes em todo o mundo, desde imensas manifestações contra o custo de vida no Quênia¹⁰³ até trabalhadores da Amazon em greve em 30 países do mundo.¹⁰⁴ Em 2022, houve protestos contra o custo de vida em 122 países e territórios,¹⁰⁵ e eles continuaram em 2023.¹⁰⁶

**DAS 10
MAIORES CORPORAÇÕES
DO MUNDO,
SETE TÊM UM
BILIONÁRIO NO COMANDO.**

**O VALOR TOTAL
DESSAS EMPRESAS É
DE US\$ 10,2 TRILHÕES.**



Quadro 1: A desigualdade em números

- Desde 2020, quando começou esta década de divisão, os cinco homens mais ricos do mundo viram suas fortunas mais do que duplicar, enquanto o patrimônio de quase cinco bilhões de pessoas diminuiu.¹⁰⁷
- Se cada um dos cinco homens mais ricos do mundo gastasse um milhão de dólares por dia, eles levariam 476 anos para esgotar todo o seu patrimônio combinado.¹⁰⁸
- Sete em cada dez das maiores empresas do mundo têm bilionários como CEOs ou principais acionistas.^{109, 110}
- Em termos globais, os homens possuem 105 trilhões de dólares a mais do que as mulheres, e essa diferença equivale a mais de quatro vezes a economia dos Estados Unidos.¹¹¹
- O 1% mais rico do mundo possui 43% de todos os ativos financeiros globais.¹¹²
- O 1% mais rico do mundo emite a mesma quantidade de poluição de carbono que os dois terços mais pobres da humanidade.¹¹³
- Nos Estados Unidos, o patrimônio de uma família negra comum é apenas 15,8% do patrimônio de uma família branca comum.¹¹⁴ No Brasil, em média, a renda dos brancos está mais de 70% acima da renda da população negra.¹¹⁵
- Apenas 0,4% das mais de 1.600 maiores e mais influentes empresas do mundo estão comprometidas publicamente com o pagamento de salários dignos a seus trabalhadores e apoiam isso em suas cadeias de valor.¹¹⁶
- Levaria 1.200 anos para uma trabalhadora do setor de saúde ganhar o que um CEP de uma das 100 maiores empresas da lista da Fortune ganha em média em um ano.¹¹⁷

1.2 Um mundo maravilhoso para uns poucos lá de cima

As pessoas mais ricas do nosso mundo continuam sendo as que mais ganham neste momento de crise. Em 2023, os bilionários estão 3,3 trilhões de dólares ou 34% mais ricos do que eram em 2020, no início desta década de divisão.¹¹⁸ Prevê-se que o número de milionários aumente 44% entre agora e 2027, enquanto o número de pessoas com patrimônio de 50 milhões de dólares ou mais deverá crescer 50%.¹¹⁹

A Oxfam estima que, se o patrimônio dos cinco bilionários mais ricos continuar aumentando no mesmo ritmo dos últimos cinco anos, veremos o primeiro trilionário em 10 anos. Mas a pobreza não será eliminada antes de 230 anos.¹²⁰

Apenas 21% da humanidade vive no Norte Global, mas esses países têm 69% da riqueza privada e 74% da riqueza bilionária mundial. (ver Quadro 2).¹²¹

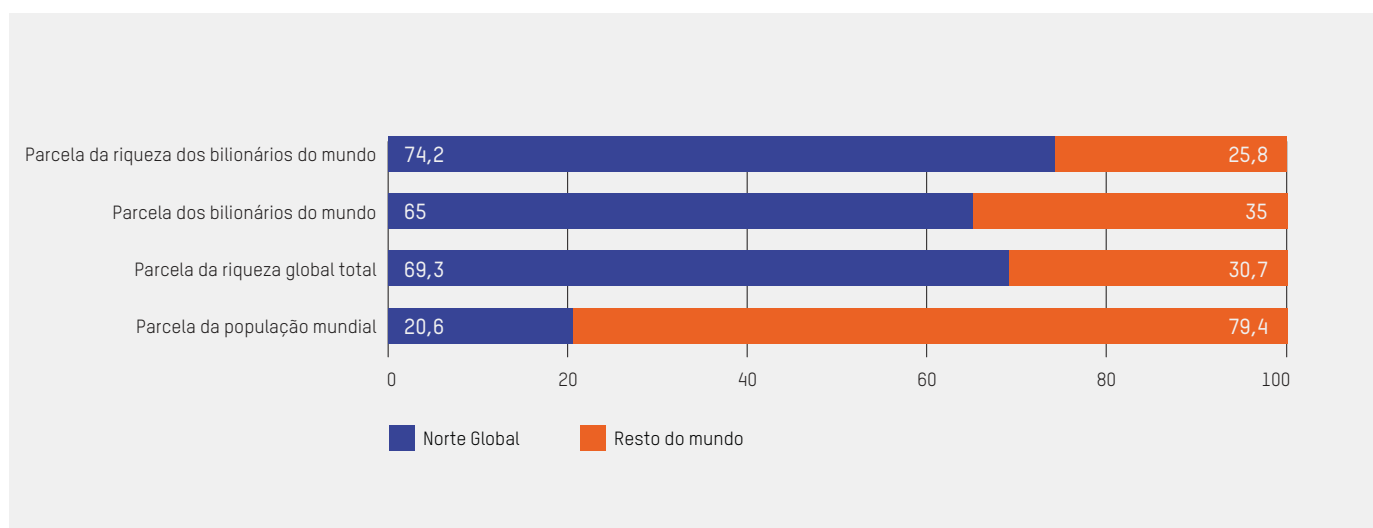


Quadro 2: Colonialismo revisitado? Porque a maioria dos super-ricos ainda vive na Europa e nos Estados Unidos

- Apesar da ascensão econômica da China nas últimas duas décadas, a maior parte da riqueza mundial e dos seus indivíduos super-ricos ainda está concentrada no Norte Global.¹²² No caso da Europa, trata-se, em grande parte, de um legado do colonialismo e dos impérios. Segundo uma estimativa, o Reino Unido extraiu 45 trilhões de dólares da Índia durante o período colonial.¹²³ Mesmo com o fim formal do colonialismo, as relações neocoloniais com o Sul Global persistem, perpetuando desequilíbrios econômicos e manipulando as regras da economia em favor dos países ricos. Os Estados Unidos se beneficiaram de forma especial do seu imenso domínio econômico global, principalmente na segunda metade do século XX. Grande parte da sua riqueza nasceu da escravidão e da expropriação sistemática dos povos indígenas.^{124, 125}
- As grandes multinacionais, foco do nosso documento em 2024, foram inventadas na era colonial e isso ajudou a facilitar essa extração de riqueza do Sul Global para o Norte Global.¹²⁶ Os dados mais recentes do relatório *Global Wealth 2023*, da UBS, e da lista de bilionários do mundo da revista Forbes, demonstram que, apesar de representarem apenas 21% da população mundial, os países do Norte Global possuem 69% da riqueza global e 74% da riqueza bilionária do mundo.¹²⁷

FIGURA 1: OS RICOS DO NORTE GLOBAL AINDA SÃO DONOS DO MUNDO

Fatias da concentração de riqueza no Norte Global em comparação com o resto do mundo



Fonte: Cálculo da Oxfam com base em dados da lista de bilionários da Forbes¹²⁸ e do UBS Global Wealth Report 2023.¹²⁹

Quadro 3: A desigualdade está alta demais – é hora de almejar uma redução rápida

• Há um amplo consenso de que a desigualdade é demasiadamente elevada em quase todas as nações e em nível global. ¹³⁰ Em 2023, alguns dos principais economistas do mundo, como Jayati Ghosh e Thomas Piketty, juntaram-se a antigos funcionários da ONU, do FMI e do Banco Mundial para apelar pelo estabelecimento de metas claras de redução da desigualdade. ¹³¹ A Oxfam apoia a ideia, proposta por Joseph Stiglitz¹³², de que cada país deve ter como objetivo uma situação em que a desigualdade seja reduzida a um nível em que os 40% mais pobres da população tenham aproximadamente a mesma renda dos 10% mais ricos, conhecido como Índice Palma de 1. ¹³³

1.3 Os lucros das empresas aumentam durante o período de crise

As empresas globais e os seus proprietários super-ricos estão entre os grandes vencedores desta crise. CEOs de todo o mundo receberam aumentos salariais significativos nas últimas décadas, de mais de 1.200% nas 350 maiores

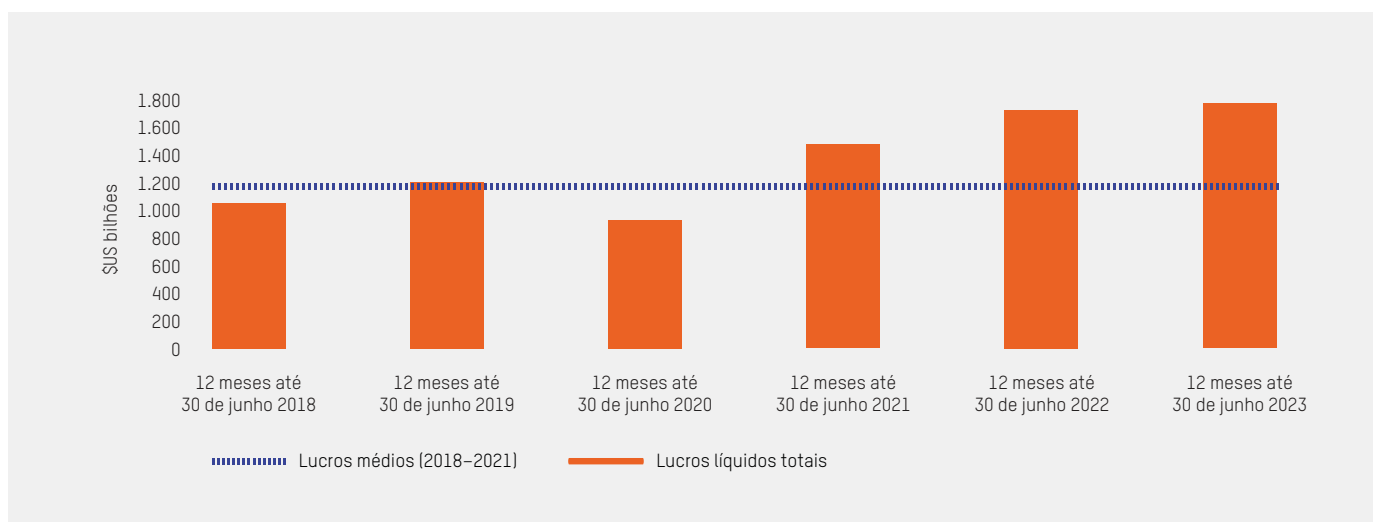
empresas dos Estados Unidos, superando em muito os escassos aumentos dos trabalhadores. ¹³⁴ A análise da Oxfam e da ActionAid sobre as maiores empresas do mundo revelou um salto de 89% nos lucros para os anos de 2021 e 2022, em comparação com a média de 2017-2020. ¹³⁵ Novos dados que abrangem os primeiros seis meses de 2023¹³⁶ revelam que o ano deverá bater todos os recordes como o mais lucrativo até agora para as grandes corporações. Juntas, 148 das maiores empresas do mundo (sobre as quais temos dados) obtiveram quase 1,8 trilhão de dólares em lucros nos 12 meses anteriores a junho de 2023. ¹³⁷

Os maiores ganhadores em termos de lucros inesperados foram: ¹³⁸

- As 14 empresas de petróleo e gás cujos lucros em 2023 foram 278% acima da média de 2018-21; essas empresas obtiveram 144 bilhões de dólares em lucros inesperados em 2022 e 190 bilhões em 2023.
- Os lucros de duas marcas de luxo em 2023 foram 120% acima da média de 2018-21, representando 8,5 bilhões em lucros extraordinários em 2022 e 9,9 bilhões em 2023.
- Vinte e duas empresas do setor financeiro aumentaram seus lucros em 32% em 2023, em comparação com a média de 2018-21, e obtiveram lucros inesperados de 36 bilhões de dólares em 2023.

FIGURA 2: AS EMPRESAS LUCRAM

Lucros líquidos de 148 das 200 maiores empresas, em bilhões de dólares



Fonte: Os dados usados foram providenciados à Oxfam pela Ezerica. ¹³⁹

- Onze grandes empresas farmacêuticas aumentaram seus lucros em quase 32% em 2022, em comparação com a média de 2018-21, e obtiveram 41,3 bilhões de dólares em lucros extraordinários em 2022.

Esses lucros estão imensamente concentrados em algumas companhias: em termos globais, 0,001% das maiores empresas ficam com cerca de um terço de todos os lucros empresariais.¹⁴⁰

1.4 A relação entre o poder das grandes empresas e a riqueza extrema

As pessoas mais ricas são as maiores beneficiárias da economia global; em alguns casos, elas se beneficiaram de centenas de anos de colonialismo, cujo legado se mantém até hoje.¹⁴¹ Grupos discriminados por raça ou etnia têm menos probabilidade de ser donos de grandes empresas. Nos Estados Unidos, 89% das ações pertencem a brancos, 1,1% a negros e 0,5% a hispânicos.¹⁴² Em 2022, na África do Sul, apenas 39% das empresas cotadas na Bolsa de Valores de Joanesburgo eram controladas por negros; 0% das entidades eram de propriedade de negros.¹⁴³ Da mesma forma, em nível global, as mulheres são donas de apenas uma em cada três empresas.¹⁴⁴ Pesquisa realizada em 5.727 empresas africanas mostra que companhias com acionistas mulheres têm maior probabilidade de ter mulheres nos principais cargos executivos. Esses dados sugerem que as estruturas de propriedade dos “clubes dos meninos” podem dificultar o empoderamento das mulheres nas empresas.¹⁴⁵

Os super-ricos têm maior probabilidade de possuir empresas. Nos Estados Unidos, um dos poucos países sobre os quais existem dados regulares acerca da distribuição de ações, o 0,1% mais rico representa 22,2% das ações que têm famílias como donos, o 1% mais rico possui 53,8%, enquanto os 50% mais pobres têm apenas 0,6%.¹⁴⁶ Um novo estudo realizado em 24 países da OCDE concluiu que 10% das famílias mais ricas possuem 85% do total dos ativos de capital – incluindo ações em empresas, fundos fiduciários e outros negócios – enquanto os 40% mais pobres possuem apenas 4%.¹⁴⁷ Da mesma forma, na África do Sul, o 1% mais rico possui mais de 95% dos títulos e ações de empresas, enquanto o 0,01% mais rico tem 62,7%.¹⁴⁸ No Brasil, o 0,01% mais rico possui 27% dos ativos financeiros, o 0,1% mais rico, 43%, e o 1% mais rico, 63%, enquanto os 50% mais pobres têm apenas 2%.¹⁴⁹ Fica nítido que a propriedade de ações e participações, em termos econômicos, reflete uma plutocracia e não uma democracia.

Essa nova pesquisa da Oxfam fornece respostas profundamente preocupantes com relação a qual parcela dos ativos financeiros do mundo pertence ao 1%. Usando dados da Wealth X, concluímos que o 1% mais rico possui 43% de todos os ativos financeiros globais.¹⁵⁰ Esse grupo detém 48% da riqueza financeira no Oriente Médio; na Ásia, o 1% mais rico detém 50% da riqueza; e na Europa, o 1% mais rico detém 47% da riqueza. Indo além desse 1% mais rico e olhando todos os bilionários em nível mundial, tem-se que, em 2022, os 50 bilionários mais ricos dos Estados Unidos tinham 75% da sua riqueza em participações nas empresas que dirigiam.¹⁵¹ Warren Buffet – presidente do conselho, CEO e maior acionista da Berkshire Hathaway – tem 99% de sua riqueza em ações da empresa; 95% do patrimônio de Mark Zuckerberg, que controla a Meta, está em participações na empresa; Jeff Bezos, que já não é CEO, mas ainda é presidente do conselho da Amazon, detém 83% da sua riqueza em ações da companhia e uma participação muito poderosa de 10% na empresa como um todo.¹⁵²

A Oxfam também analisou a estrutura de propriedade das 50 maiores empresas de capital aberto do mundo.¹⁵³ Identificamos quais delas têm bilionários como CEOs ou principais acionistas. Das 50 maiores empresas cotadas em bolsas de valores, 17 (34%) estão nessa condição. O valor total (capitalização de mercado) dessas empresas é de 13,3 trilhões de dólares. Das 10 maiores empresas cotadas em bolsas de valores pelo mundo, sete têm bilionários como principais acionistas ou CEOs. As ações com direito a voto de um acionista principal lhe dão poder de votar em quem será o CEO ou quem deve fazer parte do conselho de administração.

Muitas empresas têm bilionários com participações acionárias acima de 50%, o que dá a esses proprietários o controle acionário.¹⁵⁴ Isso inclui os Walton, a família mais rica dos Estados Unidos, que possui cerca de 50% da Walmart, uma das maiores varejistas do mundo.¹⁵⁵ Também inclui o bilionário Robert Kuok, o homem mais rico da Malásia, cuja família controla 51% do conglomerado Grupo PPB, com interesses que vão da agricultura a propriedades.¹⁵⁶

Essas evidências mostram que os super-ricos do mundo não são apenas beneficiários passivos dos enormes lucros empresariais. O fato de possuírem empresas lhes dá poder para controlar ativamente e, portanto, definir a forma como elas se comportam, inclusive como estimulam a divisão entre os seus proprietários ricos e o resto da sociedade.¹⁵⁷ Isso pode incluir a forma como essas empresas, por sua

vez, influenciam os Estados e as leis em muitos setores e contextos diferentes.¹⁵⁸

Os mais ricos de todos também definem diretamente as economias em seu favor, influenciando as políticas públicas e as leis.¹⁵⁹ Mais de 11% dos bilionários do mundo concorreram a cargos públicos ou se tornaram políticos.¹⁶⁰ Um estudo sobre as preferências de cerca de 3 mil propostas de políticas em 30 países europeus ao longo de 40 anos mostra que as apoiadas pelos ricos tiveram maior probabilidade de ser implementadas do que as apoiadas pelos pobres.¹⁶¹

O poder e a influência dos super-ricos lhes permitiram reduzir a parcela da economia que vai para a maioria, aumentando exponencialmente a parte recebida pelos poucos donos do capital, que são predominantemente os mais ricos em todas as sociedades.

O restante deste informe trata do poder das grandes empresas e da estreita relação entre a explosão desse poder e o crescimento da desigualdade global. O Capítulo 2 explora o papel da concentração de mercado e dos monopólios na promoção do poder das grandes empresas e da desigualdade. O Capítulo 3 examina três formas pelas quais esse poder é usado para impulsionar a desigualdade: pressionando os trabalhadores e enriquecendo acionistas abastados, evitando pagar impostos e privatizando o Estado. Mostra, também, como o poder das grandes empresas está acelerando o colapso climático, explorando e ampliando, assim, as desigualdades econômicas, de gênero e de raça. O Capítulo 4 apresenta recomendações para enfrentar o poder das grandes empresas e construir sociedades mais igualitárias.



Prédios empresariais. Foto por 4045/Shutterstock.

Capítulo 2

UMA NOVA ERA DE PODER MONOPOLISTA



2. UMA NOVA ERA DE PODER MONOPOLISTA

Este capítulo explora um instrumento fundamental que tem alimentado a desigualdade: a concentração empresarial e o crescimento do poder monopolista global. Os magnatas bilionários e as poderosas empresas financeiras dominam a propriedade dos monopólios empresariais, os quais, por sua vez, dominam cada vez mais as nossas economias, transferindo e concentrando riqueza e poder extraordinários nas mãos de uns poucos ultrarricos.

2.1 Os monopólios alimentam a desigualdade

Vivemos uma nova era de poder monopolista.¹⁶² Um pequeno número de empresas cada vez maiores exerce uma influência extraordinária sobre economias e governos,¹⁶³ – como este relatório demonstra – um poder em grande parte desenfreado de aumentar os preços pagos pelos consumidores, reduzir salários e abusar dos trabalhadores, limitar o acesso a bens e serviços fundamentais, impedir a inovação e o empreendedorismo, e privatizar serviços públicos em benefício do lucro privado.

As corporações monopolistas não são apenas grandes; elas podem controlar mercados, estabelecer as regras e os termos de troca com outras empresas e trabalhadores, e definir preços mais altos sem perder negócios.¹⁶⁴ Especificamente, um monopólio é “uma empresa com poder de mercado significativo e duradouro — isto é, a capacidade de longo prazo de aumentar preços ou excluir concorrentes”.¹⁶⁵ O poder monopolista gera mais poder, possibilitando que os monopólios extraiam riqueza das empresas e dos trabalhadores que estão em sua órbita gravitacional, gerando maior desigualdade.¹⁶⁶

Organismos como o FMI concordam que o poder monopolista está crescendo e contribuindo para a desigualdade.¹⁶⁷ Os monopólios impulsionam uma transferência de riqueza do trabalho para o capital em toda a economia – redistribuindo “a renda disponível de muitos para poucos, na forma de ganhos de capital, dividendos e remunerações de executivos”.¹⁶⁸ Ao gerar escassez para elevar preços e aumentar lucros, os monopólios redistribuem a renda e a riqueza de forma regressiva em toda a economia: de trabalhadores e consumidores, que são sobrecarregados e superexplorados por margens mais elevadas, para executivos e proprietários, que têm maior probabilidade de ser ricos e possuir ações.

Uma pesquisa do FMI concluiu que o aumento do poder de monopólio é responsável por 76% da queda na participação da renda do trabalho na indústria dos Estados Unidos; sem ele, a parcela dessa renda teria permanecido constante no século 20.¹⁶⁹ Pensando de forma otimista, a pesquisa mostra que a aplicação da legislação antimonopólio inverte essas tendências, baixando os preços, aumentando a formação de novas empresas e elevando salários e empregos para os trabalhadores.¹⁷⁰ Assim como os preços monopolistas punem as pessoas mais pobres, as economias resultantes do combate aos monopólios são revertidas desproporcionalmente em favor delas.¹⁷¹

Os monopólios privados não são um fenômeno abstrato; eles cumprem um papel enorme na definição da vida das pessoas comuns em todo o mundo, influenciando o quanto recebemos, os alimentos que comemos e podemos comprar, os medicamentos a que temos acesso e quais direitos humanos são respeitados (ou não). Movidos pela preocupação com seus lucros e não por preocupações nacionais ou públicas, os monopólios multinacionais usam o seu poder, com demasiada frequência, para invadir a privacidade e distorcer o discurso público.^{172, 173} Também já se demonstrou que eles transformam o racismo em arma nos Estados Unidos.¹⁷⁴ Os defensores do acesso a medicamentos, por exemplo, criticaram o “racismo científico” usado para prejudicar o compartilhamento da ciência e da tecnologia das vacinas contra a Covid-19 com fabricantes de países de renda baixa e média.¹⁷⁵



AS CINCO MAIORES CORPORAÇÕES DO MUNDO
COMBINADAS TÊM UM VALOR MAIOR DO QUE
TODOS OS PIBS DA ÁFRICA, AMÉRICA LATINA E CARIBE

2.2 Ápice do poder monopolista

Os governos permitiram que as maiores empresas do mundo se tornassem ainda maiores e mais lucrativas. A Apple está avaliada em 3 trilhões de dólares: a título ilustrativo, esse valor é superior a todo o PIB da França, a sétima economia do mundo.¹⁷⁶ As cinco maiores empresas do mundo, juntas, têm um valor maior do que o PIB combinado de todas as economias da África, da América Latina e do Caribe.¹⁷⁷ E embora o imenso poder empresarial seja uma história global, não surpreende que as grandes corporações dos Estados Unidos geralmente dominem o discurso sobre esse poder, já que são a maioria das empresas mais valiosas do mundo.¹⁷⁸

As empresas monopolistas têm recebido críticas em função da “inflação dos vendedores” desde 2021.¹⁷⁹ Quando os choques de oferta da Covid-19 abalaram a economia global, grandes empresas em muitos setores concentrados, articulando-se tacitamente, conseguiram elevar os preços para aumentar suas margens, impulsionando a inflação – uma teoria validada pelo FMI e pelo Banco Central

Europeu.¹⁸⁰ Os setores de energia, alimentos e medicamentos registraram significativas elevações de preços, permitindo às empresas aumentar os lucros no ritmo mais rápido desde 1955.¹⁸¹

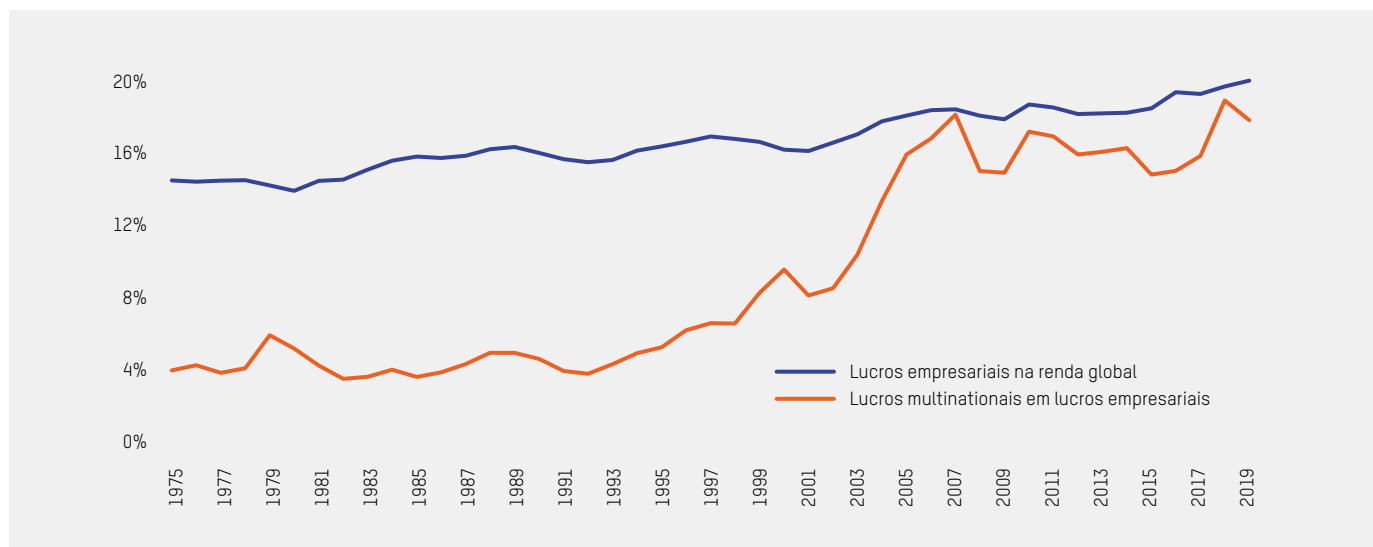
Essa elevação de preços de intensidade oportunista é nova, mas a tendência de aumento dos lucros não é. Dados de mais de 70 mil empresas em 134 países ao longo de quatro décadas mostram que a margem comercial média global – a relação entre preço e custo – aumentou de 7% acima dos custos em 1980 para 59% em 2020. Fundamentalmente, esse aumento foi impulsionado por empresas dominantes, em todo o mundo, que viram o seu poder de mercado crescer, e não pela maioria das empresas.¹⁸² Além disso, o aumento dos lucros tem sido impulsionado pelas grandes multinacionais: a porcentagem dos lucros multinacionais em relação aos lucros globais quadruplicou, passando de 4% em 1975 para 18% em 2019, sendo que esse aumento foi mais pronunciado no século XXI (ver a Figura 3).¹⁸³



Stéphane Bancel, CEO da Moderna, convocada a depor no Congresso dos Estados Unidos sobre precificação das vacinas de Covid-19. Foto por Chip Somodevilla/Getty Images.

FIGURA 3: A IMPRESSIONANTE CAPTURA DE LUCROS POR PARTE DE GRANDES CORPORAÇÕES MULTINACIONAIS

Lucros empresariais e multinacionais entre 1975 e 2019



Fonte: L. Wier e G. Zucman (2022). "Mudança Global de Lucros" Documento de Trabalho da UNU WIDER¹⁸⁴

A inflação de preços é apenas uma das manifestações do poder de mercado. Ao mesmo tempo, o tamanho relativo das grandes empresas aumentou rapidamente.¹⁸⁵ A Amazon, processada pelo governo dos Estados Unidos no final de 2023, é acusada de usar seu poder de monopólio para "inflacionar preços, degradar a qualidade e sufocar a inovação para consumidores e empresas."¹⁸⁶

2.3 Big Pharma, Big Tech, Big Tudo

A concentração de mercado está em toda a parte. Em termos globais, as empresas passaram por uma grande consolidação:

Dez gigantescas farmacêuticas globais, as "Big Pharma", resultaram da fusão de 60 empresas ao longo de duas décadas.¹⁸⁷

Duas empresas globais controlam mais de 40% do mercado global de sementes¹⁸⁸ (em comparação com dez que detinham 40% há 25 anos).¹⁸⁹

Quatro empresas controlam 62% do mercado mundial de pesticidas.¹⁹⁰

Três quartos dos gastos globais com publicidade online são pagos por Meta, Alphabet e Amazon.¹⁹¹

Mais de 90% das buscas por informação online são feitas por meio do Google.¹⁹²

As "Quatro Grandes" dominam o mercado de contabilidade global, com uma fatia de mercado de 74%.¹⁹³

A agricultura tem registrado uma "concentração crescente da produção e da comercialização de produtos agrícolas e alimentares".¹⁹⁴

Numerosos produtos aparentemente diferenciados nas prateleiras dos supermercados, de cereais a xampus, são, na verdade, propriedade da mesma empresa.¹⁹⁵ Por exemplo, a gigante da cerveja Anheuser-Busch Inbev é dona de mais de 500 marcas, incluindo Budweiser, Becks, Corona e Stella Artois.¹⁹⁶

O poder de monopólio é aumentado e exercido por meio de muitas táticas empresariais, como fusões e aquisições, conluio em indústrias concentradas, abuso agressivo da proteção da propriedade intelectual e favorecimentos para expulsar do mercado rivais e pequenas empresas. Os operadores de capital de risco e os monopólios usam seu acesso preferencial ao financiamento para ajudar as empresas monopolistas enquanto matam as concorrentes de fome, e a seguir obtêm retornos mais elevados das empresas sobreviventes.¹⁹⁷ As economias de todo o Sul Global estão presas à exportação de produtos primários, do cobre ao café, para uso pelas indústrias monopolistas do Norte Global, perpetuando um modelo "extrativista" de estilo colonial.¹⁹⁸

Quadro 4: Homens monopolistas modernos

Monopólios e bilionários são dois lados da mesma moeda. Os bilionários são muito mais comuns em setores com elevados níveis de compadrio e poder monopolista, como demonstram os exemplos a seguir.¹⁹⁹



1. BERNARD ARNAULT

Bernard Arnault (patrimônio líquido: 191,3 bilhões de dólares) é o segundo homem mais rico do mundo e preside a Moët Hennessy Louis Vuitton (LVMH), o maior império mundial de produtos de luxo, que detém 22% desse mercado em termos globais.²⁰⁰ Arnault não só coleciona propriedades exclusivas na avenida Champs-Élysées,²⁰¹ mas também empresas de comunicação, incluindo o maior veículo da França, *Les Echos*, e o *Le Parisien*, um jornal muito lido pelas classes trabalhadoras. A LVMH foi multada pelo órgão antitruste francês por práticas anticompetitivas.²⁰²



2. JEFF BEZOS

Jeff Bezos (patrimônio líquido: 167,4 bilhões de dólares) construiu o “império” da Amazon – que agora vai da produção de séries de televisão à condição de maior fornecedor mundial de serviços de computação – posicionando a empresa no “centro do comércio eletrônico” e cultivando confiança em todos os mercados, com o uso da escala para definir preços.²⁰³



3. ALIKO DANGOTE

Aliko Dangote (patrimônio líquido: 10,5 bilhões de dólares), a pessoa mais rica da África, detém um “quase monopólio” do cimento na Nigéria e poder de mercado em todo o continente.²⁰⁴ A Dangote Cement tem tido algumas das margens de lucro mais elevadas do mundo no cimento (45%), enquanto pagava uma alíquota de imposto de 1% ao longo de 15 anos.²⁰⁵ Dados do Banco Mundial já mostraram que os africanos pagam mais pelo cimento do que outras pessoas do mundo.²⁰⁶ Atualmente, Dangote está expandindo seu império para o petróleo, levantando preocupações sobre um novo monopólio privado.²⁰⁷



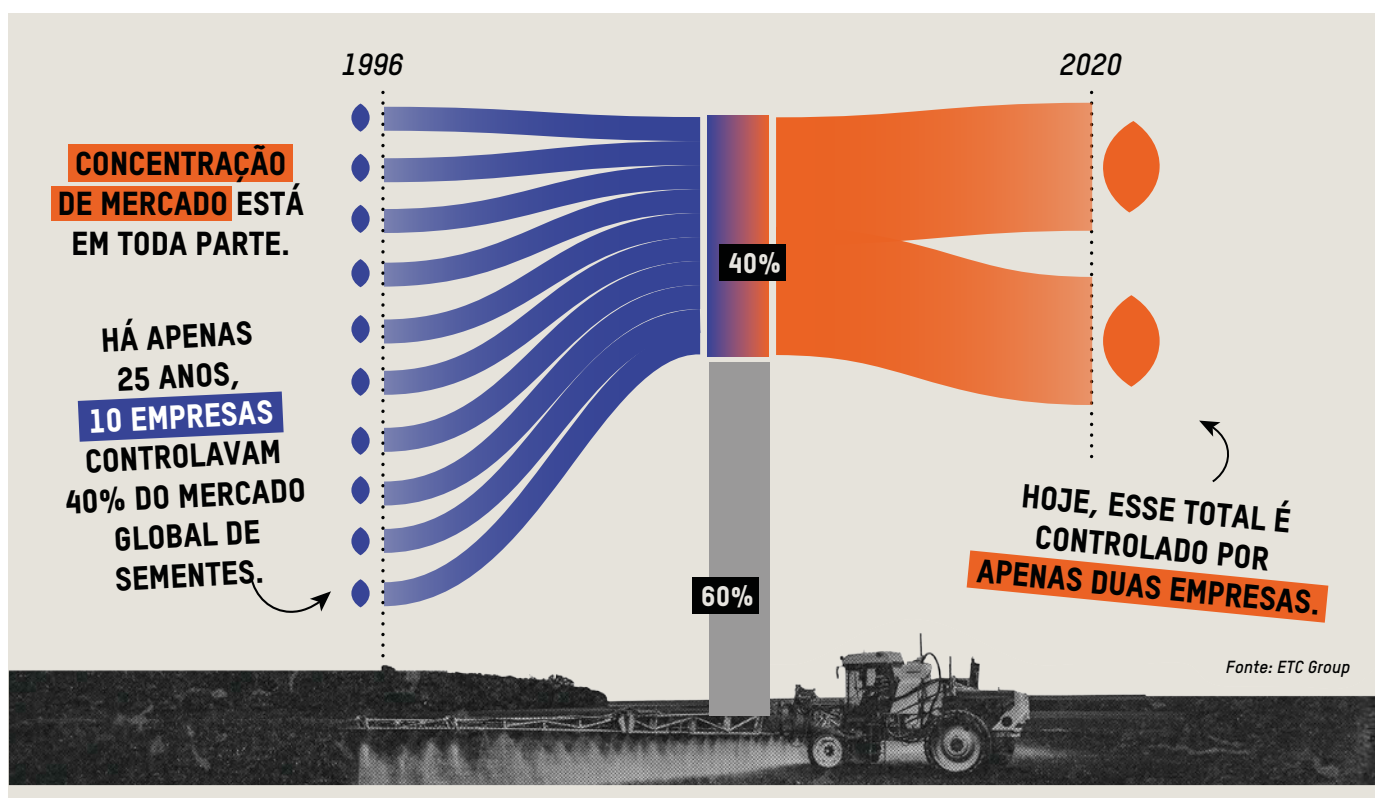
4. JULIO PONCE LEROU

Julio Ponce Lerou (patrimônio líquido: 2,5 bilhões de dólares), o segundo homem mais rico do Chile e ex-genro do ditador Augusto Pinochet, é chamado de “Rei do Lítio” devido à sua participação acionária na SQM, a segunda maior empresa de mineração de lítio do mundo,²⁰⁸ privatizada por Pinochet na década de 1980. O governo chileno planeja aumentar o controle estatal sobre o lítio.²⁰⁹



5. MASAYOSHI SON

Masayoshi Son (patrimônio líquido: 22,5 bilhões de dólares) dirige a gigante empresa japonesa de investimentos Softbank, que já foi descrito como uma “máquina de produção monopolista”. Entre as empresas de sua propriedade está a Arm, que detém 99% do mercado de projeto dos chips encontrados em smartphones.²¹⁰



Quadro 5: Big Pharma e patentes

- Os grandes monopólios farmacêuticos compram agressivamente os seus concorrentes e aplicam regras de propriedade intelectual, apesar da inovação ser, em grande parte, bancada por financiamento público (nos Estados Unidos, por exemplo, todos os novos medicamentos aprovados entre 2010 e 2019 tiveram financiamento público).²¹¹ Esse modelo prioriza medicamentos altamente lucrativos, prejudicando o acesso e negligenciando vacinas, tratamentos e exames necessários a quem vive em países mais pobres.
- A Gilead, por exemplo, comprou o Sofosbuvir, um medicamento usado para tratar a hepatite C (e desenvolvido com bastante verba pública dos National Institutes of Health),²¹² depois triplicou o seu preço para 100 mil dólares por paciente, praticamente colocando-o fora do alcance de quem mais precisa.²¹³ Em uma forma mais palpável e mortal de poder monopolista, ao menos outras 1,3 milhão de vidas poderiam ter sido salvas se tivesse havido maior acesso às vacinas contra a Covid-19 durante a pandemia, e países de renda mais baixa, em particular, poderiam ter tido índices de mortalidade mais baixos.²¹⁴ Embora o financiamento público tenha sido vital para a criação dessas vacinas, elas foram monopolizadas pelas grandes farmacêuticas e protegidas agressivamente pelas regras de comércio global – expressando um resultado neocolonial do poder monopolista e privando os países do Sul Global das vacinas disponíveis nos países ricos.²¹⁵

2.4 Dinheiro de monopólio

O financiamento privado e os gestores de ativos – atuando em grande parte em nome de clientes ricos – têm um papel enorme na concentração do poder econômico em menos mãos.²¹⁶ As empresas de ‘private equity’, bancadas globalmente por 5,8 bilhões de dólares em dinheiro de investidores ricos desde 2009, usaram o acesso privilegiado a financiamentos para consolidar muitos mercados ao assimilar pequenas empresas. Isso alimenta os seus próprios lucros e os das empresas que compram, ao mesmo tempo em que distorce os mercados e atua como força monopolizadora em todos os setores.²¹⁷

Para além do ‘private equity’, as “Três Grandes” gestoras de fundos de investimentos – BlackRock, State Street e Vanguard – administram, juntas, cerca de 20 bilhões de dólares em ativos.²¹⁸ A pesquisa sugere que esse tipo de concentração de mercado reduz os incentivos para que as empresas possam competir, aprofundando o poder de monopólio.²¹⁹ Juntas, elas controlam perto de um quinto de todos os ativos ‘investíveis’ no mundo.²²⁰ A propriedade comum em tão poucas empresas financeiras impossibilita uma economia justa como um todo.²²¹ Além disso, pesquisas de Harvard sustentam que o poder econômico desses fundos de investimentos está tão concentrado que “em um futuro próximo, cerca de 12 indivíduos terão poder, na prática, sobre a maioria das empresas de capital aberto dos Estados Unidos”, preocupações que já foram manifestadas pelo próprio fundador da Vanguard.²²²

Essa financeirização das grandes empresas, que vê enormes mercados financeiros exercerem um papel cada vez maior na economia, exacerbou o foco nos lucros imediatos em detrimento de qualquer objetivo de longo prazo.²²³ Também desviou o investimento feito em usos produtivos e, em lugar deles, agiu no interesse do capital extremo ao reorientar muitas empresas não financeiras cada vez mais no sentido de atividades e instrumentos financeiros.²²⁴ Essa abordagem é exemplificada pelo modelo de muitos fundos de ‘hedge’, ou fundos de cobertura, que consiste em identificar e comprar uma empresa subvalorizada, vender ativos e despedir funcionários para obter lucro no curto prazo, antes de passar para o próximo alvo. Esses fundos operam em nome de investidores ricos, com investimento mínimo que vai de cerca de 100 mil dólares a mais de 2 milhões.²²⁵

Quando tomam medidas visando objetivos definidos e voltados a uma missão, como se concentrar no pagamento de

salários dignos ou agir para reduzir suas pegadas de carbono, as grandes empresas podem receber ataques agressivos. Foi demonstrado que os fundos de ‘hedge’ tratam os esforços das empresas para agir de forma mais sustentável como um sinal de que estão desperdiçando recursos em vez de maximizar o valor para os acionistas.²²⁶ Essas empresas se tornam alvo da estratégia de “comprar, despojar e transformar” dos fundos de hedge,²²⁷ exemplificada pela oferta hostil de 115 bilhões de libras da Kraft Heinz, em 2017, pela empresa Unilever, bancada pelo fundo de hedge brasileiro 3G Capital.²²⁸

O Norte Global domina o mercado de capitais privados. Dos quase 10 trilhões de dólares em ativos globais sob gestão, 56% estão domiciliados na América do Norte, 24% na Europa e 18% na Ásia.²²⁹ No entanto, muitos desses fundos são canalizados para o Sul Global. Segundo algumas estimativas, os fluxos de capital privado estão tão grandes como os da APD em percentagem do PIB para os países da baixa renda (PBR), mas alguns desses investimentos são altamente voláteis e não promoveram crescimento econômico incluyente.²³⁰ Pesquisa sobre a África Subsaariana indica que os investimentos de ‘private equity’ são enviesados em direção aos setores financeiro e das TICs (Tecnologia da Informação e da Comunicação), e que 83% deles foram para apenas quatro países.²³¹ Da mesma forma, pesquisas realizadas em 31 países do Sul Global sugerem que grande parte da renda financeira é obtida pelas maiores empresas, empoderando as elites econômicas locais que se beneficiam da integração financeira.²³² O crescimento de um setor grande e que não presta contas a ninguém gera novos desafios à soberania nacional.²³³

2.5 Aprendendo com o passado

Os monopólios não são novos. Fundada em 1600, a Companhia Inglesa das Índias Orientais tornou-se o maior monopólio do mundo, inaugurando violentamente uma era colonial.²³⁴ No final do século 19 e início do 20, principalmente nos Estados Unidos, a chamada “Era Dourada” viu alguns empresários se tornarem extraordinariamente ricos, monopolizando setores que iam de ferrovias a bancos.²³⁵ Isso é exemplificado pelo império petrolífero de John D. Rockefeller ou pelo controle da oferta global de diamantes por Cecil Rhodes.²³⁶

Na última vez em que a concentração de riqueza foi tão elevada, os governos enfrentaram os monopólios privados

ampliando o poder público em países como os Estados Unidos.²³⁷ Eles romperam os monopólios e reprimiram o seu poder, submetendo-os a novas políticas de concorrência e antitruste, além de novas regulamentações financeiras e tributárias. Ao mesmo tempo, aumentaram o poder público, transformando algumas indústrias em serviços públicos, e setores que iam desde a eletricidade até a saúde (por exemplo, o National Health Service, Sistema Nacional de saúde do Reino Unido) se tornaram de propriedade e operação do Estado.²³⁸

No entanto, esse período de políticas públicas assertivas, que começou no início do século 20, terminou no final da década de 1970, quando a economia neoliberal suplantou a regulamentação governamental em favor de um mercado sem restrições.²³⁹ As políticas antimonopolistas foram imensamente enfraquecidas e redesenhadas em torno de um “padrão de bem-estar do consumidor”, um paradigma pró-monopólio, que tende a pressupor que as grandes empresas são mais eficientes e proporcionam melhor valor aos consumidores. Segundo essa visão, enquanto os preços ao consumidor forem baixos, outras preocupações como tamanho, poder, justiça e democracia não serão importantes. Contudo, essa abordagem profundamente falha fracassou inclusive em seus próprios pressupostos: a consolidação dos mercados conduziu, previsivelmente, a preços mais elevados para os consumidores.²⁴⁰ Essa parte fundamental, embora menos conhecida, da narrativa neoliberal deixou o capital livre para servir o poder monopolista.²⁴¹

Outro elemento central da trajetória global da desigualdade impulsionada por monopólios de grandes empresas – historicamente e hoje – é o das “trocas desiguais” que, em parte, resulta da afirmação do domínio da economia mundial por parte de países ricos e suas empresas monopolistas. Isso inclui a redução dos preços dos recursos naturais e da mão de obra nos países do Sul Global e a afirmação agressiva de monopólios de patentes possibilitados, por sua vez, por desequilíbrios de poder nas regras e instituições financeiras globais.²⁴²

2.6 Da democracia à plutocracia

A extrema desigualdade de poder gerada pelos monopólios privados é uma forma de corrupção que impulsiona a desigualdade econômica.²⁴³ Os monopólios agem como governos, regulam como governos e competem com os governos pelo poder.²⁴⁴ Como advertiu o ex-presidente dos Estados Unidos, Franklin D. Roosevelt, “a liberdade de uma democracia não está segura se o povo tolerar o crescimento do poder privado até um ponto em que este se torne mais forte do que o seu próprio Estado democrático”.²⁴⁵ Os riscos do aumento do poder foram bem sinalizados pelo ex-presidente chileno Salvador Allende, que disse: “Estamos diante de um confronto direto entre as grandes corporações transnacionais e os Estados. As grandes empresas estão interferindo nas decisões políticas, econômicas e militares fundamentais dos Estados”.²⁴⁶

Como o Capítulo 3 irá demonstrar, as empresas há muito investem no seu poder por meio de exércitos de lobistas que lhes rendem retornos significativos. Mas sabemos que o monopólio é o próprio poder – o poder de arrebatado as decisões políticas da esfera democrática. Como observou o bilionário Mark Zuckerberg, “em muitos aspectos, o Facebook parece mais um governo do que uma empresa tradicional”.²⁴⁷

Esta nova era de monopólio não é inevitável nem é um fenômeno natural, e sim resultado de escolhas legislativas e de políticas públicas. Em parte, é uma questão de concorrência lamentavelmente fraca, mas, mais fundamentalmente, um problema de concentração de riqueza e poder privados que não são contrabalançados por um controle público e democrático.

A era do poder dos monopólios exige que enfrentemos os monopolistas, que acabemos com a atual concentração extrema de riqueza e que recuperemos a democracia. Em primeiro lugar, temos de dar um fim aos monopólios privados e evitar que as empresas se tornem demasiado grandes, acabar com o monopólio do conhecimento e democratizar a propriedade intelectual, parar a privatização dos serviços públicos e restabelecer maior controle público.

Capítulo 3

COMO O PODER DAS GRANDES EMPRESAS ALIMENTA A DESIGUALDADE



3. COMO O PODER DAS GRANDES EMPRESAS ALIMENTA A DESIGUALDADE

Este capítulo analisa quatro formas pelas quais um número cada vez menor de empresas cada vez mais poderosas está impulsionando a desigualdade: pressionando os trabalhadores enquanto recompensa os ricos, evitando o pagamento de tributos, privatizando o Estado e estimulando o colapso climático.

3.1 Recompensando os ricos, não os trabalhadores

As últimas décadas foram cruéis para muitos trabalhadores no mundo. Elas foram caracterizadas por uma corrida para nivelar por baixo e pelo trabalho muitas vezes mal remunerado, precário e perigoso. Este capítulo descreve como as pessoas que participam das cadeias de valor globais, principalmente mulheres e pessoas discriminadas e excluídas por raça e etnia recebem salários de fome e enfrentam desrespeito generalizado a seus direitos e péssimas condições de trabalho, enquanto as empresas usam a sua influência para garantir políticas trabalhistas favoráveis. Essas circunstâncias terríveis geraram lucros sem precedentes para grandes empresas, remunerações fantásticas para uma elite de executivos e muita riqueza para os acionistas. Em vez de investir em salários mais elevados e melhores condições de trabalho (como políticas que dariam apoio mais eficaz às responsabilidades de cuidado), empresas poderosas optaram por enriquecer seus proprietários, um grupo que, como mostra este relatório, é desproporcionalmente ultrarrico e vive no Norte Global.

3.1.1 Uma situação que se agrava para os trabalhadores do mundo

Trabalhadores do mundo todo realizam trabalhos mal remunerados, exaustivos e muitas vezes precários, em benefício de algumas das maiores empresas do mundo. Os salários são o principal meio pelo qual os benefícios da produtividade e, portanto, do crescimento econômico, chegam aos trabalhadores. No entanto, durante décadas, o crescimento salarial tem ficado preocupantemente defasado em muitos países.²⁴⁸ Uma análise da OIT revela que a distância entre o crescimento dos salários e a produtividade do trabalho em 52 países em 2022 foi a mais elevada desde o início do século 21.²⁴⁹ A nova análise da Oxfam sobre os dados da World Benchmarking Alliance para mais de 1.600 das maiores e mais influentes empresas em todo o mundo mostra que apenas 0,4% delas estão comprometidas publicamente com o pagamento de salários dignos a seus trabalhadores e apoiam isso em suas cadeias de valor.²⁵⁰

Os baixos salários fazem com que muitos trabalhadores enfrentem longas jornadas e fiquem presos à pobreza,²⁵¹ enquanto as persistentes disparidades salariais entre homens e mulheres e as pesadas cargas de cuidado não remunerado (discutido na seção 3.1.4) refletem uma economia global que se baseia na exploração sistemática das mulheres. As grandes empresas se beneficiaram enormemente ao contornar os custos e as obrigações associados aos trabalhadores, recorrendo a formas de emprego atípicas, como a terceirização, a externalização e o trabalho temporário e em tempo parcial. Para trabalhadores e trabalhadoras, esses tipos de trabalho costumam se caracterizar pela precariedade e a informalidade, salários mais baixos, falta de acesso à proteção social, poucas garantias, menos poder de negociação e falta de direitos básicos.²⁵² Nos últimos anos, esses sistemas proliferaram em países onde não existiam.²⁵³

Para um número muito grande de pessoas, trabalhar é perigoso e pode até ser fatal. Segundo a OIT, 2,3 milhões de trabalhadores morrem todos os anos devido a acidentes ou doenças relacionadas ao trabalho,²⁵⁴ e 17,3 milhões de pessoas estão em situação de trabalho forçado no setor privado, a maioria delas em cadeias de abastecimento nacionais e globais.²⁵⁵

Os trabalhadores organizados podem representar um importante contrapeso ao poder das grandes empresas.²⁵⁶ Historicamente, os sindicatos e as negociações coletivas têm ajudado a aumentar os salários, proteções e direito,²⁵⁷ e estão associados a uma menor desigualdade de renda.²⁵⁸ No entanto, de acordo com a Confederação Sindical Internacional (CSI) em 2023, os últimos dez anos testemunharam “um aumento constante do desrespeito aos direitos dos trabalhadores em todas as regiões”, incluindo desrespeito generalizado ao direito à negociação coletiva, bem como violência contra sindicalistas e trabalhadores, e até mesmo assassinatos.²⁵⁹

Embora as importantes greves que aconteceram recentemente e os esforços de sindicalização tenham merecidamente ocupado as manchetes e conquistado vitórias para os trabalhadores, a participação sindical caiu drasticamente em alguns países nas décadas anteriores.²⁶⁰ Algumas das empresas mais ricas do mundo e os seus fornecedores teriam usado táticas de combate aos sindicatos no Sul Global e no Norte Global.²⁶¹ Nos países da OCDE, 30% dos trabalhadores eram membros de algum sindicato em 1985, cifra que caiu para 17% em 2017.²⁶² A análise da Oxfam sobre os dados da World Benchmarking

Alliance relacionados a mais de 1.600 das maiores empresas do mundo revela que apenas 0,7% delas cumpre plenamente os padrões globais de negociação coletiva, ou seja, divulga a cobertura da negociação entre sua força de trabalho e apoia essas negociações por meio de suas relações comerciais (por exemplo, com fornecedores).²⁶³

3.1.2 A influência das empresas sobre políticas e leis trabalhistas

Empresas poderosas também usaram seus recursos e seus acesso para promover leis e políticas trabalhistas favoráveis, que mantivessem um *status quo* desigual. Por exemplo, jornalistas e a sociedade civil documentaram como algumas delas teriam usado associações setoriais, “portas giratórias” entre a formulação de políticas públicas e o setor privado, campanhas de relações públicas, pesquisas e lobby, na tentativa de assegurar ou defender leis trabalhistas que minimizassem as suas obrigações para com os trabalhadores.²⁶⁴ O lobby empresarial tem sido associado a restrições políticas sobre a sindicalização,²⁶⁵ à oposição ao combate ao trabalho forçado,²⁶⁶ à luta contra os aumentos do salário mínimo,²⁶⁷ aos retrocessos nas leis sobre trabalho infantil,²⁶⁸ às reformas que prejudicam os direitos trabalhistas²⁶⁹ e aos esforços para enfraquecer as regras que protegem a saúde e a segurança dos trabalhadores.²⁷⁰ Por exemplo, os lobistas das empresas na União Europeia teriam procurado aumentar o acesso ao mercado de pesticidas no Brasil, apesar dos riscos conhecidos para os trabalhadores agrícolas.²⁷¹

3.1.3 Canalizando lucros recorde para os ricos

O poder das grandes empresas tem sido um fator importante na transferência de valor da maioria para uns poucos ultrarricos. Como demonstrado no Capítulo 1, as maiores empresas do mundo têm obtido um nível sem precedentes de lucros inesperados nos últimos anos, grande parte dos quais foi transferida a seus acionistas através de dividendos ou reaquisição de ações (ou seja, recompras). Uma nova análise da Oxfam e da ActionAid revela até que ponto as empresas canalizaram esses lucros recorde para os acionistas por meio desses pagamentos.

As nossas conclusões mostram que, para cada 100 dólares de lucro gerado por 96 grandes empresas entre julho de 2022 e junho de 2023, 82 dólares foram devolvidos aos acionistas na forma de recompra de ações e dividendos.²⁷² Esses enormes pagamentos beneficiam desproporcionalmente os ricos porque a propriedade das ações tem um forte viés em favor deles. Esses pagamentos também representam

recursos que poderiam ter sido investidos nos trabalhadores (por exemplo, aumentando salários) ou em novas formas de funcionamento que conseguissem reduzir as emissões de carbono.²⁷³

Por exemplo, devido aos elevados preços do petróleo e do gás, a Shell obteve lucros de 29,2 bilhões de dólares entre julho de 2022 e junho de 2023, um aumento de 222% em comparação com os seus lucros médios em 2018-2021.²⁷⁴ Desses, 87,7% foram devolvidos aos acionistas na forma de recompra de ações e dividendos. Entre julho de 2022 e junho de 2023, a Petrobras obteve lucros de 30,3 bilhões de dólares – quase quatro vezes mais do que seus lucros médios anuais em 2019-2021,²⁷⁵ distribuindo mais de 100% desses lucros (118%) aos acionistas na forma de dividendos – mais de três vezes o que a empresa investiu em despesas de capital.²⁷⁶

Quadro 6: Uma escolha: acabar com a pobreza ou enriquecer acionistas já ricos?

A Oxfam estima que, se o montante que as empresas gastaram em dividendos e recompras de ações para os 10% mais ricos em 2022 fosse redistribuído aos 40% mais pobres em termos de renda, a desigualdade global medida pelo índice Palma poderia diminuir em 21,5% – o equivalente à queda real observada nesse índice ao longo de 41 anos.

²⁷⁷ Além disso, metade do valor pago aos 10% mais ricos em 2022 já poderia acabar com a pobreza global (definida como 6,85 dólares por dia, PPC 2017), e 1,6% dos pagamentos já conseguiria eliminar a pobreza extrema, conforme definido pelo Banco Mundial. (2,15 dólares por dia, PPC 2017).²⁷⁸

3.1.4 O mundo desigual do trabalho

Como resultado da deterioração das condições de trabalho e dos direitos dos trabalhadores, da influência empresarial sobre a política trabalhista e da transferência de lucros recorde para acionistas ricos, em vez de servir como um caminho para a prosperidade compartilhada, o trabalho está, em muitos aspectos, turbinando a desigualdade. De acordo com estimativas da OIT, antes da pandemia, pouco mais de um quinto dos trabalhadores do mundo eram moderada ou extremamente pobres,²⁷⁹ e 327 milhões de assalariados ganhavam apenas o salário mínimo ou menos.²⁸⁰ A situação piorou em vários aspectos, com a pandemia, a guerra e a inflação contribuindo para uma crise global do custo de vida.²⁸¹

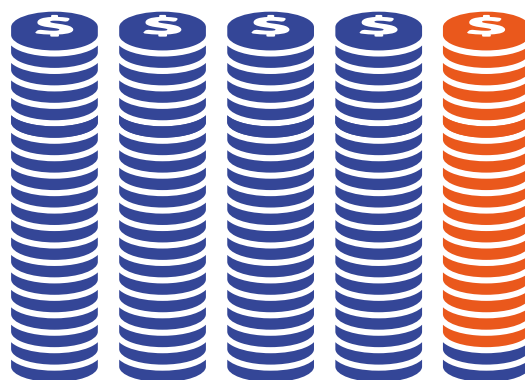
A queda nos salários reais representa agora uma imensa ameaça aos padrões de vida de trabalhadores e suas famílias, principalmente daqueles que já eram mal remunerados.²⁸² Em 2022, a OIT alertou que a queda histórica nos salários reais poderia aumentar a desigualdade e fomentar a agitação social.²⁸³ A nossa própria análise para este relatório conclui que os salários de 791 milhões de trabalhadores não conseguiram acompanhar a inflação e perderam 1,5 trilhão de dólares nos últimos dois anos, o equivalente a quase um mês (25 dias) de salários perdidos para cada trabalhador.²⁸⁴ Em 2022, o World Inequality Lab concluiu que a metade mais pobre da população mundial ganhava apenas 8,5% da renda global.²⁸⁵ Em muitos países, os 40% mais pobres entre as famílias controlam apenas uma pequena fração da renda global, por exemplo, no México (5%), na Namíbia (2,5%), na Indonésia (3,6%) e na Romênia (10,4%).²⁸⁶

Os povos discriminados e excluídos por raça e etnia costumam ser explorados pelas cadeias de abastecimento,²⁸⁷ enquanto os brancos se beneficiam desproporcionalmente dos lucros das empresas.²⁸⁸ Nos Estados Unidos, os brancos (59% da população do país) possuem 89% das ações das empresas, enquanto as famílias negras e hispânicas (14% e 19%, respectivamente) têm 1,1% e 0,5%.²⁸⁹ Outros países, tanto no Sul como no Norte globais, têm distribuições de acionistas igualmente distorcidas.²⁹⁰

Os trabalhadores migrantes nas cadeias globais de abastecimento enfrentam abuso e exploração sistemáticos, incluindo leis discriminatórias, vulnerabilidade à exploração devido a sua condição de imigrantes, isolamento, exclusão de serviços e aplicação lamentavelmente inadequada das proteções trabalhistas.²⁹¹ Pesquisa da Oxfam nos setores de alimentação e vestuário demonstrou que as marcas do Norte Global têm estado vinculadas a práticas trabalhistas e ambientais altamente exploratórias nos países do Sul Global, e às vezes as promovem diretamente.²⁹²

As mulheres são amplamente sobrerrepresentadas nos empregos que pagam menos e são mais precários,²⁹³ e enfrentam uma disparidade salarial persistentemente elevada em relação aos homens.²⁹⁴ A desigualdade de gênero é exacerbada pelas estratégias da cadeia de abastecimento que subvalorizam grande parte do trabalho realizado pelas mulheres.²⁹⁵ Essa desigualdade é agravada por outras formas de discriminação, como a baseada na raça e na condição de imigrante; por exemplo, as trabalhadoras migrantes, em

particular, podem ser encontradas em empregos com salários baixos e muita precariedade (ver Quadro 7).²⁹⁶ Em 2019, as mulheres ganharam apenas 51 centavos para cada dólar de renda do trabalho obtido pelos homens.²⁹⁷ As mulheres também sofreram impactos econômicos mais graves devido à pandemia e perderam coletivamente 800 bilhões de dólares em renda em 2020.²⁹⁸ Sua parcela de ganhos estimada em 2022 (apenas 35% do total em nível mundial) foi ligeiramente superior aos 30% estimados em 1990.²⁹⁹ Novos dados sobre



PARA CADA US\$ 100 DE LUCRO
GERADO PELAS 96 PRINCIPAIS EMPRESAS ENTRE
JULHO DE 2022 E JUNHO DE 2023,
US\$ 82 VOLTOU A SEUS ACIONISTAS
NA FORMA DE RECOMPRA DE AÇÕES E DIVIDENDOS



DAS MAIS DE 1.600 MAIORES
EMPRESAS DO MUNDO,
APENAS 24% TÊM COMPROMISSO PÚBLICO
PELA IGUALDADE DE GÊNERO

mais de 1.600 das maiores e mais influentes empresas revelam que 24% têm compromisso público com a igualdade de gênero. Apenas 2,6% das empresas divulgam informações sobre a proporção de salários entre mulheres e homens.³⁰⁰

Os cuidados e o trabalho doméstico feitos pelas mulheres, desproporcionalmente não remunerados e mal pagos, sustentam os lucros das empresas, com mulheres e meninas subsidiando efetivamente a economia ao realizar mais de três quartos do trabalho de cuidado não remunerado em todo o mundo.³⁰¹ Por exemplo, na região do Oriente Médio e Norte da África, as mulheres dedicam, em média, 17 a 34 horas por semana a esse tipo de trabalho, em comparação com uma a cinco horas dos homens.³⁰² Em 2020, a Oxfam estimou o valor monetário do trabalho de cuidado não remunerado realizado por mulheres em todo o mundo em, pelo menos, 10,8 trilhões de dólares³⁰³ anuais – três vezes o tamanho da indústria global de tecnologia.³⁰⁴



O TRABALHO DE CUIDADO NÃO PAGO ÀS MULHERES
SUBSIDIA A ECONOMIA EM PELO MENOS
US\$ 10,8 TRILHÕES ANUALMENTE

ESSA CONTRIBUIÇÃO À ECONOMIA É
TRÊS VEZES O TAMANHO
DA INDÚSTRIA TECH GLOBAL



Quadro 7: Lucrando com a exploração de gênero nas cadeias agroalimentares

As cadeias agroalimentares em todo o mundo estão repletas de violações dos direitos das mulheres e são caracterizadas por exploração e abuso sistemáticos, com forte viés de gênero.³⁰⁵ Grandes empresas que detêm um controle descomunal se envolvem frequentemente em práticas de compra que exercem forte pressão pela redução dos salários e contribuem para o trabalho precário e informal, ao mesmo tempo em que extraem grande parte do valor das cadeias de abastecimento alimentar e agrícola.³⁰⁶ O trabalho informal, temporário e outras formas atípicas existentes nessas cadeias de abastecimento também criam diferenças de poder que contribuem para a violência de gênero, que é amplamente difundida no agronegócio.³⁰⁷

Em 2021, a Oxfam e organizações parceiras entrevistaram mulheres migrantes na Costa Rica e na África do Sul, que trabalhavam em fazendas fornecedoras de frutas e vinho aos supermercados europeus.³⁰⁸ Elas constataram que, embora os supermercados obtivessem lucros recorde, as trabalhadoras enfrentavam condições desumanas, graves violações de direitos e salários extremamente baixos.

As agricultoras da África do Sul recebiam, em média, 1,2% do preço de venda de uma garrafa de vinho, enquanto os supermercados ficavam com mais de 50%.³⁰⁹ As trabalhadoras entrevistadas, que eram imigrantes de outras partes do continente, descreveram a exploração e o abuso que sofriam rotineiramente, incluindo baixos salários, exposição a pesticidas e falta de acesso a banheiros ou água potável. As mulheres também falaram sobre a precariedade e a discriminação que enfrentavam como imigrantes em situação legal irregular, em constante risco de deportação. Uma trabalhadora, Ruth, relatou que o dono da fazenda gritava com elas: “Se não quiserem trabalhar, voltem para casa.” Outra, Tarisai, lembrou a dificuldade que enfrentou ao ter negado o acesso ao seguro desemprego oferecido apenas aos sul-africanos no auge da pandemia de Covid-19: “Foi difícil. Nós realmente sofremos... Nunca vamos esquecer aquela época.”

3.2 Evitando pagar impostos

As grandes empresas e seus proprietários ricos também impulsionam a desigualdade ao travar uma guerra sustentada e altamente eficaz contra a tributação, enriquecendo acionistas e privando o público de recursos fundamentais.

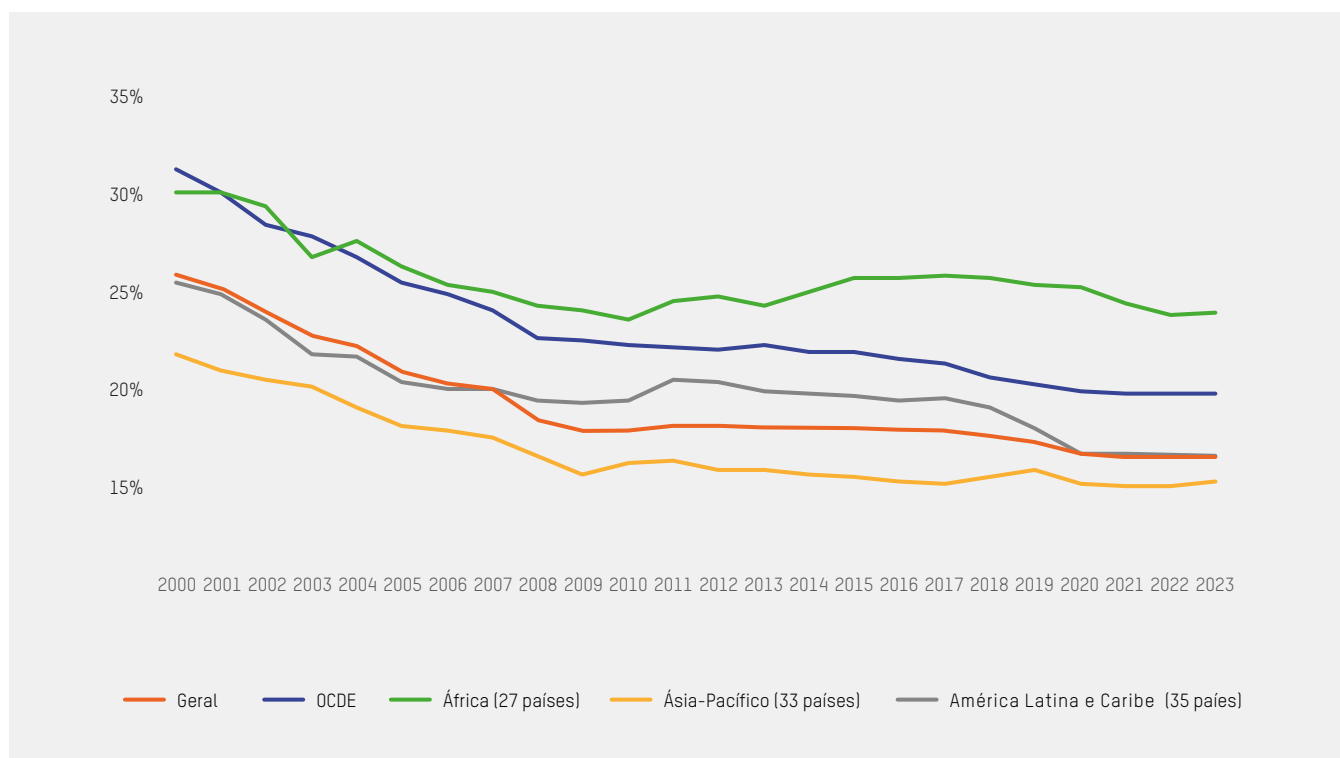
3.2.1 A queda dos impostos sobre empresas e seus proprietários

A tributação das empresas diminuiu em vários aspectos, apesar do aumento acentuado dos lucros de muitas delas. Desde 1980, a alíquota do imposto sobre a renda de pessoas jurídicas caiu a menos da metade nos países da OCDE, começando em 1980 em 48% e diminuindo para apenas 23,1% em 2022.³¹⁰ Essa redução ocorreu em todo o mundo, com quedas nas alíquotas de 111 dos 141 países pesquisados entre 2000 e 2023 (ver a Figura 4).³¹¹

Por mais drástica que tenha sido, essa queda não revela toda a extensão do problema, com paraísos fiscais, uso generalizado de incentivos fiscais inúteis e planejamento fiscal agressivo resultando em alíquotas reais muito inferiores às legais e, muitas vezes, mais próximas de zero.³¹² Em termos globais, a alíquota real de imposto de renda aplicada às empresas caiu de 23% para 17% entre 1975 e 2019 – uma redução de cerca de um terço.³¹³ Durante o mesmo período, muitas empresas obtiveram lucros recorde.³¹⁴ Segundo as melhores estimativas disponíveis, cerca de 1 trilhão de dólares – 35% dos lucros obtidos no exterior – foram transferidos para paraísos fiscais em 2022.³¹⁵ Apenas 4% das mais de 1.600 maiores e mais influentes empresas amostradas em todo o mundo cumprem plenamente os requisitos do indicador social da World Benchmarking Alliance sobre tributação responsável, através de uma estratégia fiscal global pública e da divulgação do imposto de renda pago em todos os países onde operam.³¹⁶

FIGURA 4: ALÍQUOTAS DE IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOAS FÍSICAS EM TODO O MUNDO

Alíquotas legais médias por região, 2000-2023



Fonte: Estatísticas do imposto sobre a renda das empresas da OCDE, 2023.³¹⁷

A redução dos impostos cobrados de empresas ocorreu juntamente com uma tributação muito baixa dos tipos de rendimentos que elas pagam aos seus acionistas. Nos países da OCDE, a alíquota marginal máxima média sobre dividendos diminuiu muito desde 1980, de 61% para 42%, e em alguns países, como o Brasil, eles simplesmente não são tributados.³¹⁸ Além disso, a renda recebida com a venda de ações em empresas é tributada, em média, em apenas 18% em 123 países, muito abaixo das alíquotas mais elevadas aplicadas à renda do trabalho (cerca de 31% nas maiores economias do mundo). Esse rendimento, denominado ganhos de capital, é a fonte de renda mais importante do 1% mais rico em muitos países e, no entanto, não é tributado em um em cada cinco deles.

Há uma nova dinâmica por trás dos esforços para melhorar as regras tributárias globais. Em 2021, no âmbito do Quadro Inclusivo sobre a Erosão da Base e Transferência de Lucros da OCDE, mais de 140 países concordaram com um conjunto de medidas baseado em dois pilares, que inclui um imposto global efetivo sobre a renda das empresas, com uma alíquota mínima de 15%.³¹⁹ Embora tenha sido promovido como um esforço para acabar com o nivelamento por baixo e a transferência de lucros, esse processo liderado pelo G20/OCDE ficou muito aquém do necessário, com problemas de representação inadequada dos interesses dos países do Sul Global, brechas que enfraquecem uma alíquota já muito baixa, de 15%, e uma abordagem que privilegia países ricos e paraísos fiscais.³²⁰ A partir de uma iniciativa de países africanos com apoio de um amplo leque de grupos da sociedade civil, incluindo a Oxfam, em novembro de 2023, a maioria dos estados membros votou pela abertura das negociações para uma convenção-marco internacional da ONU sobre a questão fiscal, embora vários países ricos do Norte Global tenham votado vergonhosamente contra a medida.³²¹ Essa é uma oportunidade para estabelecer regras fiscais globais justas em um futuro em que todos os países participariam em pé de igualdade.

3.2.2 A influência das grandes empresas sobre a política fiscal

Os cortes de impostos para empresas e seus proprietários nunca foram motivados por demanda popular.³²² Em parte, a queda desses tributos nas últimas décadas é resultado de uma agenda neoliberal mais ampla promovida pelas grandes

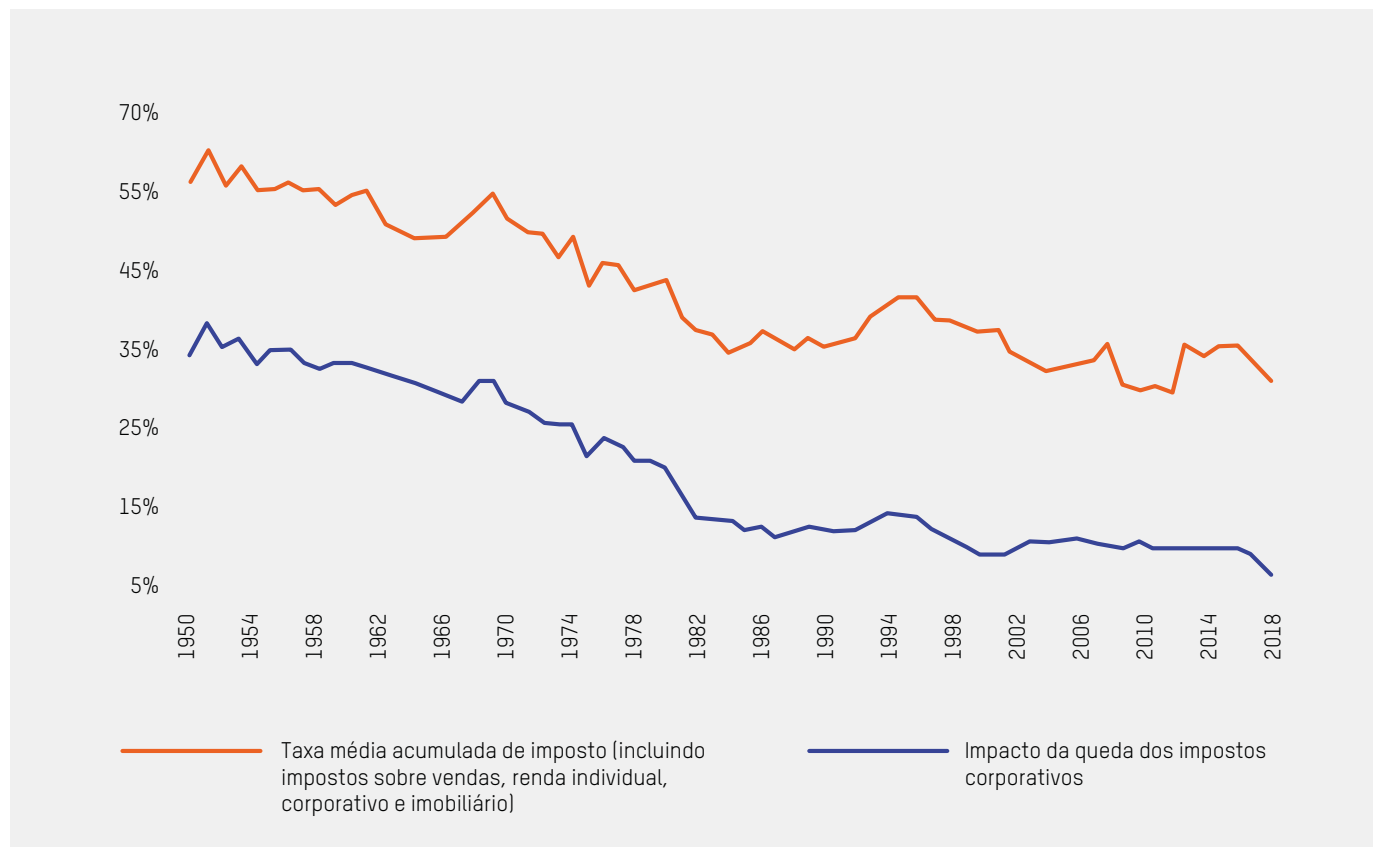
empresas e seus proprietários ricos, muitas vezes ao lado dos países do Norte Global e de instituições internacionais como o Banco Mundial. Em todo o mundo, o setor privado tem pressionado incansavelmente por alíquotas mais baixas, mais brechas na lei, menos transparência e outras medidas destinadas a permitir que as empresas contribuam com o mínimo possível para os cofres públicos.³²³ As empresas e seus consultores tributários conseguem usar sua influência injustificadamente desproporcional na elaboração de políticas fiscais para obter impostos mais baixos sobre seus ganhos, além de outras vantagens fiscais.³²⁴ Essa abordagem é altamente eficaz: um estudo realizado nos Estados Unidos concluiu que um aumento de 1% nas despesas com lobby federal pareceu reduzir as alíquotas de imposto efetivas das empresas em 0,5-1,6%, em média, enquanto outro estudo concluiu que cada dólar gasto em lobby relacionado a uma isenção fiscal teve um retorno de mais de 220 dólares.³²⁵

3.2.3 As reduções nos impostos sobre as empresas são reduções de impostos para os ricos

À medida que a tributação das empresas desabou e seus lucros dispararam, quem está no topo foi muito beneficiado. Nos países de renda alta, a queda das alíquotas de imposto sobre as empresas coincidiu com um período em que uma parcela crescente da renda vai para o 1% mais rico.³²⁶ As evidências mostram que os impostos cobrados das empresas são progressivos e que os mais ricos arcam com eles desproporcionalmente.³²⁷ Isso significa que a redução desses tributos nas últimas décadas proporcionou essencialmente outro enorme corte de impostos para as pessoas mais ricas do mundo. Os economistas Emmanuel Saez e Gabriel Zucman demonstraram, por exemplo, que a enorme queda nas alíquotas pagas por indivíduos mais ricos nos Estados Unidos é causada, em muito, por cortes nos impostos sobre as empresas (Figura 5).³²⁸

Embora alguns tenham argumentado que os cortes nos impostos sobre as empresas irão estimular o investimento ou impulsionar o crescimento que irá “gotejar” para baixo, há um amplo corpo de pesquisas refutando a ideia de que cortes de impostos para as grandes empresas resultam em investimento e emprego.³²⁹ Os verdadeiros beneficiários da destrutiva corrida para nivelar por baixo os impostos sobre a renda de pessoas jurídicas têm sido as grandes empresas e seus acionistas e proprietários ricos.³³⁰

FIGURA 5: COMO OS CORTES DE IMPOSTOS PARA EMPRESAS PROMOVEM A QUEDA DAS ALÍQUOTAS PAGAS PELOS SUPER-RICOS
Alíquota média do 0,1% mais rico (% da renda antes dos impostos) nos Estados Unidos, 1950-2019



Fonte: Saez e Zucman (2020).³³¹

3.2.4 As empresas deixam de pagar impostos à custa de toda a sociedade

A grande redução nos impostos sobre as empresas e seus proprietários abastados não encheu apenas os bolsos dos ultrarricos; também teve um grande custo para as sociedades. Para compensar a perda de receitas fiscais que deixaram de arrecadar com empresas e seus proprietários ricos, muitos governos recorreram àqueles com menos capacidade de pagamento³³² e têm dependido cada vez mais de tributos regressivos sobre bens e serviços, como o imposto sobre o valor agregado (IVA), que recai desproporcionalmente sobre as famílias de baixa renda e agrava a desigualdade de gênero.³³³

A perda de receitas de impostos sobre as empresas também significa que há menos dinheiro para gastar em serviços públicos que combatam a desigualdade.³³⁴ Por exemplo, no Marrocos, os incentivos fiscais – 43,9% dos quais beneficiam

empresas – representaram mais do que todo o orçamento da saúde para 2021.³³⁵ As mulheres são especialmente afetadas: em primeiro lugar, como principais usuárias dos serviços públicos; em segundo, como trabalhadoras, dada a sua participação desproporcional nos empregos do setor público; e em terceiro, como principais prestadoras de serviços de cuidado não remunerados, que precisam aumentar para preencher as lacunas nos serviços públicos.³³⁶ Maiores receitas fiscais poderiam ajudar a evitar cortes prejudiciais nos serviços públicos que costumam afetar desproporcionalmente as mulheres, como na Nigéria, onde, apesar de um índice de mortalidade materna extremamente elevado, em 2020, o governo propôs cortar o orçamento da saúde básica em mais de 40% para enfrentar as consequências econômicas da Covid-19.³³⁷

A queda nos impostos sobre as empresas também causa muita injustiça global. As grandes corporações do Norte

Global extraem enormes quantidades de riqueza do Sul Global, muitas vezes pagando pouco ou nenhum tributo.³³⁸ As grandes reduções nesses impostos têm sido uma característica fundamental em todas as regiões, mas seu efeito é especialmente grave nos países do Sul Global, que tendem a depender mais das receitas dos impostos sobre a renda das empresas para financiar os gastos públicos. Por exemplo, os países africanos são quase duas vezes mais dependentes desse tipo de receita para financiar seus gastos públicos do que os da OCDE.³³⁹ Estima-se que também se percam anualmente cerca de 200 bilhões de dólares quando as empresas evitam pagar impostos, com os países do Sul Global novamente tendendo a sofrer impactos desproporcionais.³⁴⁰

3.3 Privatizando os serviços públicos

Uma forma importante – embora subestimada – pela qual o poder das grandes empresas fomenta a desigualdade é a privatização dos serviços públicos. Em todo o mundo, esse poder está pressionando incessantemente o setor público, mercantilizando e, muitas vezes, segregando o acesso a serviços vitais como educação, água e saúde, enquanto obtém enormes lucros bancados pelos contribuintes e destrói a capacidade dos governos de fornecer o tipo de serviços públicos universais e de alta qualidade que poderiam transformar vidas e reduzir a desigualdade.³⁴¹

A privatização pode funcionar bem para os ricos, incluindo as elites econômicas e políticas, que podem se beneficiar financeiramente, bem como quem tem recursos suficientes para pagar por serviços privados caros. No entanto, um robusto conjunto de evidências demonstra que, em muitos casos, a privatização provoca exclusão, empobrecimento e outras consequências prejudiciais, principalmente para pessoas em situação de pobreza, mulheres e meninas, e povos discriminados por raça e etnia.

3.3.1 Privatização contemporânea

A privatização assume diferentes formas. Embora geralmente esteja associada à venda de empresas públicas ou aos programas de ajuste estrutural (PAEs) promovidos por instituições financeiras internacionais nas décadas de 1980 e 1990, ela continua tendo destaque hoje em dia. Ainda ocorre através da venda direta de ativos, mas também, muitas vezes, pela integração deliberada do setor empresarial em políticas e programas públicos, inclusive através de subsídios aos usuários, terceirizações e parcerias

público-privadas (PPP).

O poder das grandes empresas está pressionando para substituir os serviços públicos e extrair lucros de setores essenciais que são fundamentais para a concretização dos direitos. Os acordos de privatização, que variam segundo o setor, abrangem agora uma gama impressionante de bens e serviços essenciais, desde instituições de assistência a crianças e idosos até educação e prisões, e de estradas a parquímetros. A redução do financiamento dos serviços públicos pode ser considerada um tipo de privatização na prática, uma vez que os usuários dos serviços têm que recorrer ao setor privado para satisfazer suas necessidades fundamentais. As instituições internacionais continuam intimamente envolvidas na promoção de formas contemporâneas de privatização, bem como em outras reformas tributárias que contribuem para as pressões no sentido de privatizar.³⁴²

3.3.2 Aumentando a influência das empresas sobre os recursos públicos

Com frequência, a privatização implica dar às empresas o controle sobre áreas importantes da formulação de políticas,³⁴³ bem como o acesso a recursos públicos e capacidades que poderiam ser dedicadas à prestação de serviços universais e à redução da desigualdade.³⁴⁴ Apesar da promoção da privatização como medida de redução de custos, muitos sistemas contemporâneos, como as PPP e a terceirização, podem ser altamente dispendiosos para o Estado e exigir que os contribuintes garantam os lucros do setor privado.³⁴⁵ Os riscos fiscais das PPPs são particularmente elevados, o que lhes valeu o apelido de “bombas-relógio orçamentárias”.³⁴⁶ O fato desses sistemas representarem frequentemente um fardo pesado para os cofres públicos e geralmente custarem mais do que os serviços públicos coloca em questão os argumentos de que a privatização é necessária porque o setor público carece de recursos suficientes.³⁴⁷

Fundos de ‘private equity’, fundos de ‘hedge’ e outros grandes investidores institucionais estão recorrendo a PPPs e a outras formas de serviços privatizados para gerar retornos estáveis.³⁴⁸ As principais agências e instituições de desenvolvimento, muitas das quais implementaram políticas que priorizam serviços privados,³⁴⁹ encontraram pontos em comum com os investidores ao adotarem abordagens que “reduzem o risco” desses sistemas, transferindo o risco financeiro do setor privado para o setor público.³⁵⁰ Esse

novo “Consenso de Wall Street” reposiciona o “Consenso de Washington” na linguagem do desenvolvimento contemporâneo e vislumbra a transformação de serviços básicos como educação, saúde e água em ativos financeiros bancados por recursos públicos.³⁵¹

3.3.3 Enriquecendo bilionários, fundos de ‘private equity’ e capitalistas de compadrio

Os interesses envolvidos são enormes. Os serviços essenciais são indústrias de trilhões de dólares e representam imensas oportunidades de geração de lucros e riqueza para bilionários. As empresas de ‘private equity’ estão abocanhando tudo, de sistemas de água a serviços de saúde e lares de idosos, em meio a uma choradeira sobre resultados fracos e até trágicos.³⁵² Por exemplo, apesar das conclusões de países como o Reino Unido, de que os transportes públicos privatizados podem ser caros, pouco confiáveis e ineficazes, com consequências prejudiciais para as pessoas que deles dependem,³⁵³ sistemas inteiros de transporte público estão sendo alvo de empresas com históricos de uso de contratos de trabalho precários, constituindo também uma ameaça aos empregos no setor público.³⁵⁴ A Via, bancada por ‘private equity’, promete um novo serviço de trânsito “em semanas,

não meses”, e estima que o mercado movimente 450 bilhões de dólares.³⁵⁵

Esses setores estão gerando uma enorme riqueza para proprietários bilionários. Prevê-se que o mercado global de serviços hospitalares movimente 19 trilhões de dólares até 2030,³⁵⁶ e só na Índia, quatro bilionários investiram no setor privado de hospitais e diagnóstico.³⁵⁷ Uma análise das PPPs no setor de saúde do Reino Unido revelou índices de retorno de até 60%,³⁵⁸ enquanto instituições privadas para crianças no país renderam uma margem operacional de 22,6%.³⁵⁹ Estima-se que o mercado global de água e esgoto atinja 886 bilhões de dólares em 2027.³⁶⁰

A privatização costuma ocorrer em setores com poucos concorrentes e fortes barreiras à entrada, e por vezes, até com benefícios de monopólio concedidos pelo Estado e retornos garantidos pelos contribuintes. Uma análise recente de 51 empresas que receberam contratos públicos nos Estados Unidos concluiu que elas gastaram quase 160 bilhões de dólares em recompras de ações entre 2020 e 2023, o que significa que o dinheiro dos contribuintes estava, na verdade, enchendo os bolsos dos acionistas ricos.³⁶¹



Hospital das Mulheres em Nairobi, Quênia. Foto por Linda Oduor-Noah/Oxfam.

Com enormes quantidades de dinheiro público em jogo e os formuladores de políticas em posição de enriquecer amigos, doadores e outros aliados, a privatização cria oportunidades para a corrupção e a captura do Estado. Os interesses empresariais podem procurar definir sistemas que beneficiem os seus resultados financeiros em vez do interesse público.³⁶² Assim, a privatização abre as portas ao compadrio, possibilitando que poderosos interesses privados manipulem as políticas públicas e enriqueçam à custa da população.³⁶³

3.3.4 Prejudicando o acesso de muitos

A privatização pode fomentar e reforçar as desigualdades em serviços públicos vitais, segregando o acesso aos bens públicos mais básicos. Por exemplo, na saúde, ela pode consolidar e exacerbar o fosso entre ricos e pobres, excluindo e empobrecendo quem não pode pagar por serviços privados caros (ver o Quadro 8).³⁶⁴ Na educação, um grande conjunto de pesquisas mostra que a privatização provoca desigualdades, uma vez que mesmo as escolas privadas com mensalidades baixas tendem a ser inacessíveis para as famílias mais pobres.³⁶⁵ A privatização da proteção social também tem sido associada ao aumento da desigualdade, por exemplo, as reformas da previdência na América Latina e na Europa do Leste nas décadas de 1980 e 2000 já foram relacionadas ao aumento da desigualdade de renda e de gênero, bem como ao aumento da pobreza na velhice.³⁶⁶

Indivíduos e comunidades cujas necessidades são menos rentáveis podem ser excluídos ou receber serviços de qualidade inferior, como foi observado no contexto das pessoas com deficiência ou nas zonas rurais.³⁶⁷ E muitas vezes, os programas concebidos para remediar esse efeito e garantir o acesso universal a serviços privatizados, tais como subsídios aos usuários ou planos de previdência, não conseguem fazê-lo.³⁶⁸

A privatização também pode gerar desigualdades com base em raça e casta. Ela já foi empregada como tática para manter a segregação racial, como nos Estados Unidos, onde os críticos das escolas integradas tentaram usar subsídios para preservar ambientes de ensino segregados.³⁶⁹ Os esforços de privatização, tanto nos países do Sul como do Norte Global, foram comparados às formas contemporâneas de campanhas da elite branca para segregar, controlar e lucrar com os sistemas escolares.³⁷⁰ Os povos discriminados por raça e etnia costumam ter renda inferior e índices de pobreza mais elevados devido à discriminação e à exploração sistemáticas, históricas e continuadas e,

portanto, sofrem mais com os prejuízos causados pela privatização.³⁷¹ Pesquisa da Oxfam constatou que os dalits, na Índia, enfrentam preços elevados, fora do seu alcance, quando precisam de serviços privados de saúde,³⁷² exclusão financeira no ensino privado, e discriminação explícita em ambos.³⁷³ Outra pesquisa mostra que a privatização pode restringir a capacidade do setor público de reduzir as desigualdades de raça no mercado de trabalho.³⁷⁴

Embora serviços públicos universais e de alta qualidade, sensíveis a gênero, possam reduzir as disparidades de gênero e permitir que mulheres e meninas conquistem seus direitos, a privatização pode exacerbar as desigualdades de gênero.³⁷⁵ As mulheres costumam ganhar menos do que os homens e ter maior presença entre os trabalhadores do setor público.^{376, 377} Elas são, portanto, desproporcionalmente prejudicadas pela retirada e a redução do financiamento dos serviços públicos e por medidas voltadas a gerar lucro, como a introdução de preços mais elevados e cobranças por uso.³⁷⁸ As mulheres geralmente têm mais responsabilidades por uma série de tarefas essenciais, incluindo coleta de água e trabalho de cuidado. Em situações em que a privatização tornou esses serviços menos acessíveis em termos de custos ou fisicamente, muitas vezes foi o trabalho não remunerado das mulheres que preencheu a lacuna.³⁷⁹

De fato, em várias áreas, constatou-se que a privatização prejudica as mulheres e as meninas. O setor privado tem sido associado à negligência com as necessidades rotineiras de saúde das mulheres,³⁸⁰ a reduções no acesso das meninas ao ensino à medida que famílias com recursos limitados priorizam a educação dos meninos (por exemplo, apesar da paridade de gênero nas escolas públicas de ensino fundamental da Tunísia, a porcentagem de meninas nas escolas privadas cai para 30%)³⁸¹ e a aumentos na desigualdade da força de trabalho.³⁸² As PPPs têm sido especificamente associadas a impactos negativos nos serviços de saúde, nos meios de subsistência, nas condições de trabalho e no trabalho de cuidados não remunerado feito pelas mulheres.³⁸³

A privatização também pode abrir as portas à discriminação intencional com base na identidade de gênero e na orientação sexual. Por exemplo, em 2023, o Perito Independente da ONU sobre orientação sexual e identidade de gênero levantou preocupações sobre a discriminação por parte de grupos privados encarregados de fornecer assistência social, serviços de adoção e educação.³⁸⁴

Quadro 8: Como os hospitais privados bancados por instituições financeiras de desenvolvimento causam danos

Em 2023, uma pesquisa da Oxfam revelou que os pacientes que viviam na pobreza no Sul Global estavam sendo levados à falência por grandes empresas de saúde bancadas por investimentos multimilionários de instituições financeiras de desenvolvimento (IFDs) geridas pelos governos de Reino Unido, França, Alemanha e outros países ricos, bem como o Grupo Banco Mundial.³⁸⁵ Apesar de ser promovidos como uma forma de chegar à cobertura universal de saúde, a Oxfam concluiu que os prestadores de serviços de saúde privados na Índia, no Quênia, na Nigéria, em Uganda e em outros locais estavam levando os pacientes à pobreza. A investigação encontrou casos de extorsão e prisão de pacientes por falta de pagamento, tratamentos negados a quem não pode pagar (mesmo em emergências), abusos dos direitos humanos que não foram impedidos, incluindo tráfico de órgãos por parte de funcionários, e práticas de exploração, como pressionar os pacientes para que realizem procedimentos médicos desnecessários e caros.³⁸⁶

Na Índia, onde o setor privado da saúde movimentava atualmente 236 bilhões de dólares e cresce rapidamente, o braço do Banco Mundial para o setor privado, a Corporação Financeira Internacional (IFC), investiu diretamente mais de meio bilhão de dólares em algumas das maiores cadeias privadas de hospitais do país, de propriedade de alguns de seus bilionários mais ricos. Ainda assim, em junho de 2023, a Oxfam descobriu que a IFC não publicou uma única avaliação dos seus projetos de saúde no país desde que eles começaram, há mais de 25 anos. Os reguladores da saúde na Índia fizeram muitas queixas, incluindo casos de cobrança excessiva em hospitais, manipulação de preços e recusa a tratar sem custos pacientes que vivem na pobreza, apesar de esta ser uma condição para que recebessem terras do governo gratuitamente. Além disso, dos 144 hospitais financiados, apenas um está localizado em uma zona rural.³⁸⁷

3.4. Impulsionando o colapso climático

O poder das grandes empresas está contribuindo para o colapso climático que, por sua vez, gera grande sofrimento e exacerba desigualdades extremas. A busca das empresas por lucros de curto prazo levou o mundo à beira do colapso climático, à medida que os combustíveis fósseis continuam construindo fortunas para muitos dos super-ricos. No entanto, ainda hoje, muitos proprietários e investidores bilionários se beneficiam quando o poder e a influência das empresas procuram bloquear os avanços a uma transição rápida e justa, negam e distorcem a verdade sobre as mudanças climáticas, e destroem quem se opõe.

3.4.1 Contribuindo para as mudanças climáticas

Já está bem documentado o papel do poder das grandes empresas e principalmente da indústria dos combustíveis fósseis (ver o Quadro 9) em impulsionar e lucrar com as atividades que causam a crise climática.³⁸⁸ Apesar das amplas promessas de transformação, a indústria continua promovendo novos investimentos em combustíveis fósseis,³⁸⁹ enquanto os investimentos em atividades de baixo carbono representam menos de 1% das despesas de capital das empresas de petróleo e gás.³⁹⁰

Algumas das falsas “soluções” defendidas pelos maiores poluidores do mundo e seus financiadores não conseguem evitar o colapso climático e, em vez disso, agravam a pobreza e a desigualdade.³⁹¹ Apesar de haver padrões óbvios para uma forte ação climática por parte das empresas, estabelecidos pela iniciativa Science Based Target (SBTi), pelo Grupo de Especialistas de Alto Nível sobre os Compromissos de Emissão Líquida Zero por Entidades Não Estatais, da ONU, e outros, os planos climáticos de muitas empresas “net zero” não passam de lavagem verde e não levam às reduções de emissões de forma rápida e significativa, como é necessário.³⁹²

3.4.2 Influenciando as políticas climáticas e a opinião pública

As empresas de combustíveis fósseis sabem, há décadas, que os gases de efeito de estufa poderiam causar mudanças climáticas potencialmente catastróficas, mas têm continuamente procurado defender e prolongar o status quo mortal, influenciando as políticas e a opinião pública.³⁹³ Elas gastam quantias enormes em campanhas e lobby, e dominam cada vez mais as negociações climáticas da ONU.³⁹⁴ As grandes empresas de combustíveis fósseis estão travando batalhas políticas e de relações públicas, por exemplo,

apoiando iniciativas contra a eliminação progressiva da rede residencial de gás na Austrália,³⁹⁵ reduzindo as punições aos emissores na África do Sul,³⁹⁶ revertendo padrões de eficiência de combustíveis³⁹⁷ e estimulando a oposição a investimentos com base em práticas ambientais, sociais e de governança (ESG) nos Estados Unidos.³⁹⁸ Esses esforços são complementados por uma porta giratória entre governos e essas empresas,³⁹⁹ bem como pela promoção do negacionismo climático e outras mensagens favoráveis aos combustíveis fósseis.⁴⁰⁰

3.4.3 Enriquecendo os bilionários do carbono

A crise climática tornou algumas pessoas incrivelmente ricas, e essa riqueza costuma ser reinvestida em combustíveis fósseis e usada para financiar estilos de vida dos ultrarricos, com uso intensivo de carbono. Muitos dos bilionários do mundo têm, controlam, definem e lucram financeiramente com processos que emitem gases de efeito de estufa.⁴⁰¹ As empresas de combustíveis fósseis obtiveram receitas recorde em 2022, grande parte usada para enriquecer os acionistas através de grandes recompras e dividendos.⁴⁰² Em 2022, a Oxfam realizou uma análise detalhada de 125 dos bilionários mais ricos do mundo e concluiu que, em média, através dos seus investimentos, eles emitem três milhões de toneladas de CO2 por ano – mais de um milhão de vezes a mais do que as emissões médias de alguém entre os 90% mais pobres da humanidade.⁴⁰³



Fumaça poluente emitida por usina a carvão. Foto por Lane V. Erickson/Shutterstock.

Quadro 9: A indústria dos combustíveis fósseis judicializa a luta

A indústria dos combustíveis fósseis lançou o que equivale a uma guerra jurídica total contra aqueles que lutam para proteger as pessoas e o planeta, instaurando processos contra ações regulatórias, ações de arbitragem em grande escala e processos judiciais abusivos para punir as críticas.⁴⁰⁴ Entre essas ações estão processos injustificados contra líderes indígenas e comunitários, ativistas, acadêmicos e outros membros da sociedade civil.⁴⁰⁵ A adoção cada vez maior dessas “ações judiciais estratégicas contra a participação pública” foi condenada pelo Grupo de Trabalho da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos.⁴⁰⁶

Usando o que o economista Joseph Stiglitz chamou de “terrorismo de litigância”,⁴⁰⁷ a indústria dos combustíveis fósseis também ajuizou grandes ações de arbitragem contra países que tomaram medidas para reduzir as emissões e proteger o meio ambiente.⁴⁰⁸ As empresas usam cada vez mais sistemas de litígio entre investidores e Estado para questionar a ação governamental no sentido de limitar ou eliminar gradualmente os combustíveis fósseis;⁴⁰⁹ suas ações pedem uma média de 1,4 bilhão de dólares e se estima que tenham resultado em pelo menos 100 bilhões de dólares em pagamentos.⁴¹⁰ A grande maioria das ações relativas a combustíveis fósseis e mineração são apresentadas por empresas do Norte Global contra países do Sul Global,⁴¹¹ privando-os de recursos em um momento em que muitos já estão sobrecarregados de dívidas.⁴¹²

3.4.4 Desigualdade de impacto

Os deslocamentos relacionados ao clima já expulsaram dezenas de milhões de pessoas de suas casas,⁴¹³ e as condições meteorológicas extremas estão dizimando a agricultura e contribuindo para fome em massa, conflitos armados e crises humanitárias.⁴¹⁴ Embora as pessoas ricas e os países ricos estejam, em muitos aspectos, impulsionando a crise climática, quem vive nos países de baixa renda e na pobreza é mais atingido, e quase todas as pessoas que enfrentam discriminação de gênero, raça, religião, casta,

classe ou idade arcam com o fardo.⁴¹⁵ Muitos dos países que têm menos responsabilidade pelo aquecimento do planeta – principalmente no Sul Global – sofrem as piores consequências da atual crise climática e têm menos recursos para se recuperar.⁴¹⁶

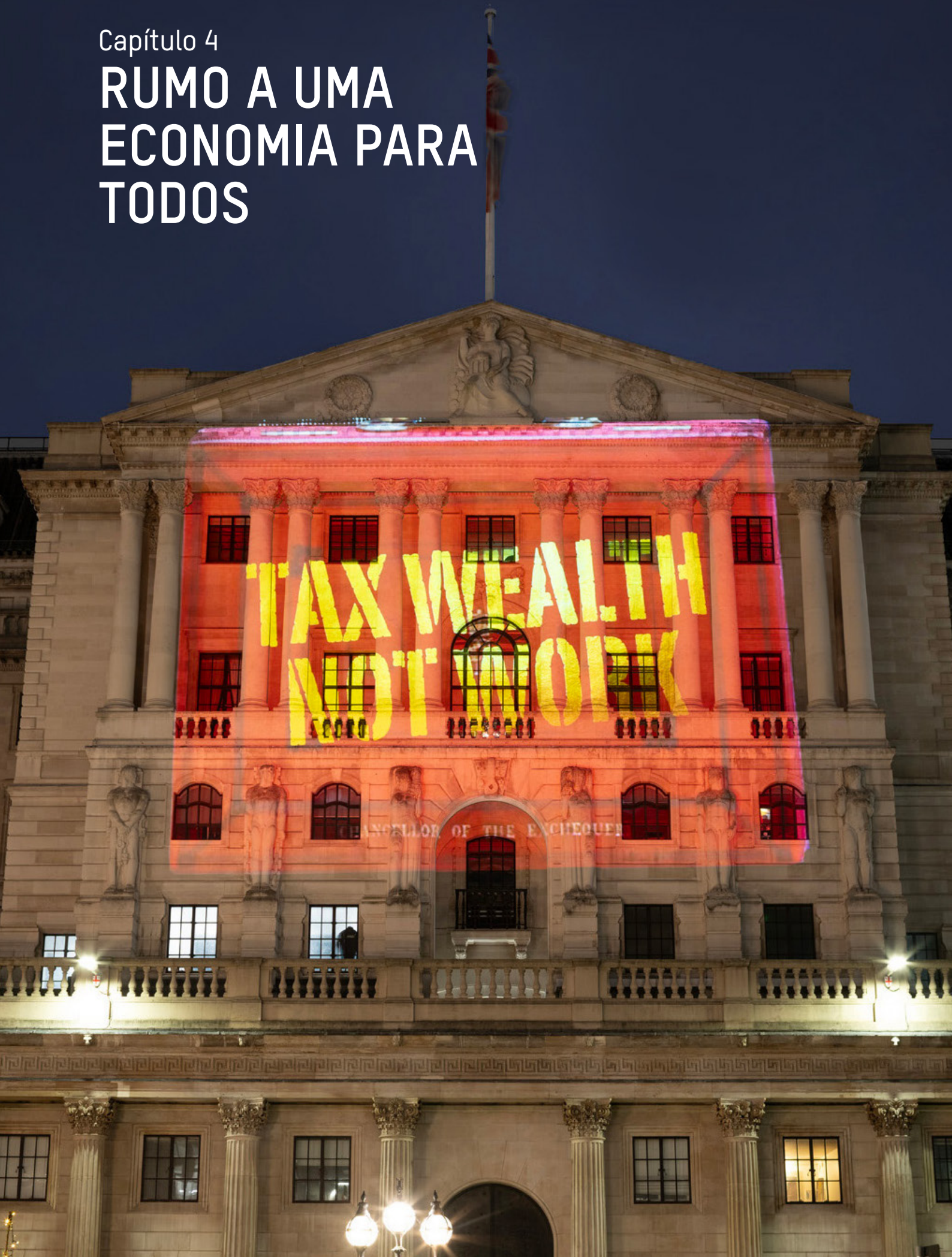
As vulnerabilidades aos impactos das mudanças climáticas aumentam quando a desigualdade econômica se cruza com desigualdades de poder, como as relacionadas a gênero, etnia e idade.⁴¹⁷ As mulheres, principalmente as de condição socioeconômica mais baixa, tendem a ter menos acesso a ajuda e assistência, índices de sobrevivência mais baixos após catástrofes relacionadas ao clima, e maiores responsabilidades de cuidado.⁴¹⁸ Elas também enfrentam riscos mais elevados decorrentes dos efeitos do estresse térmico, bem como os relacionados a saúde materna e infantil.⁴¹⁹

Dentro dos países, os efeitos das mudanças climáticas atingem de forma desproporcional os povos discriminados por raça e etnia. Por exemplo, nos Estados Unidos, as pessoas negras tendem a viver em bairros mais quentes e com menos cobertura arbórea do que os residentes brancos, e têm menos probabilidades de ter ar-condicionado.⁴²⁰ Os povos indígenas, cujas abordagens sustentáveis à gestão da terra enfrentam há muito tempo ameaças das indústrias extrativas, são gravemente afetados pelas mudanças climáticas. Isso se deve à sua estreita relação com o meio ambiente e à discriminação e à marginalização sistemáticas que enfrentam, o que resulta na negação generalizada dos seus direitos.⁴²¹

No Capítulo 4, discutimos como a desigualdade alimentada pelas empresas pode ser revertida, especificamente por uma nova era de ação antimonopolista, de regulamentações que garantam trabalho digno e uma partilha justa para todos, e de formas radicalmente diferentes de fazer negócios. A queda dos impostos sobre os ganhos das empresas deve ser abordada através de um novo paradigma fiscal caracterizado por tributos fortemente progressivos, pelo fim da evitação do pagamento de impostos por parte das empresas e por esforços incluídos para construir um sistema tributário global mais justo. Provedores que sejam de propriedade e controle públicos muitas vezes estão mais bem posicionados para fornecer serviços essenciais universais, acessíveis, sensíveis ao gênero e de alta qualidade a todos.

Capítulo 4

RUMO A UMA ECONOMIA PARA TODOS



4. RUMO A UMA ECONOMIA PARA TODOS

Neste capítulo, analisamos os principais passos que podem ser dados: em primeiro lugar, elevar radicalmente o patamar da igualdade no mundo em níveis nacional e global; em segundo, conter o poder das grandes empresas e construir economias para todos, e não economias que procuram recompensar apenas os mais ricos.

4.1 Um aumento radical da igualdade deve ser a prioridade mais urgente da humanidade

Reduzir rápida e radicalmente o fosso entre os mais ricos e o resto da sociedade é vital para garantir uma vida boa para todos em um planeta que floresça, não ter que lutar pela sobrevivência.

Os governos de todo o mundo precisam desenvolver planos concretos para reduzir a desigualdade e captar melhor o impacto das suas políticas nesse sentido. O G20, liderado pelo Brasil, e o processo de reforma da Cúpula do Futuro da ONU têm um papel fundamental na união dos países do Norte e do Sul globais para tornar o mundo um lugar mais igualitário, reduzindo a desigualdade entre países e dentro de cada um deles.

Melhorar a qualidade dos dados e dos métodos de medição da desigualdade é um primeiro passo essencial. A ONU deve se comprometer a fortalecer os indicadores para a redução da desigualdade dentro de cada país, no âmbito do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 10. Sob a liderança do Brasil, o G20 deve se comprometer a reduzir radicalmente a desigualdade entre o Norte e o Sul Globais.



Favela lado a lado a um bairro nobre em São Paulo, Brasil. Foto por Danny Lehman.

Todos os governos podem reduzir a desigualdade em seus países – e devem definir objetivos nacionais e desenvolver planos para isso, incluindo metas claras e com prazos definidos para diminuir a desigualdade econômica, para que a renda total dos 10% mais ricos da população não seja superior à dos 40% mais pobres, o que é conhecido como índice Palma de 1.

Os governos também devem investir na coleta de dados de alta qualidade sobre a desigualdade, tanto de renda quanto de riqueza. Os mais ricos não devem poder evitar sua entrada na contabilidade. Isso deve incluir dados desagregados por gênero, raça e outras dimensões de discriminação. Projetar e medir sistematicamente os impactos distributivos das políticas públicas e da atividade do setor privado possibilitariam a redução da desigualdade por meio de políticas baseadas em evidências. Os países devem realizar avaliações anuais das opções políticas e do seu impacto na melhoria da renda, da riqueza e das liberdades de todos os cidadãos, bem como na minimização da desigualdade.

4.2 Contendo o poder das grandes empresas: três passos práticos

O poder descontrolado das grandes empresas e a riqueza extrema descontrolada já foram contidos e controlados no passado e podem voltar a sê-lo. Este relatório descreve três formas concretas, comprovadas e práticas de fazer a economia funcionar para todos nós.

1. Revitalizar o Estado

Um Estado forte, dinâmico e eficaz é a melhor contra o poder das grandes empresas e uma solução para corrigir as falhas do mercado. Também é fundamental para orientar e definir a economia no sentido de objetivos coletivos. Um Estado forte é fornecedor de bens públicos, regulador das empresas privadas, o principal investidor em vários setores e um criador e modelador de mercados. Os governos reduzem os riscos das empresas e as financiam através de contratos públicos.⁴²² Estabelecem os termos em que vários atores da economia trabalham em conjunto para construir valor e conhecimento públicos, socializar recompensas e garantir prestação de contas e transparência no sistema.⁴²³

Na maioria dos países, o Estado é o principal agente promotor dos serviços sociais (como saúde, educação e seguridade social), serviços públicos e infraestrutura (como água, energia, estradas, telecomunicações e correios), segurança do Estado (polícia, bombeiros, justiça e defesa) e serviços culturais (como bibliotecas, museus e radiodifusão pública). Ao mesmo tempo, os governos possuem e operam empreendimentos comerciais nacionais em setores que

incluem finanças, infraestrutura, indústria, energia e recursos naturais. Essas entidades estatais representaram 20% do investimento, 5% do emprego e até 40% da produção doméstica em nível mundial em 2018.⁴²⁴ As empresas estatais realizam 55% do investimento total em infraestrutura nas “economias emergentes e em desenvolvimento”.⁴²⁵ O poder do Estado para agir em prol do bem coletivo ganhou destaque durante a crise da Covid-19.⁴²⁶

Embora a definição de quais partes da economia serão disponibilizadas publicamente seja uma escolha que cabe a cada país e sociedade, os governos têm que assumir o seu poder e cumprir um papel proativo. Eles devem:

- Garantir serviços públicos que combatam a desigualdade, como saúde, educação e cuidados; proporcionar proteção social universal e baseada em direitos, inclusive para aqueles que trabalham na economia informal; e aumentar os gastos públicos com eles. Os bens públicos, como educação e saúde, devem ser geridos no interesse público, através de uma abordagem sensível ao gênero, e ser de propriedade e operação predominantemente públicas. A saúde e a educação devem ser gratuitas e financiadas por tributação progressiva.
- Investir em transporte, energia, habitação e outras infraestruturas públicas. Apoiar o direito das pessoas ao acesso à energia para fins pessoais e de subsistência e o de se preparar e se proteger contra os impactos climáticos, como inundações, tempestades e calor extremo.
- Explorar um monopólio público ou uma opção pública em setores com tendência ao poder monopolista e que sejam fundamentais para aumentar a igualdade e promover uma rápida transição dos combustíveis fósseis. Esses setores podem incluir energia, transportes (onde os custos de investimento em infraestruturas significam que só pode haver um fornecedor eficiente) e outros setores onde haja benefício significativo para o país. É importante reconhecer as opções públicas que já existem, de bibliotecas à habitação, e de defensores públicos a estradas, universidades, museus e serviços postais, e expandi-las. Dos esforços relacionados a bancos públicos a uma opção pública para produtos farmacêuticos – em que os governos fornecem medicamentos de qualidade garantida que estão universalmente disponíveis a todos, juntamente com opções privadas – há uma enorme margem para a ação governamental afirmar o poder público e moldar os mercados para melhor.⁴²⁷
- Fortalecer a governança, incluindo a melhoria da transparência, da prestação de contas e da participação

e do controle públicos sobre as instituições (incluindo as empresas públicas); garantir que essas instituições sejam adequadamente financiadas para cumprir suas funções econômicas e sociais.

- Acabar com o fornecimento lucrativo de bens públicos como educação e saúde. Qualquer serviço público prestado por atores privados deve ser gerido no interesse público e, na medida do possível, ser propriedade pública. A prestação privada não deve contribuir para a segregação na sociedade com base em riqueza familiar, raça, gênero ou qualquer outra identidade. Não deve aumentar a desigualdade e deve ter supervisão democrática e cumprir padrões nacionais de qualidade. Isso implica fortalecer a capacidade regulatória, financiá-la e a dotar de pessoal para fazer cumprir as leis e garantir que o setor privado sirva o bem comum.

2. Regular as empresas

Empresas poderosas estão gerando desigualdades extremas, muitas vezes dominando os governos e prejudicando as opções e as liberdades das pessoas em todo o mundo. Os governos devem usar o seu poder para conter o poder descontrolado das empresas.

Romper os monopólios privados e evitar que o poder das grandes empresas cresça demais

A Oxfam defende uma ação antimonopolista, para enfrentar os níveis históricos de desigualdade. Isso envolve uma mudança fundamental de abordagem, de tal forma que o poder concentrado do setor privado já não possa rivalizar com o poder público. As estruturas econômicas devem ser reformadas proativamente para evitar a ocorrência de comportamentos monopolistas prejudiciais. É vital que os esforços antimonopolistas não se limitem à ação dentro do mercado. O papel do Estado precisa ser repensado, como os governos fizeram historicamente, descentralizando e nacionalizando o poder privado no interesse público.

Os esforços devem ser orientados por um movimento antimonopolista que cresce em todo o mundo. Cada país tem seu contexto, mas se podem aplicar princípios universais. Os governos devem:

- **Romper os monopólios privados e restringir a concentração empresarial extrema.** Adotando uma abordagem específica para cada país, deve-se levar em conta todo o potencial da lei para romper os monopólios privados existentes, bloquear fusões monopolísticas e reformar as regras de fusão para evitar, antes de mais nada, que o poder dos monopólios se acumule. Nenhuma empresa deveria ser capaz de capturar uma fatia do

mercado suficiente para adquirir poder indevido. Os governos podem aprender com as atuais ações judiciais antimonopólio, como as que foram movidas contra Amazon e Google nos Estados Unidos e na Europa.⁴²⁸

Muitos países criaram medidas e mecanismos legais para restringir os poderes dos monopólios empresariais nas últimas décadas.⁴²⁹ Eles incluem: adotar medidas para aprovar normas mais rigorosas sobre fusões, que remodelem setores da economia; aplicar as leis antimonopólio já em vigor (observando que a aplicação é fraca em todas as regiões); e aprovar novas leis anulando outras que sejam prejudiciais e criando normas adequadas ao século 21; tudo no sentido de melhor governar os mercados no interesse público.⁴³⁰ A aplicação da lei antimonopólio funciona: rupturas anteriores levaram a explosões de inovação,^{431, 432} e a aplicação da lei, em geral, demonstrou reverter muitos dos danos do monopólio ao aumentar os salários, criar empregos e rebaixar preços.⁴³³

- **Romper o monopólio do conhecimento e democratizar regras de comércio e patentes.** Em níveis nacional e internacional, é necessário rever as regras comerciais que permitem às empresas controlar agressivamente a propriedade intelectual que é vital para combater a desigualdade,⁴³⁴ doenças mortais⁴³⁵ e a crise climática,⁴³⁶ e permitir que os países do Sul Global afirmem sua soberania. Isso inclui pôr fim ao uso abusivo de patentes quando sua aplicação for contrária ao interesse público; retomar as restrições antitruste às patentes e ao licenciamento de patentes; realizar reformas permanentes nas regras do comércio internacional para cancelar patentes em áreas fundamentais como o setor farmacêutico; e compartilhar conhecimentos através de iniciativas como o centro de transferência de tecnologia de vacinas mRNA da Organização Mundial de Saúde.
- **Apoiar soluções públicas dinâmicas e afirmar um maior controle público.** Mais concorrência privada não é uma panaceia, e sim uma parte da solução para a regulação pública. Restaurar um maior controle público é uma das principais ferramentas antimonopólio. Isso inclui a prestação de serviços públicos universais, bem como opções públicas e envolvimento público na economia: ações que possam reduzir a concentração empresarial e o poder dos monopólios privados. Definir quais partes da economia serão disponibilizadas publicamente é uma escolha que cabe a cada país e sociedade, mas todos os governos devem reconhecer o poder dos serviços públicos e sua prestação pública e assumir um papel proativo na formação da economia para reduzir o poder

das empresas no combate à desigualdade. Assim, os governos devem explorar um monopólio público ou uma opção pública em todos os setores que estejam sujeitos à concentração indevida de mercado e ao poder monopolista.⁴³⁷

Garantir que não haja pagamento de dividendos ou recompras de ações antes de salários dignos e justiça climática

A restrição dos pagamentos aos acionistas poderia funcionar como um poderoso incentivo para as empresas cumprirem seus deveres sociais e ambientais. Os governos devem fazer isso impedindo que as empresas efetuem esses pagamentos até que elas:

- Estejam pagando salários dignos a todos os funcionários e exista uma estratégia, com objetivos mensuráveis e prazos definidos, para garantir que os trabalhadores das cadeias de abastecimento tenham salário/renda dignos.
- Tenham feito os investimentos necessários para garantir uma transição a uma operação de baixo carbono e estejam em uma trajetória clara e com prazos definidos para atingir os objetivos de emissões de carbono alinhados ao Acordo de Paris.

Implementar medidas juridicamente vinculantes sobre devida diligência obrigatória em direitos humanos e ambientais sensíveis ao gênero (mHRDD – Mandatory Human Rights Due Diligency)

As empresas devem ser obrigadas a realizar a devida diligência para identificar e gerenciar os riscos e impactos sobre o meio ambiente e os direitos humanos em suas operações e cadeias de abastecimento. A lei as responsabilizaria por não conseguirem prevenir o abuso, bem como pela reparação, conforme estabelecido nos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos.⁴³⁸

As mulheres são afetadas desproporcionalmente, e a lei deve adotar uma perspectiva de justiça de gênero, como estabelecido pelas Feministas por um Tratado Vinculante.⁴³⁹

Os órgãos legislativos da União Europeia estão negociando uma Diretiva de Devida Diligência em Sustentabilidade Empresarial que exigiria que as empresas do bloco e de outros países que operem no mercado europeu tomem medidas para enfrentar os riscos aos direitos humanos e ao meio ambiente.⁴⁴⁰ Contudo, as propostas originais foram diluídas e a diretiva está agora repleta de brechas.⁴⁴¹

Fortalecer leis para justiça racial e de gênero

Os governos devem implementar e garantir a plena aplicação de leis relativas à igualdade salarial com base em gênero e à

eliminação de todas as formas de discriminação, violência e assédio de gênero. Eles devem:

- Exigir que as empresas publiquem e implementem políticas de gênero e inclusão que abranjam contratação, formação, promoção, assédio e recebimento de denúncias, e estabeleçam condições de trabalho que apoiem a responsabilidade pelos cuidados.⁴⁴² As empresas devem ter como objetivo alcançar a diversidade em termos de raça, formação educacional e habilidades especializadas através de uma estratégia pública para a diversidade, com metas relatadas regularmente. Elas devem ser obrigadas a informar disparidades salariais de gênero e raça. Após a implementação de relatórios obrigatórios sobre disparidades salariais de gênero no Reino Unido, a diferença de remuneração entre mulheres e homens diminuiu 19%, em média,⁴⁴³ embora esse avanço possa estagnar se as empresas não adotarem uma abordagem abrangente para fechar essa lacuna.
- Implementar as recomendações de justiça racial da ONU.⁴⁴⁴ Isso envolveria desenvolver e aplicar legislação sobre não discriminação, formular planos de ação para acabar com o racismo e a discriminação, promover o acesso ao trabalho e enfrentar as barreiras ao emprego.
- Reconhecer, reduzir e redistribuir o trabalho de cuidado não remunerado através da coleta de melhores dados sobre a prestação desses serviços; investir em infraestruturas físicas e sociais que apoiem os cuidados; apoiar cuidados de crianças e idosos e licenças familiares e de saúde remuneradas, horários de trabalho flexíveis e licença parental remunerada; e questionar as normas sociais que delegam o trabalho de cuidado não remunerado majoritariamente a mulheres e meninas, principalmente migrantes, racializadas ou marginalizadas, levando a uma distribuição desigual desse tipo de trabalho em função do gênero.⁴⁴⁵ A licença parental igual e remunerada em 100% do salário anterior deve estar disponível a todos os gêneros durante pelo menos 18 semanas, em conformidade com as recomendações da OIT.⁴⁴⁶

Apoiar e incentivar os sindicatos

Salários dignos e emprego decente para os trabalhadores de todo o mundo são fundamentais para acabar com a atual crise de desigualdade. A legislação deve proteger os direitos dos trabalhadores à sindicalização e à greve, e as leis que restrinjam esses direitos devem ser revogadas. Os acordos de negociação coletiva devem ser permitidos e apoiados.

Limite à remuneração de CEOs

Enquanto milhões de trabalhadores comuns continuam recebendo salários de fome, os CEOs têm rendas altíssimas. Já se estimou que, com pouco mais de um dia de trabalho, um CEO nos Estados Unidos ganha o mesmo que um trabalhador normal durante todo o ano.⁴⁴⁷ Nesses cargos, a remuneração média das mulheres é mais baixa do que a dos homens.⁴⁴⁸ Em termos gerais, homens tendem a ganhar mais do que mulheres⁴⁴⁹ e persistem as disparidades salariais entre pessoas brancas e negras.⁴⁵⁰ É importante limitar os salários mais elevados a não mais de 20 vezes o salário médio (mediana) do trabalhador e eliminar as disparidades entre homens e mulheres.

Aumentar radicalmente os impostos sobre empresas e indivíduos ricos

Como mostra este relatório, as empresas e os indivíduos mais ricos são os principais beneficiários do valor gerado pela força de trabalho global de bilhões de pessoas (muitas das quais sobrevivem com salários de fome), pela extração de recursos naturais e pelo trabalho de cuidado não remunerado feito pelas mulheres. Os governos deveriam aumentar os impostos sobre a renda e o patrimônio dos indivíduos super-ricos e das empresas, com o G20 defendendo um novo acordo internacional sobre essa agenda fundamental de combate à desigualdade. Os governos deveriam:

- **Implementar tributação abrangente e permanente dos mais ricos em todos os países.** A redução da riqueza dos mais ricos e do número de pessoas super-ricas também poderia reduzir sua influência dominante sobre a política e as políticas. A Oxfam calculou que um imposto sobre a riqueza dos milionários e bilionários do mundo poderia gerar 1,8 trilhão de dólares por ano.⁴⁵¹ Deveria ser cobrado um imposto progressivo sobre o valor líquido de todos os ativos.
- **Aumentar urgentemente os impostos sobre dividendos e ganhos de capital.** É preciso aumentar os impostos sobre a renda proveniente de ações, aluguéis e outras receitas de que os ricos dependem desproporcionalmente, com alíquotas que sejam pelo menos tão elevadas como as que incidem sobre a renda do trabalho, e de preferência, maiores – por exemplo, até um mínimo de 60% da renda proveniente do trabalho e do capital.
- **Tributar os lucros inesperados e avançar rumo a impostos permanentes sobre lucros excessivos.** Os capítulos anteriores destacaram evidências de que algumas empresas, principalmente nos setores farmacêutico, energético e alimentício, lucraram com a crise nos últimos três anos. Um imposto sobre ganhos inesperados deveria

ser aplicado às grandes empresas de todos os setores que registrem aumentos súbitos e excessivos dos lucros durante crises. É certo que os lucros excessivos também ocorrem fora dos períodos de crise, principalmente quando as empresas detêm posições monopolistas, e é por isso que os governos e as instituições globais devem explorar impostos permanentes sobre os lucros excessivos para reduzir o poder das empresas e tornar o imposto sobre a renda das empresas mais progressivo.⁴⁵²

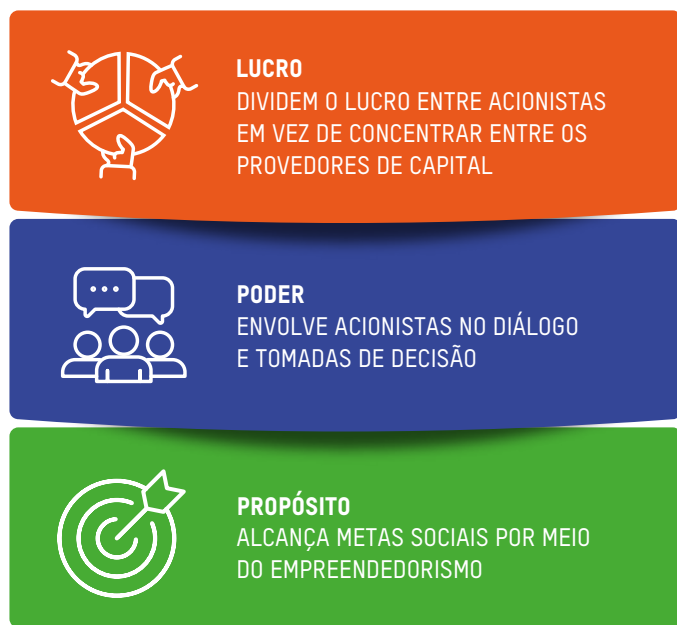
- **Avançar rumo a uma tributação mais eficaz das grandes empresas, principalmente das suas subsidiárias transfronteiriças.** Nenhum outro tributo progressivo diminuiu tão rapidamente em nível mundial como o imposto sobre a renda das empresas, que também é prejudicado pela guerra fiscal e pela transferência de lucros. Deve-se implementar um nível mais eficaz de tributação mínima em todos os países, de pelo menos 25% (conforme recomendado pela Comissão Independente para a Reforma da Taxação Corporativa Internacional; ICRIT, na sigla em inglês), para evitar que o piso se transforme em teto.
- **Reduzir a possibilidade de se evitar o pagamento de impostos:**
 - › Fazendo com que as empresas multinacionais divulguem lucros, receitas, número de empregados e outras cifras financeiras importantes em todos os países onde operam, através de relatórios fiscais públicos, país por país.
 - › Exigindo que as empresas revelem seus verdadeiros proprietários, desenvolvendo registros públicos dos proprietários beneficiários de empresas, fundações e fundos fiduciários, e avançando para a criação de um Registro Global de Ativos.⁴⁵³
 - › Introduzindo sistemas globais ou regionais para tributar as empresas multinacionais onde elas exercerem atividades econômicas reais, com base, por exemplo, em seu número de empregados, vendas e capital fixo, e proibir o uso de empresas de fachada para ocultar lucros, sem que tenham atividade econômica real.
 - › Por fim, implementando uma arquitetura global mais justa, incluída e transparente em matéria de tributação, o que deve ser buscado apoiando-se uma ambiciosa convenção-quadro sobre impostos no âmbito da ONU, que teve início em uma votação histórica em novembro de 2023.⁴⁵⁴

3. Reinventar os negócios

Os impactos prejudiciais do aumento da concentração de riqueza, da automatização da indústria e da catástrofe climática exigem que criemos uma forma radicalmente

diferente de fazer negócios. Por natureza, as estruturas empresariais são antidemocráticas, administradas por uma pequena elite e em seu interesse. Injetar propriedade e governança democráticas nas principais empresas não só poderia ajudar a combater as desigualdades em termos de riqueza, como também orientaria decisões de negócios que melhor refletissem as questões que são importantes para a sociedade. Isso não é impensável: em 2018, 19% dos trabalhadores nos Estados Unidos tinham alguma participação na empresa que os empregava. Empregados-proprietários que eram membros de grupos discriminados por raça e etnia e mulheres empregadas-proprietárias têm renda salarial 30% e 17% mais elevada, respectivamente, em comparação com empregados não-proprietários, e os primeiros têm maior segurança no emprego e menor rotatividade em todos os níveis de renda do que os segundos.⁴⁵⁵

FIGURA 6: CARACTERÍSTICAS DOS MODELOS DE NEGÓCIOS HÍBRIDOS E EQUITATIVOS



Fonte: A. Maitland e S. Ciencia. (2018). *The Future of Business: Shaping inclusive growth in South-East Asia*.⁴⁵⁶

Empresas competitivas e lucrativas não precisam ser acorrentadas pela ganância dos acionistas. O futuro dos negócios reside em estruturas empresariais que tenham objetivos duplos de sustentabilidade financeira e propósito social. Existe um leque diversificado de alternativas ao modelo empresarial que prioriza os acionistas – cooperativas

locais e de trabalhadores, empreendimentos sociais e empresas de comércio justo – cujas propriedade e gestão se dão no interesse dos trabalhadores, das comunidades locais e do meio ambiente. O que torna essas empresas diferentes é que sua governança é democrática e a propriedade não está concentrada, de forma que os lucros são compartilhados de modo mais justo e elas são movidas por uma missão social. Essas características são resumidas na Figura 6.⁴⁵⁷

Esse modelo não precisa se limitar a empregados diretos. Existem algumas empresas que são de propriedade parcial de cooperativas nas suas cadeias de abastecimento. Por exemplo, 5% da Cafédirect são das cooperativas agrícolas que a abastecem,⁴⁵⁸ sendo que os grupos de agricultores estão representados no conselho e recebem uma parte dos dividendos.⁴⁵⁹

As empresas não precisam começar como negócios equitativos. Algumas estão fazendo uma transição gradual, por exemplo, implantando voluntariamente a representação dos trabalhadores nos seus conselhos de administração, enquanto outras estão dando um passo à frente e transformando toda a sua estrutura de propriedade. O antigo bilionário dono da empresa de vestuário Patagonia colocou a propriedade da empresa em um fundo fiduciário que beneficiará os esforços ambientais e declarou que “a Terra é o nosso único acionista”.⁴⁶⁰ Muitas empresas estão deixando de ser de propriedade privada e passando a pertencer a funcionários ou comunidades.

Os governos podem apoiar negócios alternativos:

- Dando apoio financeiro a empresas pertencentes a funcionários, como cooperativas de trabalhadores. Isso inclui a implementação da Recomendação 193 da OIT sobre a promoção de cooperativas e instrumentos regionais relevantes.⁴⁶¹
- Usar compras públicas e incentivos à exportação para dar tratamento preferencial a empresas sustentáveis e incluídas. Os editais para compras públicas devem atribuir pontuações extremamente negativas a grandes empresas com baixo desempenho nos critérios de sustentabilidade, para que os processos não sejam orientados pelo preço mais baixo e permitam maior concorrência por parte de empresas estruturadas de forma mais igualitária.
- Usar tributos e outros instrumentos econômicos para dar prioridade a modelos de negócios igualitários. Nenhuma ajuda econômica deve ser concedida a empresas que não cumpram suas metas de emissão líquida zero, paguem salários inferiores aos dignos, usem paraísos fiscais ou façam planejamento fiscal agressivo.

Quadro 10: Como abordagens empresariais alternativas podem reduzir a desigualdade

- A Organização Mundial do Comércio Justo é uma crescente rede global de empresas sociais e cooperativas que colocam as pessoas e o planeta em primeiro lugar:
- 52% dos CEOs das organizações membros são mulheres. (No Reino Unido, é mais provável uma pessoa se chamar Dave ou Steve do que uma mulher ser CEO.)
- 92% dos membros reinvestem todos os lucros em suas missões sociais e 85% sacrificam os lucros em nome de objetivos sociais ou ambientais, mas ainda têm quatro vezes menos probabilidades de ir à falência do que empresas tradicionais.
- A título indicativo, se apenas 10% de todas as empresas dos Estados Unidos fossem de propriedade dos trabalhadores, a porcentagem de riqueza dos 50% mais pobres e a riqueza média das famílias negras poderiam ser duplicadas.
- As áreas com elevada densidade cooperativa apresentam níveis mais baixos de desigualdade. Por exemplo, a província espanhola de Guipúzcoa, onde está a sede do grupo cooperativo Mondragon, tem um índice de Gini inferior ao da Noruega e ao da Finlândia.

4.3 Espaço para esperança

Os líderes políticos devem suspender o modelo econômico que coloca os acionistas ricos acima de tudo e ouvir os seus cidadãos que reivindicam uma economia mais justa e mais próspera para todos. Tentar recuperar o controle da economia global das mãos das elites pode parecer uma tarefa impossível, mas há esperança – como demonstram exemplos de todo o mundo:

Na América Latina e Caribe, uma inovadora cúpula entre governos levou à constituição de uma Plataforma Fiscal permanente da região para cooperar em matéria tributária. Com isso se está definindo um novo rumo para uma tributação mais progressiva e para que a região levante uma voz unificada no processo internacional de reforma tributária.⁴⁶²

Em novembro de 2022, foi acordada uma nova resolução apresentada pelo Grupo Africano, que confere à ONU um mandato para desenvolver conversações intergovernamentais sobre tributação.⁴⁶³ Isso poderia retirar o controle da política fiscal global das mãos de interesses empresariais e países ricos, e ser um avanço rumo à tributação progressiva.

Ativistas da sociedade civil de todo o mundo estão vencendo campanhas difíceis, como a que pede a quebra dos monopólios de medicamentos para tratar a TB.⁴⁶⁴ O Aeroporto Schiphol, de Amsterdam, que tem estado sob constante pressão para reduzir as emissões de carbono, anunciou a proibição de jatos privados poucos meses depois de ativistas do *Greenpeace* e do *Extinction Rebellion* terem bloqueado alguns deles na pista.^{465, 466} Até mesmo alguns indivíduos ricos têm feito campanha para serem mais tributados.⁴⁶⁷

Atualmente, 10% da população mundial trabalham para cooperativas,⁴⁶⁸ e essa porcentagem está crescendo. Desde empresas sociais rurais que dão trabalho digno a mulheres e grupos marginalizados até enormes cooperativas multinacionais que estão tirando regiões inteiras da pobreza, muitas partes do setor privado podem nos oferecer esperança.

Recentemente, a *Federal Trade Commission* dos Estados Unidos ajuizou uma ação contra a Amazon por comportamento anticompetitivo.⁴⁶⁹ Nesse meio-tempo, a União Europeia ordenou um desinvestimento obrigatório de parte do negócio de publicidade da Google devido a preocupações com a concorrência.⁴⁷⁰

Em última análise, a esperança é uma questão de opção. O caminho de sempre é o do modelo dominante dos negócios e da política a serviço do capital extremo, possibilitado por monopolistas e financistas. Mas há uma alternativa clara, em que o poder público transformador do século 21 redefine os propósitos da nossa economia, em que negócios regulamentados e reinventados geram valor para comunidades e trabalhadores, bem como para proprietários e executivos, onde a inovação e a criatividade não são tratadas como propriedade de poucos, e sim libertadas para servir aos interesses de muitos.

Tal escolha cabe, acima de tudo, aos governos – e aos cidadãos de todo o mundo que se unem para defender essa realidade. Este relatório é dedicado àqueles que lutam por um mundo mais igualitário.

NOTAS

- 1 Ver nota metodológica, estatística 1.0.
- 2 K. Duggan (20 de julho de 2021) *Everything to know about Tuesday's Blue Origin space launch with Jeff Bezos*. Fortune. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://fortune.com/2021/07/19/jeff-bezos-space-launch-blue-origin-july-20-2021-billionaires>
- 3 D. Streitfield (16 de março de 2021) *How Amazon Crushes Unions*. New York Times. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://www.nytimes.com/2021/03/16/technology/amazon-unions-virginia.html>
- 4 Entrevista da Oxfam com o Reverendo Ryan Brown, 4 de outubro de 2023.
- 5 Oxfam America (junho de 2018) *US Supermarket Supply Chains: Ending the human suffering behind our food*. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <http://dx.doi.org/10.21201/2018.1633>
- 6 Oxfam. (s. d.). *Behind the seafood in our markets: stories of human suffering*. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://www.oxfam.org/en/behind-sea-food-our-markets-stories-human-suffering>
- 7 Ver nota metodológica, estatística 1.0.
- 8 Ver nota metodológica, estatística 1.0.
- 9 Ver nota metodológica, estatística 1.6.
- 10 O acionista principal é definido pela Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos. As ações com direito a voto de um acionista principal lhe permitem votar em quem deve ser o Chief Executive Officer (CEO) ou em quem fará parte do conselho de administração da empresa. Investopedia. (2022). *Principal Shareholder: Meaning, Requirements, Primary Shareholder*. Acessado em 29 de novembro de 2023. <https://www.investopedia.com/terms/p/principal-shareholder.asp>
- 11 Ver nota metodológica, estatística 3.0.
- 12 Ver nota metodológica, estatística 1.4. Apesar de usarmos o termo “homem” e “mulher” ao longo deste informe para descrever a divisão de gêneros entre bilionários, baseado nas categorizações da lista de bilionários da Forbes e outras fontes de dados secundárias, reconhecemos que esses são termos binários e podem falhar em capturar e representar pessoas não-binárias e outros gêneros para os quais dados desagregados sobre riqueza não estão disponíveis, o que nos impede de entender completamente as desigualdades de riqueza baseadas em gênero.
- 13 Ver nota metodológica, estatística 1.8.
- 14 A. Khalfan, et al. (2023). *Climate Equality: A Planet for the 99%*. Oxfam. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://www.oxfam.org.br/noticias/o-1-mais-rico-do-mundo-emite-a-mesma-quantidade-de-poluicao-que-5-bilhoes-de-pessoas/>
- 15 A. Aladangady, A. C. Chang e J. Krimmel. (2023). *Greater wealth, greater uncertainty: Changes in racial inequality in the survey of consumer finances*. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://www.federalreserve.gov/econres/notes/feds-notes/greater-wealth-greater-uncertainty-changes-in-racial-inequality-in-the-survey-of-consumer-finances-20231018.html>
- 16 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2019). *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil*. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html>
- 17 Ver nota metodológica, estatística 2.3.
- 18 Ver nota metodológica, estatística 1.7
- 19 Ver nota metodológica, estatística 1.0.
- 20 Banco Mundial (2023). *10: Reduced Inequalities: Progress and setbacks in reducing income inequalities*. Atlas of Sustainable Development Goals 2023. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://datatopics.worldbank.org/sdgoals/goal-10-reduced-inequalities?lang=en>
- 21 Ver nota metodológica, estatística 1.1.
- 22 A. Khalfan, et al. (2023). *Igualdade Climática*, op. cit.
- 23 S. Wilkin (31 de março de 2022). *2022 Political Risk Survey Report*. Acessado em 29 de novembro de 2023. <https://www.wtco.com/en-gb/in-sights/2022/03/2022-political-risk-survey-report>
- 24 Oxfam (9 de outubro de 2023). *World's poorest countries to slash public spending by more than \$220 billion in face of crushing debt*. Nota à imprensa. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://www.oxfam.org/en/press-releases/worlds-poorest-countries-slash-public-spending-more-220-billion-face-crushing-debt>
- 25 D. Abed e F. Kelleher (2022). *The Assault of Austerity: How prevailing economic choices are a form of gender-based violence*. Oxfam. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://policy-practice.oxfam.org/resources/the-assault-of-austerity-how-prevailing-economic-policy-choices-are-a-form-of-g-621448/>
- 26 Ver nota metodológica, estatística 1.2.
- 27 Ver nota metodológica, estatística 1.3.
- 28 Oxfam (6 de julho de 2023). *Big business' windfall profits rocket to "obscene" \$1 trillion a year amid cost-of-living crisis; Oxfam and ActionAid renew call for windfall taxes*. Nota à imprensa. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://www.oxfam.org/en/press-releases/big-business-windfall-profits-rocket-obscene-1-trillion-year-amid-cost-living-crisis>
- 29 Ver nota metodológica, estatística 2.2.
- 30 Ver nota metodológica, estatística 1.8.
- 31 Ver nota metodológica, estatística 3.1.
- 32 O acionista principal é definido pela Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos. As ações com direito a voto de um acionista principal lhe permitem votar em quem deve ser o Chief Executive Officer (CEO) ou em quem fará parte do conselho de administração da empresa. Investopedia. (2022). *Principal Shareholder: Meaning, Requirements, Primary Shareholder*. Acessado em 29 de novembro de 2023. <https://www.investopedia.com/terms/p/principal-shareholder.asp>
- 33 Ver nota metodológica, estatística 3.0.
- 34 T. Pang et al. (2020). *Study on the Impact of Mergers and Acquisitions on Innovation in the Pharmaceutical Sector*. European Commission Publications Office. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://data.europa.eu/doi/10.2777/323819>

- 35 ETC Group. (2022). *Food Barons 2022*. Acessado em 1º de dezembro de 2023. https://www.etcgroup.org/files/files/food-barons-2022-full_sectors-final_16_sept.pdf; S. Wixforth e K. Haddouti. (19 de dezembro de 2022). *How big companies are profiting from inflation*. *Blog International Politics and Society*. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://www.ips-journal.eu/topics/economy-and-ecology/how-big-companies-are-profiting-from-inflation-6388/>
- 36 S. Joseph (4 de fevereiro de 2022). *The Rundown: Google, Meta and Amazon are on track to absorb more than 50% of all ad money in 2022*. *Digiday*. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://digiday.com/marketing/the-rundown-google-meta-and-amazon-are-on-track-to-absorb-more-than-50-of-all-ad-money-in-2022/>
- 37 SimilarWeb (2023). *Search Engines Market Share* (junho de 2023). Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://www.similarweb.com/engines/>; D. McCabe e N. Grant (11 de setembro de 2013). *Google Goes on Trial Over Justice Dept. Claims That It Has Monopoly Power*. *The New York Times*. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://www.nytimes.com/2023/09/11/technology/google-monopoly-justice-dept-trial.html>
- 38 S. Robert (2023). "Competition, Trade, and Sustainability in Agriculture and Food Markets in Africa." *Oxford Review of Economic Policy*, 39(1), Spring 2023, 147-61. <https://academic.oup.com/oxrep/article-abstract/39/1/147/7030599?redirectedFrom=fulltext>
- 39 V. Acharya (2023). *India at 75: Replete with Contradictions, Brimming with Opportunities, Saddled with Challenges*. Artigo apresentado em uma conferência do Brookings Paper on Economic Activity, 30-31 de março de 2023.
- 40 W. Chen et al. (2019). *World Economic Outlook, April 2019 Growth Slowdown, Precarious Recovery*. Capítulo 2: The Rise of Corporate Market Power and Its Macroeconomic Effects. Fundo Monetário Internacional. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2019/03/28/world-economic-outlook-april-2019>
- 41 J. De Loecker, J. Eeckhout e G. Unger. (2020). "The Rise of Market Power and the Macroeconomic Implications*," *The Quarterly Journal of Economics*, 135(2), 561-644; J. Eeckhout. (2021) *The Profit Paradox: How Thriving Firms Threaten the Future of Work*, Princeton: Princeton University Press, 2021. <https://doi.org/10.1515/9780691222769>
- 42 I. M. Weber e E. Wasner (2023). 'Sellers' Inflation, Profits and Conflict: Why can Large Firms Hike Prices in an Emergency?' *Economics Department Working Paper Series*. 343. <https://doi.org/10.7275/cbv0-gv07>
- 43 J. Ghosh (8 de junho de 2023). "The Social Consequences of Inflation in Developing Countries." *The Economic and Labour Relations Review*, 34(2), 203-11.
- 44 Balanced Economy Project (16 de dezembro de 2022). *How finance drives monopoly*. The Counterbalance. Acessado em 1º de dezembro de 2023. https://thecounterbalance.substack.com/p/how-finance-drives-monopoly-power?utm_source=profile&utm_medium=reader2
<https://thecounterbalance.substack.com/p/how-finance-drives-monopoly>; Bain & Company (2019). *Global Private Equity Report 2019*. Bain & Company, Inc. Acessado em 1º de dezembro de 2023. https://www.bain.com/contentassets/875a49e26e9c4775942ec5b86084df0a/bain_report_private_equity_report_2019.pdf; Center for Economic and Policy Research (2022). *Comment Letter in Response to the FTC and DOJ's Request for Information on Merger Enforcement*. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://cepr.net/comment-letter-in-response-to-the-ftc-and-doj-s-request-for-information-on-merger-enforcement/>
- 45 D. Hearn et al. (2022). *The roll-up economy: the business of consolidating industries with serial acquisitions*. American Economic Liberties Project: Working paper series on corporate power. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <http://www.economicliberties.us/wp-content/uploads/2022/12/Serial-Acquisitions-Work-Paper-R4-2.pdf>
- 46 O total de ativos sob investimento em todo o mundo, segundo o Boston Consulting Group, era de 98 trilhões de dólares em 2022. Portanto, os cerca de 20 trilhões sob gestão de BlackRock, State Street e Vanguard representam quase um quinto. Boston Consulting Group. (15 de maio de 2023). *Global Asset Management Industry Must Transform to Thrive Amidst Changing Macroeconomics*. Nota à imprensa. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://www.bcg.com/press/15may2023-global-asset-management-transform-to-thrive>
- 47 E. Elhauge (2020). 'How Horizontal Shareholding Harms Our Economy - And Why Antitrust Law Can Fix It' *Harvard Business Law Review*. Acessado em 1º de dezembro de 2023. https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3293822; D. McLaughlin e A. Massa (9 de janeiro de 2020). *The hidden dangers of the great index fund takeover*. Bloomberg. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://www.bloomberg.com/news/features/2020-01-09/the-hidden-dangers-of-the-great-index-fund-takeover>
- 48 R. Vazquez-Alvarez et al. (2022). *Global Wage Report 2022-23: The Impact of Inflation and COVID-19 on Wages and Purchasing Power*. International Labour Organization. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://researchrepository.ilo.org/esploro/outputs/report/995264896002676>.
- 49 Ver nota metodológica, estatística 1.1.
- 50 D. Alejo Vázquez Pimentel et al. (2018). *Recompensem o Trabalho, Não a Riqueza: Para pôr fim ao estado de desigualdades no qual estamos, precisamos construir uma economia voltada para os trabalhadores, não só para os super-ricos*. Oxfam. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://www.oxfam.org.br/forum-economico-de-davos/recompensem-o-trabalho-nao-a-riqueza/>
- 51 G. Azcona et al. (2023). *Progress On the Sustainable Development Goals: The Gender Snapshot 2023*. United Nations Women and United Nations Department of Economic and Social Affairs. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://www.unwomen.org/sites/default/files/2023-09/progress-on-the-sustainable-development-goals-the-gender-snapshot-2023-en.pdf>
- 52 Ver, p. ex., Relatório para o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas. 2019. *Report of the Special Rapporteur on contemporary forms of racism, racial discrimination, xenophobia and related intolerance*. undocs.org/A/HRC/41/54; J. Brunner e G. LeBaron (2021). *Forced Labour Evidence Brief: Labour Share and Value Distribution*. Re:Structure Lab. Acessado em 1º de dezembro de 2023. https://static1.squarespace.com/static/6055c0601c885456ba8c962a/t/61d5d81de83cf8390ca5a915/1641404446025/ReStructureLab_LabourShareandValueDistribution_December2021.pdf.
- 53 U. Gneiting et al. (2020). *Poder, Lucros e Pandemia*. Oxfam. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/poder-lucros-e-pandemia/>
- 54 Ver, p. ex., D. Fahrenthold e T. Smith (17 de janeiro de 2023). *How restaurant workers help pay for lobbying to keep their wages low*. *The New York Times*. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://www.nytimes.com/2023/01/17/us/politics/restaurant-workers-wages-lobbying.html>; A. Gangitano (26 de janeiro de 2021). *Business groups prepare for lobbying push against \$15 minimum wage*. *The Hill*. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://thehill.com/business-a-lobbying/535957-business-groups-prepare-for-lobbying-effort-against-raising-the-minimum/>
- 55 Ver, p. ex., The Institution of Occupational Safety and Health (IOSH) (s. d.). *UN Working Group on Business and Human Rights: Call for inputs to Multi-stakeholder Consultation on "Corporate Influence in the Political and Regulatory Sphere"*. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://www.ohchr.org/sites/default/files/2022-06/institution-of-occupational-safety-and-health.pdf>.
- 56 E. Walker e C. Rea (2014). *The Political Mobilization of Firms and Industries*. Department of Sociology, University of California. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://www.annualreviews.org/doi/pdf/10.1146/annurev-soc-071913-043215>
- 57 J. Sherer e N. Mast (2023). *Child Labor Laws Are Under Attack in States Across the Country*. Economic Policy Institute. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://files.epi.org/uploads/263680.pdf>

- 58 M. Christensen et al. (2023). A "Sobrevivência" dos Mais Ricos: Nota metodológica. Oxfam International. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://a41a.short.gy/sedH6t>; OCDE (2022). *Corporate Tax Statistics: Fourth Edition*. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://www.oecd.org/tax/tax-policy/corporate-tax-statistics-fourth-edition.pdf>
- 59 M. Gardner e S. Wamhoff (2021). *55 Corporations Paid \$0 in Federal Taxes on 2020 Profits*. Institute on Taxation and Economic Policy. <https://itep.org/55-profitable-corporations-zero-corporate-tax/>
- 60 Banco Mundial (2022). *Poverty and Shared Prosperity 2022*. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/b96b361a-a806-5567-8e8a-b14392e11fa0/content>; E. Saez e G. Zucman (2020). *The Triumph of Injustice: How the Rich Dodge Taxes and How to Make Them Pay*. New York City: W. W. Norton & Company.
- 61 M. Christensen et al. (2023). A "Sobrevivência" do Mais Rico: por que é preciso tributar os super-ricos agora para combater as desigualdades. Oxfam. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://www.oxfam.org.br/forum-economico-de-davos/a-sobrevivencia-do-mais-rico/>
- 62 Relatório para Assembleia Geral das Nações Unidas (2018). *Extreme Poverty and Human Rights*. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://undocs.org/A/73/396>
- 63 R. Noble (2018). *From Rhetoric to Rights: Towards Gender-just Trade*. ActionAid. Acessado em 1º de dezembro de 2023. https://www.actionaid.org.uk/sites/default/files/publications/from_rhetoric_to_rights_towards_gender-just_trade_actionaid_policy_briefing.pdf.
- 64 Ver, p. ex., Grupo Banco Mundial. (2017). *Maximizing Finance for Development: Leveraging the Private Sector for Growth and Sustainable Development*. Acessado em 1º de dezembro de 2023. https://www.devcommittee.org/content/dam/sites/devcommittee/doc/documents/mgr/DC2017-0009_Maximizing_8-19.pdf; USAID (2018). *Private Sector Engagement Policy*. USAID. Acessado em 1º de dezembro de 2023. https://www.usaid.gov/sites/default/files/2022-05/usaid_psepolicy_final.pdf; Eurodad (2022). *History RePPeated II: Why Public Private Partnerships are not the solution*. Acessado em 1º de dezembro de 2023. https://assets.nationbuilder.com/eurodad/pages/3071/attachments/original/1671445992/01_history-rePPeated-2022-EN_19dec.pdf?1671445992
- 65 Ver, p. ex., F. Schulte (14 de novembro de 2022). *Sick profit: Investigating private equity's stealthy takeover of health care across cities and specialties*. KFF Health News. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://kffhealthnews.org/news/article/private-equity-takeover-health-care-cities-specialties/>; The Guardian (21 de maio de 2023). *The Guardian view on England's water companies: A badly broken system*. The Guardian. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://www.theguardian.com/environment/commentisfree/2023/may/21/the-guardian-view-on-englands-water-companies-a-badly-broken-system>; A. Gupta et al. (2021). *Owner Incentives and Performance in Healthcare: Private Equity Investment in Nursing Homes*. National Bureau of Economic Research. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://www.nber.org/papers/w28474>
- 66 M. Lawson (2019). *Bem Público ou Riqueza Privada*. Oxfam. Acessado em 1º de dezembro de 2023 <https://www.oxfam.org.br/forum-economico-de-davos/bem-publico-ou-riqueza-privada/>
- 67 Ver, p. ex., M. Lawson (2019) *Bem Público ou Riqueza Privada*, op. cit.; D. Abed e F. Kelleher (2022). *The Assault of Austerity*, op. cit.
- 68 Ver, p. ex., G. Wilson, et al. (2015). 'Racial Income Inequality and Public Sector Privatization.' *Social Problems*, 62(2), 163-185. <https://academic.oup.com/socpro/article-abstract/62/2/163/1611490?redirectedFrom=fulltext>.
- 69 N. Jadhav e A. Taneja (2022) *The private health sector in India from the lens of Dalits and Adivasis*. Oxfam India. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://www.oxfamindia.org/dalitadivasprivatehospitals>
- 70 A. Taneja e Noopur (2022) *Private schools in India: Experiences of Dalits and Adivasis*. Oxfam India. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://www.oxfamindia.org/privateschoolsdalitsadivasis>
- 71 A. Khalfan, et al. (2023). *Igualdade Climática*, op. cit.
- 72 A. Maitland, et al. (2022). *Carbon Billionaires: The Investment Emissions of the World's Richest People*. Oxfam. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://policy-practice.oxfam.org/resources/carbon-billionaires-the-investment-emissions-of-the-worlds-richest-people-621446/>
- 73 Ver, p. ex., Influence Map (2023). *Industry lobbying imbalance putting South Africa's climate goals at risk*. Acessado em 1º de dezembro de 2023. https://influencemap.org/site/data/000/021/2023_-_01_South_Africa_report.pdf; J. H. Cushman (1998). *Industrial group plans to battle climate treaty*. *New York Times*. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://www.nytimes.com/1998/04/26/us/industrial-group-plans-to-battle-climate-treaty.html>; EarthRights International (2022). *The Fossil Fuel Industry's use of SLAPPs and Judicial Harassment in the United States. Policy Brief*. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://earthrights.org/wp-content/uploads/SLAPP-Policy-Brief-2022.pdf>.
- 74 Ver Forbes: <https://www.forbes.com/real-time-billionaires/#4cc499f13d78>.
- 75 UBS. (2023). Relatório sobre Riqueza Global 2023. <https://www.ubs.com/global/en/family-office-uhnw/reports/global-wealth-report-2023.html>
- 76 F. Grigoli e A. Robles (2017). *Inequality Overhang*. FMI. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://www.imf.org/en/Publications/WP/Issues/2017/03/28/Inequality-Overhang-44774>; OCDE Directorate for Employment, Labour and Social Affairs (2014). *Does income inequality hurt economic growth?* Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://www.oecd.org/social/Focus-Inequality-and-Growth-2014.pdf>
- 77 A carta está disponível em <https://equalshope.org/index.php/2023/07/17/setting-serious-goals-to-combat-inequality/>
- 78 M. Doyle e J. Stiglitz (2014). 'Eliminating Extreme Inequality: A Sustainable Development Goal, 2015-2030'. *Ethics & International Affairs*, 28(1), 5-13. doi:10.1017/S0892679414000021
- 79 Isso ocorre depois dos impactos de impostos e transferências sociais. Essa relação é conhecida como índice de Palma de 1, que representa o nível de igualdade encontrado em países como Dinamarca e França. A recomendação de que todos os países deveriam almejar um índice Palma de 1 foi feita pela primeira vez por Michael Doyle e Joseph Stiglitz. 'Eliminating Extreme Inequality: A Sustainable Development Goal, 2015-2030'. *Ethics & International Affairs*, 28(1), 5-13. <https://www.cambridge.org/core/journals/ethics-and-international-affairs/article/abs/eliminating-extreme-inequality-a-sustainable-development-goal-20152030/013C79F9BBBF40CDFFE4A5348CEAE05F>
- 80 Grupo Banco Mundial. *State-Owned Enterprises: Understanding their market effects and the need for competitive neutrality*. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://pubdocs.worldbank.org/en/739371594131714315/15444-WB-SOE-WEB.pdf>
- 81 M. Mazzucato e H. L. Li (2020). 'Is it time to nationalise the pharmaceutical industry?' *BMJ* 2020, 368, Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://doi.org/10.1136/bmj.m769>
- 82 T. Wu (2018). *The Curse of Bigness: Antitrust in the New Gilded Age*. New York City: Columbia Global Reports.
- 83 FTC (26 de setembro de 2023). *FTC Sues Amazon for Illegally maintaining Monopoly power*. Nota à imprensa. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://www.ftc.gov/news-events/news/press-releases/2023/09/ftc-sues-amazon-illegally-maintaining-monopoly-power>
- 84 Ver nota metodológica, estatística 1.0.
- 85 K. Duggan (20 de julho de 2021). *Everything to know about Tuesday's Blue Origin space launch with Jeff Bezos*, op. cit.
- 86 D. Streitfeld (16 de março de 2021). *How Amazon Crushes Unions*, op. cit.

- 87 Entrevista da Oxfam com o Reverendo Ryan Brown, 4 de outubro de 2023.
- 88 Oxfam America (junho de 2018) *US Supermarket Supply Chains: Ending the human suffering behind our food*, op. cit.
- 89 Oxfam (s. d.) *Behind the seafood in our markets: stories of human suffering*, op. cit.
- 90 A Oxfam se refere a raça não como uma categoria biológica, e sim como uma construção social baseada na discriminação e exclusão de direitos.
- 91 N. Yonzan et al. (2023). *Poverty is back to pre-COVID levels globally, but not for low-income countries*. Banco Mundial Data blog. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://blogs.worldbank.org/opendata/poverty-back-pre-covid-levels-globally-not-low-income-countries>
- 92 Ver nota metodológica, estatística 1.1.
- 93 Em 2022, ocorreram protestos contra o custo de vida em 122 países e territórios, com cerca de três milhões de dias-pessoa dedicados a essas manifestações. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://www.insurancebusinessmag.com/uk/news/breaking-news/costofliving-crisis-inflames-political-unrest-wtw-452396.aspx>; S. Wilkin (2023). *Political risk index: 2023*. <https://www.wtwco.com/en-ie/insights/2023/07/political-risk-index-summer-23>
- 94 Banco Mundial (2023). *10: Reduced Inequalities. Progress and setbacks in reducing income inequalities*, op. cit.
- 95 Global Gini 0.62 from Banco Mundial (2023). *10: Reduced Inequalities. Progress and setbacks in reducing income inequalities. Atlas of Sustainable Development Goals 20123*, op. cit.; South Africa Gini 0.63 from Banco Mundial (s. d.) *Databank: Metadata Glossary*. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://databank.worldbank.org/metadataglossary/jobs/series/SI.P0V.GINI>
- 96 O estudo mostra que, embora a desigualdade entre países tenha diminuído ao longo do último meio século, há cerca de 90% de probabilidade de que o aquecimento global tenha retardado essa diminuição. Ver S. Diffenbaugh e M. Burke (2019). 'Global Warming has Increased Global Economic Inequality'. *PNAS*, 16(20). 9808-9813. <https://www.pnas.org/doi/10.1073/pnas.1816020116>
- 97 Ver S. Diffenbaugh e M. Burke (2019). 'Global Warming has Increased Global Economic Inequality', op. cit.
- 98 E. Seery (2020). *50 years of Broken Promises: The \$5.7 trillion debt owed to the poorest people*. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://policy-practice.oxfam.org/resources/50-years-of-broken-promises-the-57-trillion-debt-owed-to-the-poorest-people-621080/>
- 99 Oxfam (2023). *World's poorest countries to slash public spending by more than \$220 billion in face of crushing debt*, op. cit.
- 100 A. Kentikelenis et al. (2023). *The Middle East and North Africa Gap: prosperity for the rich, austerity for the rest*. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://policy-practice.oxfam.org/resources/the-middle-east-and-north-africa-gap-prosperity-for-the-rich-austerity-for-the-621549/>
- 101 Oxfam (2023). *World's poorest countries to slash public spending by more than \$220 billion in face of crushing debt*, op. cit.; OCDE (2023). *ODA levels in 2022 - preliminary data: Detailed summary note*. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://www.oecd.org/dac/financing-sustainable-development/ODA-2022-summary.pdf>
- 102 A. Dana e K. Fatimah (2022). *The Assault of Austerity: How prevailing economic policy choices are a form of gender-based violence*, op. cit.
- 103 A. Wasike (2023) *Kenya braces for protests against rising cost of living*. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://www.aa.com.tr/en/africa/kenya-braces-for-protests-against-rising-cost-of-living/2850175>
- 104 A. Yeo (2023). *Amazon workers went on their "biggest ever global strike" on Black Friday*. Mashable. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://mashable.com/article/amazon-black-friday-strike-union-workers>
- 105 WTW (2022). *2022 Political Risk Survey Report*, op. cit.
- 106 M. Pangilinan (19 de junho de 2023). *Global civil unrest on the rise as cost-of-living crisis intensifies*. *Insurance Business*. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://www.insurancebusinessmag.com/us/risk-management/news/global-civil-unrest-on-the-rise-as-costofliving-crisis-intensifies-449683.aspx>
- 107 Ver nota metodológica, estatística 1.0.
- 108 Ver nota metodológica, estatística 1.6.
- 109 O acionista principal é definido pela Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos. As ações com direito a voto de um acionista principal lhe permitem votar em quem deve ser o Chief Executive Officer (CEO) ou em quem fará parte do conselho de administração da empresa. Investopedia. (2022). *Principal Shareholder: Meaning, Requirements, Primary Shareholder*. Acessado em 29 de novembro de 2023.
- 110 Ver nota metodológica, estatística 3.0.
- 111 Ver nota metodológica, estatística 1.4. Apesar de usarmos os termos "homem" e "mulher" ao longo deste informe para descrever a divisão de gênero entre bilionários, baseado na categorização da lista de bilionários da Forbes e em outras fontes de dados secundárias, reconhecemos que esses são termos binários e podem falhar em capturar e representar gêneros não-binários e outras pessoas, para as quais não estão disponíveis dados desagregados sobre riqueza, o que nos impede de entender completamente as desigualdades de riqueza baseadas em gênero.
- 112 Ver nota metodológica, estatística 1.8.
- 113 A. Khalfan et al. (2023). *Igualdade Climática*, op. cit.
- 114 A. Aladangady, A. C. Chang e J. Krimmel (2023). *Greater wealth, greater uncertainty: Changes in racial inequality in the survey of consumer finances*, op. cit.
- 115 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019). *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil*, op. cit.
- 116 Ver nota metodológica, estatística 2.3.
- 117 Ver nota metodológica, estatística 1.7.
- 118 Ver nota metodológica, estatística 1.2.
- 119 UBS (2023). *World Wealth Report*. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://www.ubs.com/global/en/family-office-uhnw/reports/global-wealth-report-2023.html>
- 120 Ver nota metodológica, estatística 1.5.
- 121 Ver nota metodológica, estatística 1.3.
- 122 A. Fleck. (11 de setembro de 2023). *Where the World's Ultra Wealthy Reside*. Statista. Acessado em 1 de dezembro de 2023. Ver nota metodológica, estatística 1.3. <https://www.statista.com/chart/30792/number-of-people-with-an-ultra-high-net-worth/>
- 123 U. Patnaik. (2017). "Revisiting the "Drain", or Transfer from India to Britain in the Context of Global Diffusion of Capitalism" em S. Chakrabarti e U. Patnaik (eds) *Agrarian and Other Histories: Essays for Binay Bhushan Chaudhuri*. Nova Déli: Tulika Books.
- 124 M. Desmond. (19 de agosto de 2014). *In order to understand the brutality of American capitalism, you have to start on the plantation*. *The New York Times Magazine*. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.nytimes.com/interactive/2019/08/14/magazine/slavery-capitalism.html>

- 125 M.L.M. Fletcher. (20 de outubro de 2021). 'Systemic Racism and the Dispossession of Indigenous Wealth in the United States'. https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3946559
- 126 Wilkins, M. (1998). Multinacional Corporations: An Historical Account. In: Kozul-Wright, R. Rowthorn, R. (eds) Transnational Corporations and the Global Economy. London: Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1007/978-1-349-26523-7_4
- 127 Ver nota metodológica, estatística 1.3.
- 128 Ver Forbes: <https://www.forbes.com/real-time-billionaires/#4cc499f13d78>
- 129 UBS. (2023). Global Wealth Report 2023. <https://www.ubs.com/global/en/family-office-uhnw/reports/global-wealth-report-2023.html>
- 130 See, e.g. F. Grigoli and A. Robles. (2017) *Inequality Overhang*, op. cit.; OECD Directorate for Employment, Labour and Social Affairs. (2014). *Does income inequality hurt economic growth?* op. cit.
- 131 A carta está disponível em <https://equalshope.org/index.php/2023/07/17/setting-serious-goals-to-combat-inequality/>
- 132 M. Doyle and J. Stiglitz. (2014). 'Eliminating Extreme Inequality: A Sustainable Development Goal, 2015–2030', op. cit.
- 133 Isso acontece depois dos impactos dos impostos e transferências sociais. Essa proporção é conhecida como a proporção de Palma, e corresponderia à Palma de 1. Isso equivale ao nível de igualdade encontrado em países como Dinamarca e França. A recomendação de que todos os países deveriam ter como objetivo Palma de 1 foi feita pela primeira vez por Michael Doyle e Joseph Stiglitz; Ver: M. Doyle e J. Stiglitz. (2014). 'Eliminating Extreme Inequality: A Sustainable Development Goal, 2015–2030', op.cit.
- 134 J. Bivens e J. Kandra. (2023) *CEO pay slightly declined in 2022*. Economic Policy Institute. Accessed 1 December 2023. <https://www.epi.org/publication/ceo-pay-in-2022/>.
- 135 Oxfam. (2023). *Corporation windfall profits rocket to \$1 trillion a year*. Accessed 1 December 2023. [https://www.oxfam.org.uk/media/press-releases/corporation-windfall-profits-rocket-to-1-trillion-a-year/#:~:text=Analysis%20by%20xfam%20and%20ActionAid,average%20\(2017%202020\)](https://www.oxfam.org.uk/media/press-releases/corporation-windfall-profits-rocket-to-1-trillion-a-year/#:~:text=Analysis%20by%20xfam%20and%20ActionAid,average%20(2017%202020)).
- 136 Para todas as figuras nesse parágrafo, ver nota metodológica, estatística 2.0.
- 137 Ver nota metodológica, estatística 2.0.
- 138 Ver nota metodológica, estatística 2.1.
- 139 Exerica overview. Accessed 15 December 2023. <https://exerica.com/>
- 140 L. Wier and H. Reynolds. (2018). *Big and "unprofitable": How 10 per cent of multinational firms do 98 per cent of profit shifting*. UNU WIDER. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.wider.unu.edu/publication/big-and-%E2%80%98unprofitable%E2%80%99>.
- 141 L. Angeles (2007). *Income inequality and colonialism*. European Economic Review, 51(5), 1155–1176. <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S001429210600122X>
- 142 DFA: Distributional Financial Accounts. (2023). *Distribution of Household Wealth in the US since 1989*. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://www.federalreserve.gov/releases/z1/dataviz/dfa/distribute/chart/#range:2021.4,2023.1;quarter:134;series:Corporate%20equities%20and%20mutual%20fund%20shares;demographic:race:population:all;units:shares>
- 143 A. Changole (31 de julho de 2022). *Black Ownership of South African Businesses fall below 30%*. Bloomberg. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://www.bloomberg.com/news/articles/2022-07-31/black-ownership-of-south-african-businesses-falls-below-30?cmpid=socialflow-twitter-business>
- 144 D. Halim (2020) *Women entrepreneurs needed-stat!* Banco Mundial BlogData. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://blogs.worldbank.org/opendata/women-entrepreneurs-needed-stat>
- 145 A. Charpin et al. (2023). 'Female corporate owners and Female CEOs'. *Economics Letters*, 232. <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0165176523003105>
- 146 DFA: Distributional Financial Accounts. (2023). *Distribution of Household Wealth in the US since 1989*. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://www.federalreserve.gov/releases/z1/dataviz/dfa/distribute/chart/#range:2021.4,2023.1;quarter:134;series:Corporate%20equities%20and%20mutual%20fund%20shares;demographic:networth:population:all;units:shares>
- 147 G. Reuten (2023). 'On the distribution of wealth and capital ownership: An empirical application to OECD Countries around 2019'. *Brill*. <https://brill.com/view/journals/hima/aop/article-10.1163-1569206x-bja10005/article-10.1163-1569206x-bja10005.xml?language=en>
- 148 A. Chatterjee et al. (2020). 'Estimating the distribution of household wealth in South Africa'. UN WIDER Working paper 45/2020. <https://www.wider.unu.edu/publication/estimating-distribution-household-wealth-south-africa>
- 149 D. Bhering e F. Avila de Castro (2023). *Wealth Inequality in Brazil*. HAL open science. <https://shs.hal.science/halshs-04166852/document>
- 150 Ver nota metodológica, estatística 1.9.
- 151 N. Lusiani e E. DiVito (7 de novembro de 2022). Billionaire market power: How could an individual wealth tax curb corporate consolidation in the US? Tax Justice Network. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://taxjustice.net/2022/11/07/billionaire-market-power-how-could-an-individual-wealth-tax-curb-corporate-consolidation-in-the-us/>
- 152 Ibid.
- 153 Ver nota metodológica, Seção 3.
- 154 Ver nota metodológica, Seção 3.
- 155 M. Johnston. *Investopedia Company Profiles: Walmart – Top Walmart Shareholders*. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://www.investopedia.com/articles/insights/060416/top-4-walmart-shareholders-wmt.asp>
- 156 Ver Índice de Bilionários Bloomberg: <https://www.bloomberg.com/billionaires/profiles/low-t-kwong/>
- 157 ESCR-Net. Manifestations of corporate capture. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://www.escr-net.org/corporateaccountability/corporatecapture/manifestations-corporate-capture>
- 158 Ver, p. ex. healthcare: P. Milson et al. (2021). 'Corporate power and the international trade regime preventing progressive policy action on non-communicable diseases: a realistic review'. *Health policy and planning*. 36(4) <https://academic.oup.com/heapol/article/36/4/493/6024433>
- 159 L. Elsässer et al. (2018). 'Government of the people, by the elite, for the rich: Unequal responsiveness in an unlikely case'. MPiF6 Discussion Paper, No. 18/5. Max Planck Institute for the Study of Societies, Cologne. <https://hdl.handle.net/21.11116/0000-0001-759D-B>
- 160 D. Krcmaric et al. (2023). 'Billionaire Politicians: A global perspective.' *Perspective on Politics*, First view, 1-15. <https://www.cambridge.org/core/journals/perspectives-on-politics/article/billionaire-politicians-a-global-perspective/1A00E0C33FE43165B140D981533F00DD>

- 161 M. Persoon e A. Sundell (2023). 'The Rich have a slight edge: Evidence from Comparative Data on Income-Based Inequality in Policy Congruence' *British Journal of Political Science*, First view, 1-12. <https://www.cambridge.org/core/journals/british-journal-of-political-science/article/rich-have-a-slight-edge-evidence-from-comparative-data-on-incomebased-inequality-in-policy-congruence/A09095FC0874B162149014212872BE86>
- 162 Essa nova era surgiu desde a década de 1980. Ver, 'Rising Corporate Market Power: Emerging Policy Issues', IMF Staff Discussion Notes 2021/001, FMI. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://www.imf.org/en/Publications/Staff-Discussion-Notes/Issues/2021/03/10/Rising-Corporate-Market-Power-Emerging-Policy-Issues-48619>; UNCTAD (2017). Trade and Development Report 2017. *Beyond Austerity: Towards A Global New Deal*. Acessado em 1º de dezembro de 2023. https://unctad.org/system/files/official-document/trd2017_en.pdf
- 163 Eeckhout, Jan. *The Profit Paradox: How Thriving Firms Threaten the Future of Work*, op. cit.
- 164 Z. Teachout (2020). *Break 'em Up: Recovering Our Freedom from Big Ag, Big Tech, and Big Money*. New York City: All Points Books.
- 165 Federal Trade Commission. *Monopolization Defined*. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://www.ftc.gov/advice-guidance/competition-guidance/guide-antitrust-laws/single-firm-conduct/monopolization-defined>
- 166 Ver uma análise mais detalhada sobre isso em 'Taken, not earned: How monopolists drive the world's power and wealth divide', Balanced Economy Project, SOMO and Global Justice Now (In prelo, janeiro de 2024).
- 167 W. Chen et al. (2019). *World Economic Outlook, April 2019 Growth Slowdown, Precarious Recovery*. Capítulo 2: 'The Rise of Corporate Market Power and Its Macroeconomic Effects'. Fundo Monetário Internacional. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://www.imf.org/-/media/Files/Publications/WEO/2019/April/English/ch2.ashx>
- 168 L. Khan e S. Vaheesan (2017). *Market Power and Inequality: The Antitrust Counterrevolution and Its Discontents*, 11 *Harvard Law & Policy Review*, 235. Columbia Law School Faculty Publications Scholarship Archive. https://scholarship.law.columbia.edu/faculty_scholarship/2790; Ver J. B. Baker e S. C. Salop (2015). 'Antitrust, Competition Policy, and Inequality', *Georgetown Law Journal*, 104(1), 1-28. <https://scholarship.law.georgetown.edu/facpub/1462/>
- 169 A. Velasquez (2023). *Production Technology, Market Power, and the Decline of the Labor Share*. FMI Paper No. 23/32. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://www.imf.org/en/Publications/WP/Issues/2023/02/10/Production-Technology-Market-Power-and-the-Divide-of-the-Labor-Share-529699>
- 170 T. Babina et al. (2023). *Antitrust Enforcement Increases Economic Activity*. National Bureau of Economic Research. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://www.nber.org/papers/w31597>
- 171 C. Decker et al. (2022). 'Competition Law Enforcement and Household Inequality in the United Kingdom'. *Journal of Competition Law & Economics*, 18(4), 905-35. <https://academic.oup.com/jcle/article/18/4/905/6604438>; A. Ezhachi et al. (2023). 'The Effects of Competition Law on Inequality - An Incidental By-product or a Path for Societal Change?'. *Journal of Antitrust Enforcement*, 11(1), 51-73. <https://academic.oup.com/antitrust/article/11/1/51/6593927>
- 172 Anistia Internacional (21 de novembro de 2019). *Facebook and Google's pervasive surveillance poses an unprecedented danger to human rights*. Nota à imprensa. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://www.amnesty.org/en/latest/press-release/2019/11/google-facebook-surveillance-privacy/>
- 173 Z. Teachout (2020). *Break 'em Up: Recovering Our Freedom from Big Ag, Big Tech, and Big Money*, op. cit.;
- 174 Ibid.; N. Abernathy et al. (2019). *New Rules for the 21st Century: Corporate Power, Public Power, and the Future of the American Economy*. Roosevelt Institute; A. Merelli (28 de maio de 2021). *Big pharma wants you to think sharing vaccine patents overseas is very dangerous*. Quartz. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://qz.com/2013661/big-pharma-argues-poor-nations-cant-be-trusted-to-make-vaccines>; Oxfam (2022). *Inequality kills: The unparalleled action needed to combat unprecedented inequality in the wake of COVID-19*. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://oxfamlibrary.openrepository.com/bitstream/handle/10546/621341/bp-inequality-kills-170122-en.pdf?sequence=9> https://rooseveltinstitute.org/wp-content/uploads/2020/07/RI_2021-Report_201904.pdf
- 175 Ibid.
- 176 M. Fox (2023). *Apple just eclipsed a \$3 trillion valuation: Here are 8 things the iPhone maker is now bigger than, including France's economy and India's entire stock market*. Business Insider India. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://www.businessinsider.in/stock-market/news/apple-just-eclipsed-a-3-trillion-valuation-here-are-8-things-the-iphone-maker-is-now-bigger-than-including-frances-economy-and-indias-entire-stock-market-/articleshow/101420192.cms>
- 177 Ver nota metodológica, estatística 2.11.
- 178 EY (29 de dezembro de 2022). *US companies are dominating stock exchanges globally*. Nota à imprensa. EY. https://www.ey.com/en_ch/news/2022-press-releases/12/us-companies-are-dominating-stock-exchanges-globally
- 179 I. M. Weber e E. Wasner (2023). 'Sellers' Inflation, Profits and Conflict: Why can Large Firms Hike Prices in an Emergency? op. cit.
- 180 Banco Central Europeu (25 de agosto de 2023). *Structural Shifts in the Global Economy*. Discurso de Christine Lagarde, Presidente do BCE, no simpósio Anual sobre Política Económica organizado pelo Federal Reserve Bank, de Kansas City, em Jackson Hole. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://www.ecb.europa.eu/press/key/date/2023/html/ecb.sp230825-77711105fe.en.html>; N. Hansen et al. (26 de junho de 2023). *Europe's inflation outlook depends on how corporate profits absorb wage gains*. Blog do FMI. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://www.imf.org/en/Blogs/Articles/2023/06/26/europes-inflation-outlook-depends-on-how-corporate-profits-absorb-wage-gains>
- 181 J. Ghosh (8 de junho de 2023). 'The Social Consequences of Inflation in Developing Countries.' *The Economic and Labour Relations Review*, 34(2), 203-11. <https://doi.org/10.1017/etr.2023.11>
- 182 J. De Loecker e J. Eeckhout (2021). *Global Market Power*. <https://www.janeeckhout.com/wp-content/uploads/Global.pdf>; The Balanced Economy (2021). *Europe's monopoly problem... and the missing trillions*. The Counterbalance: An anti-monopoly newsletter. <https://thecounterbalance.substack.com/p/europes-monopoly-problem>; J. De Loecker e J. Eeckhout (2017). *The Rise of Market Power and the Macroeconomic Implications*. National Bureau Economic Research Working Paper No. w23687. https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3023087#
- 183 L. Wier e G. Zucman (2022). 'Global Profit Shifting, 1975-2019'. UNU-WIDER Working Paper. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://www.wider.unu.edu/node/240777>
- 184 Os dados da análise podem ser acessados na aba "Data F3", em <https://www.wider.unu.edu/sites/default/files/Publications/Working-paper/wp2022-121-WZ2022-data-appendix.xlsx>
- 185 Entre 1995 e 2015, a capitalização de mercado média das 100 maiores empresas do mundo aumentou de 31 vezes a das 2.000 menores empresas para 7.000 vezes, segundo uma base de dados da ONU sobre demonstrativos financeiros consolidados de empresas não financeiras cotadas em bolsa, em 56 países de renda alta e países de renda baixa e média. UNCTAD (2017). Trade and Development Report 2017. *Beyond Austerity: Towards A Global New Deal*. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://unctad.org/publication/trade-and-development-report-2017>
- 186 Federal Trade Commission (26 de setembro de 2023). *FTC sues Amazon for illegally maintaining monopoly power*. Nota à imprensa. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://www.ftc.gov/news-events/news/press-releases/2023/09/ftc-sues-amazon-illegally-maintaining-monopoly-power>

- 187 T. Pang et al. (2020). *Study on the Impact of Mergers and Acquisitions on Innovation in the Pharmaceutical Sector*. European Commission Publications Office. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/c6540f08-a16f-11e9-9d01-01aa75ed71a1>
- 188 ETC Group (2022). *Food Barons 2022*. https://www.etcgroup.org/files/files/food-barons-2022-full_sectors-final_16_sept.pdf; S. Wixforth e K. Haddouti (19 de dezembro de 2022). *How big companies are profiting from inflation*. *Blog International Politics and Society*. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://www.ips-journal.eu/topics/economy-and-ecology/how-big-companies-are-profiting-from-inflation-6388/>;
- 189 ETC Group (2022). *Food Barons 2022*, op. cit.
- 190 Ibid.
- 191 S. Joseph (4 de fevereiro de 2022). *The Rundown: Google, Meta and Amazon are on track to absorb more than 50% of all ad money in 2022*. *Digiday*. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://digiday.com/marketing/the-rundown-google-meta-and-amazon-are-on-track-to-absorb-more-than-50-of-all-ad-money-in-2022/>
- 192 SimilarWeb (2023). *Search Engines Market Share* (junho de 2023). Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://www.similarweb.com/engines/>; D. McCabe e N. Grant (11 de setembro de 2013). *Google Goes on Trial Over Justice Dept. Claims That It Has Monopoly Power*. *The New York Times*. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://www.nytimes.com/2013/09/11/technology/google-monopoly-justice-dept-trial.html>
- 193 International Accounting Bulletin (4 de maio de 2021). *Accounting giants continue to dominate the market despite pandemic*. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://www.internationalaccountingbulletin.com/news/accounting-giants/>
- 194 S. Robert (2023). 'Competition, Trade, and Sustainability in Agriculture and Food Markets in Africa.' *Oxford Review of Economic Policy*, 39(1), 147-61. <https://academic.oup.com/oxrep/article-abstract/39/1/147/7030599?redirectedFrom=fulltext>; V. Acharya (2023). *India at 75: Replete with Contradictions, Brimming with Opportunities, Saddled with Challenges*. Artigo apresentado em uma conferência do Brookings Paper on Economic Activity, 30-31 de março de 2023. https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2023/02/BPEA_Spring2023_EM-Panel_Acharya_unembargoed_updated.pdf
- 195 B. Hoffman (2013). *Behind the Brands: Food Justice and the 'Big 10' food and beverage companies*. Oxfam. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://policy-practice.oxfam.org.uk/publications/behind-the-brands-food-justice-and-the-big-10-food-and-beverage-companies-270393>; Krista Brown (25 de fevereiro de 2020). *Illusion of Choice*. American Economic Liberties Project. <https://www.economicliberties.us/our-work/the-illusion-of-choice/>
- 196 Anheuser-Busch InBev website. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://www.ab-inbev.com/our-brands/>.
- 197 J. McLeod (7 de fevereiro de 2020). *Inside the kill zone: Big Tech makes life miserable for some startups, but others embrace its power*. *Financial Post*. Acessado em 1º de dezembro de 2023. <https://financialpost.com/technology/inside-the-kill-zone-big-tech-makes-life-miserable-for-some-startups-but-others-embrace-its-power>; Balanced Economy Project (16 de dezembro de 2022). *How finance drives monopoly power*. *The Counterbalance*. Acessado em 1º de dezembro de 2023. https://thecounterbalance.substack.com/p/how-finance-drives-monopoly-power?utm_source=profile&utm_medium=reader2
- 198 R. Willoughby e T. Gore (2018). *Ripe for Change: Ending Human Suffering in Supermarket Supply Chains*. Oxfam International. Acessado em 1º de dezembro de 2023. https://oi-files-d8-prod.s3.eu-west-2.amazonaws.com/s3fs-public/file_attachments/cr-ripe-for-change-supermarket-supply-chains-210618-en.pdf
- 199 The Economist. (2 May 2023). *The 2023 crony-capitalism index*. The Economist News. Accessed 1 December 2023. <https://www.economist.com/international/2023/05/02/the-2023-crony-capitalism-index>.
- M. Spencer. (13 April 2023). *LVMH's caution points to Americans' waning lust for luxury*. Reuters. Accessed 1 December 2023. <https://www.reuters.com/business/retail-consumer/lvmhs-caution-points-americans-waning-lust-luxury-2023-04-13>
- 200 M. Spencer. (13 April 2023). *LVMH's caution points to Americans' waning lust for luxury*. Reuters. Accessed 1 December 2023. <https://www.reuters.com/business/retail-consumer/lvmhs-caution-points-americans-waning-lust-luxury-2023-04-13>.
- 201 G. Deeny. (12 July 2023). *LVMH buys Vuitton superstore building on Champs Elysées, amid Paris real estate buying spree*. Fashion Network. Accessed 1 December 2023. <https://www.fashionnetwork.com/news/Lvmh-buys-vuitton-superstore-building-on-champs-elysees-amid-paris-real-estate-buying-sprees.1535528.html>.
- 202 Reuters. (22 July 2021). *French antitrust body fines eyewear makers for imposing selling prices*. Reuters. Accessed 1 December 2023. <https://www.euronews.com/next/2021/07/22/uk-france-antitrust-eyewear-makers>.
- 203 L. Khan. (2017). 'Amazon's Antitrust Paradox'. 126 YALE L.J. 710: Columbia Law School Faculty Publications Scholarship Archive.
- 204 The Economist. (2016). *The 1.2 Billion Opportunity*. Special Report: Business in Africa. Accessed 1 December 2023. https://www.economist.com/sites/default/files/20160416_africa.pdf.
- 205 C. Nwanze. (20 March 2021). *Of Dangote and Near Absolute Monopolies*. Premium Times, Nigeria. Accessed 1 December 2023. <https://www.premiumtimesng.com/opinion/450128-of-dangote-and-near-absolute-monopolies-by-cheta-nwanze.html>; F. Fawehinmi. (11 October 2017). *Africa's richest man has a built-in advantage with Nigeria's government*. Quartz. Accessed 1 December 2023. <https://qz.com/1732014/why-is-it-called-antitrust> <https://qz.com/africa/1098137/africas-richest-man-has-a-built-in-advantage-with-nigerias-government#:~:text=Dangote%20Cement's%2065%25%20share%20of,just%20under%2050%25%20in%202016>.
- 206 The World Bank Group (2016). *Breaking Down Barriers: Unlocking Africa's Potential through Vigorous Competition Policy*. Accessed 1 December 2023. <https://www.worldbank.org/en/news/feature/2016/07/27/africa-competition>.
- 207 A. Kingsley Jeremiah. (4 June 2023). *Grappling with challenges, monopoly fears, others posed by Dangote Refinery*. *The Guardian*, Nigeria. Accessed 1 December 2023. <https://guardian.ng/features/grappling-with-challenges-monopoly-fears-others-posed-by-dangote-refinery/>.
- 208 B. Schmidt and J. Attwood. (23 June 2022). *Lithium king's \$3.5 billion fortune now facing government threat*. Bloomberg. Accessed 1 December 2023. <https://www.bloomberg.com/news/features/2022-06-23/lithium-king-crowned-in-dictatorship-sees-3-5-billion-fortune-at-risk>.
- 209 K. Bryan and M. Stott. (2023) *Chile's president moves to bring lithium under state control*. *Financial Times*. Accessed 1 December 2023. <https://www.ft.com/content/ebd48bbc-1390-4679-99fe-682975bbdba8>.
- 210 L. Lopez. (10 November 2019). *Softbank is getting exactly what it deserves, and it's thanks to something way bigger than WeWork*. *Insider*. Accessed 1 December 2023. <https://www.businessinsider.com/softbank-crashing-investments-uber-wework-monopoly-failure-2019-11>; Open Markets. (28 June 2018). *Fighting against monopoly: SoftBank's market power machine — AT&T moves to manipulate*. The Corner Newsletter. Accessed 1 December 2023. <https://www.openmarketsinstitute.org/publications/corner-newsletter-june-28-2018-fighting-monopoly-softbanks-market-power-machine-att-moves-manipulate>; T. Bradshaw et al. (2023). *SoftBank's Arm unveils plans for biggest US IPO in nearly 2 years*. *Financial Times*. Accessed 1 December 2023. <https://www.ft.com/content/36b-c706f-66a1-48e3-8c20-ab4966cb0fce>.
- 211 B. Braun. (2021). *Exit, Control, and Politics: The Structural Power of Finance Under Asset Manager Capitalism*. SocArXiv. Accessed 1 December 2023. <https://osf.io/preprints/socarxiv/4uesc>; J. Coates. (20 de setembro de 2018). *The Future of Corporate Governance Part I: The Problem of Twelve*. Harvard Public Law Working Paper No. 19-07. Accessed 1 December 2023. https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3247337;
- Gabor, D. (2021). 'The Wall Street Consensus'. *Development and Change*, 52: 429-459. <https://doi.org/10.1111/dech.12645>.

- 212 D. Hearn et al. (2022). *The Roll-Up Economy: The Business of Consolidating Industries with Serial Acquisitions*. *American Economic Liberties Project, op. cit.; Balanced Economy Project*. [19 November 2021]. *How finance drives monopoly*. The Counterbalance. Accessed 1 December 2023; Bain & Company. (2019). *Global Private Equity Report 2019*. Bain & Company, Inc. Acessado em 1 de dezembro de 2023. https://www.bain.com/contentassets/875a49e26e9c4775942ec5b86084df0a/bain_report_private_equity_report_2019.pdf; Center for Economic and Policy Research (2022). *Comment Letter in Response to the FTC and DOJ's Request for Information on Merger Enforcement*. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://cepr.net/comment-letter-in-response-to-the-ftc-and-doj-s-request-for-information-on-merger-enforcement/>.
- 213 R. Kerber. (2023). *Blackrock to expand proxy voting choice to retail ETF investors*. Reuters. Acessado em 28 de Novembro de 2023. <https://www.reuters.com/sustainability/blackrock-expand-proxy-voting-choice-retail-etf-investors-2023-07-17/>.
- 214 E. Elhauge. (9 April 2020). 'How Horizontal Shareholding Harms Our Economy - And Why Antitrust Law Can Fix It'. *Harvard Business Law Review*. Acessado em 1 de dezembro de 2023. https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3293822; D. McLaughlin and A. Massa. (9 January 2020). *The hidden dangers of the great index fund takeover*. Bloomberg. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.bloomberg.com/news/features/2020-01-09/the-hidden-dangers-of-the-great-index-fund-takeover>.
- 215 Total assets under management \$98 trillion as of May 2023. See BCG press releases (15 de maio de 2023). *Global Asset Management Industry Must Transform to Thrive Amidst Changing Macroeconomics*. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.bcg.com/press/15may2023-global-asset-management-transform-to-thrive>.
- 216 J. Azar, M.C. Schmalz and I. Tecu. (2018). 'Anti-Competitive Effects of Common Ownership'. *Journal of Finance*, 73(4). <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/jofi.12698>; M. Antón et al. (2023). 'Common Ownership, Competition, and Top Management Incentives', *Journal of Political Economy*, 131(5), 1294-1355. <https://www.nber.org/papers/w30785>.
- 217 J. Coates. (2018). 'The Future of Corporate Governance Part I, op. cit.; J. Bogle. (29 de novembro de 2018). https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3247337; J.C. Bogle. (29 de novembro de 2018) *Bogle Sounds a Warning on Index Funds*. *Wall Street Journal*. Acessado em 1 de dezembro de 2023. www.wsj.com/articles/bogle-sounds-a-warning-on-index-funds-1543504551.
- 218 United Nations, Inter-agency Task Force on Financing for Development. (2023) *Financing for Sustainable Development Report 2023: Financing Sustainable Transformations*. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://desapublications.un.org/publications/financing-sustainable-development-report-2023>.
- 219 A. Fisher. (11 de maio de 2021). *The rising financialization of the U.S. economy harms workers and their families, threatening a strong recovery*. Washington Center for Equitable Growth. <https://equitablegrowth.org/the-rising-financialization-of-the-u-s-economy-harms-workers-and-their-families-threatening-a-strong-recovery/>.
- 220 K. Tretina. (11 de Janeiro de 2023). *How to Invest in Hedge Funds*. *Forbes Advisor*. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.forbes.com/advisor/investing/how-to-invest-in-hedge-funds/>.
- 221 M.R. DesJardine, E. Marti and R. Durand. (2021). 'Why Activist Hedge Funds Target Socially Responsible Firms: The Reaction Costs of Signaling Corporate Social Responsibility'. *Academy of Management Journal*, 64(3), 851-872, <https://doi.org/10.5465/amj.2019.0238>
- 222 'Buy, strip and flip' é uma frase usada para descrever a prática de empresas de 'private equity' comprarem empresas sub-avaliadas, desmontá-las e vender a estrutura que sobra em seguida em uma oferta inicial pública (IPO). D. Liberto. (2021). *Buy, Strip and Flip. What It Is, How It Works*. Investopedia. Acessado em 4 de dezembro de 2023. [https://www.investopedia.com/terms/b/bsf.asp#:~:text=Buy%2C%20strip%20and%20flip%20is,initial%20public%20offering%20\(IPO\)](https://www.investopedia.com/terms/b/bsf.asp#:~:text=Buy%2C%20strip%20and%20flip%20is,initial%20public%20offering%20(IPO))
- 223 A. Edgecliffe-Johnson. (2018). *Unilever chief admits Kraft Heinz bid forced compromises*. *Financial Times* [online]. Acessado em 4 de dezembro de 2023. <https://www.ft.com/content/ea0218ce-1be0-11e8-aaca-4574d7dabfb6>
- 224 S. Aramonte and F. Avalos. (2021). 'The rise of private markets'. *BIS Quarterly review*. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.bis.org/publ/qtrpdf/rqt1212e.htm>
- 225 N. Lee and A. Sami. (2019). 'Trends in Private Capital Flows to Low-Income Countries; Good and Not-so-good news'. CGD Policy Paper 151. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.cgdev.org/sites/default/files/trends-private-capital-flows-low-income-countries-good-and-not-so-good-news.pdf>
- 226 L. Fox, D. Kritzberg and M. Nicholson. (2022). 'Are private equity investments financing the SDGs in Sub-Saharan Africa?' Africa Growth Initiative at Brookings Research. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2023/10/Fox-Kritzberg-Nicholson-2023.pdf>
- 227 M. Soener. (2022). 'Financialization goes South: Foreign capital flows and financial accumulation in emerging markets'. *International Journal of Comparative Sociology*, 64(4). Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/00207152221133058?cid=int.sj-abstract.citing-articles.4>. [https://www.investopedia.com/terms/b/bsf.asp#:~:text=Buy%2C%20strip%20and%20flip%20is,initial%20public%20offering%20\(IPO\)](https://www.investopedia.com/terms/b/bsf.asp#:~:text=Buy%2C%20strip%20and%20flip%20is,initial%20public%20offering%20(IPO))
- 228 W.L. Makler and W.L. Ness. (2002). 'How financial intermediation challenges national sovereignty in emerging markets'. *Economics & Finance*, 42(5), 827-851. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1062976902001412>.
- 229 D. Roos. (23 October 2020). *How the East India Company became the world's most powerful monopoly*. *History*. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.history.com/news/east-india-company-england-trade>
- 230 T. Wu. (2018). 'The Curse of Bigness: Antitrust in the New Gilded Age'. New York City: Columbia Global Reports.
- 231 A. Griswold. (11 November 2019). *Why is it called antitrust?* Quartz. Accessed 1 December 2023. <https://qz.com/1732014/why-is-it-called-antitrust/>; E. Goldschein. (19 December 2011). *The incredible story of how De Beers created and lost the most powerful monopoly ever*. *Insider*. Acessado em 1 de dezembro de 2023
- 232 M. Meagher. (14 July 2020). 'Corporate Law, Antitrust, and the History of Democratic Control of the Balance of Power' in Nowag and Corradi (eds.). *The Intersections between Competition Law and Corporate Law and Finance*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2021. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3622266>
- 233 N. Glynn and N. Dearden. (2023). *Monopoly Capitalism: What is it and how do we fight it?* Global Justice Now. Accessed 1 December 2023. <https://www.globaljustice.org.uk/wp-content/uploads/2023/03/Monopoly-capitalism-primer-WEB-FINAL.pdf>; 'The new generation of monopolies: time to break them up?', Balanced Economy Project (forthcoming); Secretariat of the United Nations Conference on Trade and Development. (2017). *Trade and Development Report 2017*. UN. Acessado em 2023. <https://unctad.org/publication/trade-and-development-report-2017>; S. Welton. (2021). 'Revamping Public Energy' in G. Sitaraman & A. Alstott (eds.), *Politics, Policy, and Public Options* (134-152). Cambridge: Cambridge University Press. doi:10.1017/9781108767552.009 <https://www.cambridge.org/core/books/politics-policy-and-public-options/revamping-public-energy/2FA2D637C64A2B19915F2DF83617B166>
- 234 M. Meagher. (2020). *Competition is Killing Us: How Big Business is Harming Our Society and Planet - and What To Do About It*. London: Penguin
- 235 T. Brennan. (2015). 'Kwoka, John E.: Mergers, merger control, and remedies: a retrospective analysis of U.S. policy'. *CHOICE: Current Reviews for Academic Libraries*, 52(12), 2065+. Gale Academic OneFile Select. Acessado em 12 de outubro de 2023. link.gale.com/apps/doc/A424530551/EAIM?u=anon-c65b6250&sid=sitemap&xid=2688957f
- 236 M. Stoller. (2020). *Goliath: The 100-Year War Between Monopoly Power and Democracy*. New York City: Simon & Schuster

- 237 J. Hickel et al. (2022). 'Imperialist appropriation in the world economy: Drain from the global South through unequal exchange, 1990–2015'. *Global Environmental Change*, 73:102467. <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2022.102467>
- 238 Z. Teachout. (2020). *Break 'Em Up*, op. cit.
- 239 M. Meagher. (2020). *Competition is Killing Us*, op. cit. p.54: 'Too Big to Regulate'.
- 240 F. D. Roosevelt. (1938). Message to Congress on Curbing Monopolies. The American Presidency Project. UC Santa Barbara. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/message-congress-curbing-monopolies>
- 241 S. Allende. (2022) 'Enough — no more dependence!' Transcrição do discurso do president Allende na Assembleia Geral das Nações Unidas no dia 4 de dezembro de 1972. Progressive International. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://progressive.international/blueprint/4243ea84-7ec0-464b-a0c2-ec677e79a456-salvador-allende-enough--no-more-dependence/en>
- 242 D. Kilpatrick. (2018). *The Facebook Defect*. Time. Accessed 1 December 2023. <https://time.com/5237458/the-facebook-defect/>
- 243 OECD. (2021). *OECD Compendium of Productivity Indicators 2023*. Organisation for Economic Co-operation and Development. Acessado em 1 de dezembro de 2023. https://read.oecd-ilibrary.org/industry-and-services/oecd-compendium-of-productivity-indicators-2023_74623e5b-en#page54
- 244 Organização Internacional do Trabalho (OIT). (2023). *Global Wage Report 2022–2023: The impact of inflation and COVID-19 on wages and purchasing power*. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://researchrepository.ilo.org/esploro/outputs/report/995264896002676>
- 245 See methodology note, stat 2.3.
- 246 United Nations General Assembly. (2023). *Extreme Poverty and Human Rights*. Accessed 1 December 2023. [Undocs.org/A/78/175](https://undocs.org/A/78/175)
- 247 D. Alejo Vázquez Pimentel et al. (2018). *Recompensem o Trabalho, Não a Riqueza*, op. cit.
- 248 Organização Internacional do Trabalho (OIT) (2016). *Non-standard Employment Around the World: Understanding Challenges, Shaping Prospects*. Acessado em 1 de dezembro de 2023. https://ilo.org/global/publications/books/WCMS_534326/lang--en/index.htm
- 249 Organização Internacional do Trabalho (OIT) (n.d.). *Occupational safety and health: World Statistic*. Acessado em 6 de setembro de 2023. https://www.ilo.org/moscow/areas-of-work/occupational-safety-and-health/WCMS_249278/lang--en/index.htm#:~:text=The%20ILO%20estimates%20that%20some,of%20work%20related%20illnesses%20annually
- 250 Organização Internacional do Trabalho (OIT), Walk Free and International Organization for Migration. (2022). *Global Estimates of Modern Slavery: Forced Labour and Forced Marriage*. Acessado em 1 de dezembro de 2023. https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---ipec/documents/publication/wcms_854733.pdf
- 251 A. Ezrachi et al. (2022). 'The Effects of Competition Law on Inequality', op. cit.
- 252 D. Alejo Vázquez Pimentel et al. (2018). *Recompensem o Trabalho, Não a Riqueza*, op. cit.
- 253 Z. Darvas. (2023). *Collective bargaining is associated with lower income inequality*. bruegel. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.bruegel.org/analysis/collective-bargaining-associated-lower-income-inequality>
- 254 Organização Internacional do Trabalho (2023). *2023 ITUC Global Rights Index*. Accessed 1 December 2023. https://www.ituc-csi.org/IMG/pdf/2023_ituc_global_rights_index_en.pdf
- 255 Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE) (n.d.). *Trade unions, employer organisations, and collective bargaining in OECD countries*. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.oecd.org/els/emp/Flyer-Collective%20bargaining.pdf>; International Labour Organization. (2022). *Social Dialogue Report 2022: Collective bargaining for an inclusive, sustainable and resilient recovery*. Acessado em 1 de dezembro de 2023. https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_842807.pdf
- 256 Reuters. (20 de março de 2023). *Content moderators sue Meta over alleged 'union-busting' in Kenya*. Reuters. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.reuters.com/technology/content-moderators-sue-meta-over-alleged-union-busting-kenya-2023-03-20/>; Business and Human Rights Resource Centre. (14 July 2020). *Bangladesh: H&M and Inditex supplier accused of union busting amid COVID-19 after dismissal of 3,000 garment workers; Incl. company responses*. Business and Human Rights Resource Centre. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.business-humanrights.org/en/latest-news/bangladesh-hm-and-inditex-supplier-accused-of-union-busting-amid-covid-19-after-dismissal-of-3000-garment-workers-incl-company-responses/>; S. Greenhouse. (26 de fevereiro de 2023). *Old-school union busting: how US corporations are quashing the new wave of organizing*. The Guardian. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.theguardian.com/us-news/2023/feb/26/amazon-trader-joes-starbucks-anti-union> measures#:~:text=US%20corporations%20have%20mounted%20a,significantly%20drain%20the%20momentum%20behind; L. Fang. (7 de junho de 2022). *The evolution of union-busting*. The Intercept. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://theintercept.com/2022/06/07/union-busting-tactics-diversity/>
- 257 Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE), *Trade Unions*, op. cit.
- 258 Ver Nota Metodológica, estatística 2.4.
- 259 I. Karbal. (21 de Agosto de 2020). *Uber and Lyft boost lobbying power as they threaten to pull out of California*. Open Secrets. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.opensecrets.org/news/2020/08/uber-lyft-boost-lobby-california/>; B. Medina and N. Sadek. (2 de Agosto de 2022). *Highlights from Uber Files reporting around the globe*. International Consortium of Investigative Journalists. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.icij.org/investigations/uber-files/highlights-from-uber-files-reporting-around-the-globe/>
- 260 E. Walker and C. Rea. (2014). *The Political Mobilization*, op. cit.
- 261 J. Tapper. (30 de novembro de 2020). *NYT: Nike, Coca-Cola accused of lobbying against anti-forced labor bill*. CNN. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.cnn.com/videos/tv/2020/11/30/lead-nike-coke-forced-labor-live-jake-tapper.cnn>
- 262 D. Farenthold and T. Smith. (17 de Janeiro de 2023). *How Restaurant Workers*, op. cit.; A. Gangitano. (26 January 2021). *Business groups prepare for lobbying push against \$15 minimum wage*. The Hill. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://thehill.com/business-a-lobbying/535957-business-groups-prepare-for-lobbying-effort-against-raising-the-minimum/>
- 263 J. Sherer and N. Mast. (2023). *Child Labor Laws*, op. cit.
- 264 S. Puspita. (13 de outubro de 2020). *Jokowi and the oligarchs: Indonesia's elite set to win from Omnibus Bill*. GLOBE. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://southeastasiaglobe.com/omnibus-bill-oligarchs-indonesia/>; Anistia Internacional. (5 de outubro de 2020). *'Catastrophic' Omnibus Bill on Job Creation Passed into Law*. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.amnesty.id/catastrophic-omnibus-bill-on-job-creation-passed-into-law/>; Institution of Occupational Safety and Health (IOSH). (n.d.). *UN Working Group*, op. cit.
- 265 M. Sainato. (31 de julho de 2023). *Big business lobbies*, op. cit.
- 266 L. Bombardi and A. Changoe. (2022). *Toxic Trading*. Friends of the Earth. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://friendsoftheearth.eu/wp-content/uploads/2022/04/Toxic-Trading-EN.pdf>; United Nations. (22 de junho de 2022). *Brazil: "Poison package" draft bill on pesticides will undermine rights protection say UN experts*. Press release. Acessado em 1 de dezembro de 2023. [https://www.ohchr.org/en/press-releases/2022/06/brazil-poison-pack-age-draft-bill-pesticides-will-undermine-rights-protection](https://www.ohchr.org/en/press-releases/2022/06/brazil-poison-package-draft-bill-pesticides-will-undermine-rights-protection)

- 267 Ver Nota Metodológica, estatística 2.2.
- 268 U. Gneiting et al. (2020). *Poder, Lucros e Pandemia*, op. cit.
- 269 Ver Nota Metodológica, estatística 2.7.
- 270 Ver Nota Metodológica, estatística 2.8.
- 271 Ver Nota Metodológica, estatística 2.8.
- 272 Ver nota metodológica, estatística 2.9.
- 273 Ver Nota metodológica, estatística 2.10.
- 274 R. Gammarano. (2019). *The Working Poor: Or How a Job Is No Guarantee of Decent Living Conditions*. International Labour Organization. Acessado em 1 de dezembro de 2023. https://ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/publication/wcms_696387.pdf
- 275 R. Vazquez-Alvarez et al. (2022). *Global Wage Report 2022-23*, op. cit.
- 276 Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE) [11 de julho de 2023]. *OECD job markets remain tight though inflation is hitting real wages*. Press release. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.oecd.org/newsroom/oecd-job-markets-remain-tight-though-inflation-is-hitting-real-wages.htm#:~:text=Real%20hourly%20wages%20have%20fallen,an%20average%20decline%20of%203.8%25>
- 277 Ver nota metodológica, estatística 1.1.
- 278 R. Vazquez-Alvarez et al. (2022). *Global Wage Report 2022-23*, op. cit.
- 279 Ver Nota Metodológica, estatística 1.1.
- 280 L. Chancel et al. (2021). *World Inequality Report 2022*. World Inequality Lab. Acessado em 1 de dezembro de 2023. https://wir2022.wid.world/www-site/uploads/2023/03/D_FINAL_WIL_RIM_RAPPORT_2303.pdf
- 281 The World Bank Data. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://data.worldbank.org/indicator/SI.SPR.PC40?locations=ID-NA-RQ-MX>.
- 282 Ver, p. ex., 'Report to the Human Rights Council. 2019. Report of the Special Rapporteur on contemporary forms of racism', op. cit.; J. Brunner and G. LeBaron. (2021). *Forced Labour Evidence Brief*, op. cit.
- 283 R. Vazquez-Alvarez et al. (2022). *Global Wage Report 2022-23*, op. cit.
- 284 Board of Governors of the Federal Reserve System. Distribution of Household Wealth in the U.S. since 1989. Q2 2023 Data at: <https://www.federalreserve.gov/releases/z1/dataviz/dfa/distribute/chart/#quarter:135;series:Corporate%20equities%20and%20mutual%20fund%20shares;demographic:race:population:1,3,5,7;units:shares>; U.S. Census Bureau. Quick Facts. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.census.gov/quickfacts/fact/table/US>
- 285 U. Gneiting et al. (2020). *Poder, Lucros e Pandemia*, op. cit.
- 286 Assembleia Geral da ONU. (2020). *Visit to Malaysia*. Acessado em 1 de dezembro de 2023. [Undocs.org/A/HRC/44/40/Add.1](https://undocs.org/A/HRC/44/40/Add.1); E. Mellino et al. (27 de março de 2023). *'They treat you like an animal': How British farms run on exploitation*. The Bureau of Investigative Journalism. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.thebureauinvestigates.com/stories/2023-03-27/they-treat-you-like-an-animal-how-british-farms-run-on-exploitation>.
- 287 S. Emran et al. (2019). *Made In Poverty: The True Price of Fashion*. Oxfam Australia. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.oxfam.org.au/wp-content/uploads/2021/11/Made-in-Poverty-the-True-Price-of-Fashion-Oxfam-.pdf>; <https://ousweb-prodv2-shared-media.s3.us-east-2.amazonaws.com/media/documents/bn-workers-rights-supermarket-supply-chains-101019-en.pdf>; T. Zahn et al. (2022). *No Limits to Exploitation*. Oxfam Deutschland. Acessado em 1 de dezembro de 2023. https://media.business-humanrights.org/media/documents/2022_oxfam_no_limits_to_exploitation_en.pdf
- 288 D. Alejo Vázquez Pimentel et al. (2018). *Recompensem o Trabalho, não a riqueza*, op. cit.
- 289 R. Vazquez-Alvarez et al. (2022). *Global Wage Report 2022-23*, op. cit.
- 290 D. Alejo Vázquez Pimentel et al. (2018). *Reward Work, Not Wealth*, op. cit.
- 291 Ibid.; H. Stewart. (30 July 2023). *Exploitation of care workers in England is 'appalling', says government adviser*. *The Guardian*. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.theguardian.com/society/2023/jul/30/exploitation-of-care-workers-in-england-is-appalling-says-government-adviser>
- 292 G. Azcona et al. (2023). *Progress*, op. cit.
- 293 Oxfam. (2021). *COVID-19 cost women globally over \$800 billion in lost income in one year*. Press release. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.oxfam.org/en/press-releases/Covid-19-cost-women-globally-over-800-billion-lost-income-one-year>
- 294 L. Chancel et al. (2022). *World Inequality Report 2022*, op. cit.
- 295 Ver Nota Metodológica, estatística 2.5.
- 296 C. Coffey et al. (2020). *Time To Care: Unpaid and underpaid care work and the global inequality crisis*. Oxfam. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://policy-practice.oxfam.org/resources/time-to-care-unpaid-and-underpaid-care-work-and-the-global-inequality-crisis-620928/>
- 297 Kentikelenis et al. (2023). *The Middle East and North Africa Gap*. Oxfam International. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://policy-practice.oxfam.org/resources/the-middle-east-and-north-africa-gap-prosperity-for-the-rich-austerity-for-the-621549/>
- 298 Esse dado é uma estimativa baseada em salários apenas. Reconhecemos que o valor verdadeiro inteiro do trabalho de cuidado não pago não pode ser verificado em termos monetários.
- 299 Oxfam International. (n.d.). *Not all gaps are created equal: the true value of care work*. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.oxfam.org/en/not-all-gaps-are-created-equal-true-value-care-work#:~:text=A%20heavy%20and%20unequal%20responsibility,unpaid%20care%20work%20every%20day>
- 300 R. Wilshaw and R. Willoughby. (2019). *Workers' Rights in Supermarket Supply Chains*. Oxfam International. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://oxfamilibrary.openrepository.com/bitstream/handle/10546/620877/bn-workers-rights-supermarket-supply-chains-101019-en.pdf>
- 301 R. Wilshaw and R. Willoughby. (2019). *Workers' Rights*, op. cit.; J. Gardner et al. (2022). *Engendering Informality Statistics: Gaps and Opportunities*. International Labour Organization. Acessado em 1 de dezembro de 2023. [https://www.ilo.org/static/english/intserv/working-papers/wp084/index.html#:~:text=Regional%20data%20reveal%20that%20informality,compared%20to%2083%25%20of%20men;ILO.\(2017\).Purchasingpracticesandworkingconditionsinglobal](https://www.ilo.org/static/english/intserv/working-papers/wp084/index.html#:~:text=Regional%20data%20reveal%20that%20informality,compared%20to%2083%25%20of%20men;ILO.(2017).Purchasingpracticesandworkingconditionsinglobal)
- 302 C. Henry and J. Adams. (2018). *Spotlight on Sexual Violence and Harassment in Commercial Agriculture: Lower and Middle Income Countries*. International Labour Office. Acessado em 1 de dezembro de 2023. https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/-inst/documents/publication/wcms_630672.pdf
- 303 S. Emran et al. (2019). *Made In Poverty*, op. cit.
- 304 Ibid.

- 305 M. Christensen, et al. (2023). *Survival of the Richest Methodology Note*, op. cit.; OCDE. (2022). *Corporate Tax Statistics*, op. cit.
- 306 OCDE. (2023). *Corporate Tax Statistics 2023*. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.oecd-ilibrary.org/taxation/corporate-tax-statistics-2023/f1f07219-en>
- 307 M. Gardner and S. Wamhoff. (2021). *55 Corporations*, op. cit.
- 308 L. Wier and G. Zucman. (2022). *Global Profit Shifting, 1975–2019*. UNU-WIDER Working Paper. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.wider.unu.edu/node/240777>
- 309 Ibid.
- 310 EU Tax Observatory. (2023). 'Global Tax Evasion: Report 2024'. EU Tax Observatory. Acessado em 1 de dezembro de 2023. https://www.taxobservatory.eu/www-site/uploads/2023/10/global_tax_evasion_report_24.pdf
- 311 Ver Nota Metodológica, estatística 2.6.
- 312 OCDE. (2023). *Corporate Tax Statistics 2023*. Acessado em 20 de novembro de 2023. <https://www.oecd-ilibrary.org/taxation/corporate-tax-statistics-2023/f1f07219-en>. Dados disponíveis em: <https://stat.link/xzwamc>
- 313 FMI. (2021). Fiscal Monitor April 2021. Data, Figure 2.12. <https://www.imf.org/en/Publications/FM/Issues/2021/03/29/fiscal-monitor-april-2021>; M. Christensen, et al. (2023) *A "Sobrevivência" do mais rico*, op. cit.
- 314 OCDE. (2021). International community strikes a ground-breaking tax deal for the digital age. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://web.archive.oecd.org/2021-10-20/612898-international-community-strikes-a-ground-breaking-tax-deal-for-the-digital-age.htm>.
- 315 Global Alliance for Tax Justice. (2021). *The 'deal of the rich' will not benefit developing countries*. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://globaltaxjustice.org/wp-content/uploads/2022/08/2021-10-08-Read-GATJs-statement-EN-PDF.pdf>; EU Tax Observatory. (2023). 'Global Tax Evasion: Report 2024'. EU Tax Observatory. Acessado em 1 de dezembro de 2023. https://www.taxobservatory.eu/www-site/uploads/2023/10/global_tax_evasion_report_24.pdf
- 316 Eurodad. (2023). More than 200 organisations and trade unions call for the adoption of the Africa Group resolution on a UN Tax Convention. <https://www.eurodad.org/more-than-200-civil-society-organisations-support-the-draft-resolution-on-promotion-of-inclusive-and-effective-international-tax-cooperation-at-the-un>; Tax Justice Network. (2023). UN adopts plans for historic tax reform. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://taxjustice.net/press/un-adopts-plans-for-historic-tax-reform/>
- 317 M. Christensen et al. (2023). *A "Sobrevivência" do mais rico*, op. cit.
- 318 Ver, p. ex., E. Berkhout. (12 de dezembro de 2016). *Tax battles*, op. cit.; M. Meinzer and C. Trautvetter. (2018). *Accounting (f)or Tax: The Global Battle for Corporate Transparency*. Tax Justice Network. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.taxjustice.net/wp-content/uploads/2018/04/MeinzerTrautvetter2018-AccountingTaxCBCR.pdf>; Oxfam International. (2014). *Business Among Friends: Why Corporate Tax Dodgers Are Not Yet Losing Sleep Over Global Tax Reform*. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://oxfamilibrary.openrepository.com/bitstream/handle/10546/316405/bp185-business-among-friends-corporate-tax-reform-120514-en.pdf?sequence=10>
- 319 E. Berkhout. (12 de dezembro de 2016). *Tax battles*, op. cit.
- 320 B. Richter et al. (2008). 'Lobbying and Taxes.' *American Journal of Political Science*, 53(4), 893–909. https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1082146; Alexander et al. (2009). 'Measuring Rates of Return for Lobbying Expenditures: An Empirical Case Study of Tax Breaks for Multinational Corporations'. *Journal of Law and Politics*, 25(401). Acessado em 1 de dezembro de 2023. https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1375082
- 321 M. Christensen et al. (2023). *A "Sobrevivência" do mais rico*, op. cit.
- 322 Banco Mundial. (2022). *Poverty and Shared Prosperity*, op. cit.
- 323 E. Saez and G. Zucman. (2020). *The Triumph of Injustice*, op. cit.
- 324 M. Christensen et al. (2023). *A "Sobrevivência" do mais rico*, op. cit.; E. Berkhout. (12 de dezembro de 2016). *Tax battles*, op. cit.; M. Keen et al. (2023). *International Tax Spillovers and Tangible Investment, with Implications for the Global Minimum Tax*. International Monetary Fund. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.imf.org/en/Publications/WP/Issues/2023/08/04/International-Tax-Spillovers-and-Tangible-Investment-with-Implications-for-the-Global-536796>; S. Stausholm. (2017). *Rise of Ineffective Incentives: New Empirical Evidence on Tax Holidays in Developing Countries*. SorArXiv Papers. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://osf.io/preprints/socarxiv/4sn3k/>; H. Kronfol and V. Steenberg. (2020). *Evaluating the Costs and Benefits of Corporate Tax Incentives*. The World Bank Group. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/47e1b4ea-ae81-5eb4-8cd4-70e354f433f1/content>; S. Gechert and P. Heimberger. (2022). Do Corporate Tax Cuts Boost Economic Growth? *European Economic Review*. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0014292122000885>
- 325 E. Berkhout. (12 December 2016). *Tax battles*, op. cit.
- 326 Saez and Zucman. (2020). *The Triumph of Injustice*, op. cit.
- 327 M. Christensen et al. (2023). *A "Sobrevivência" do mais rico*, op. cit.
- 328 Global Alliance for Tax Justice et al. (2021). *Framing Feminist Taxation*. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://globaltaxjustice.org/wp-content/uploads/2022/08/2021-06-02-Download-the-guide-in-English-EN-PDF.pdf>; M. Christensen et al. (2023). *A "Sobrevivência" do mais rico*, op. cit.
- 329 M. Christensen et al. (2023). *A "Sobrevivência" do mais rico*, op. cit.
- 330 A. Kentikelenis et al. (2023). *The Middle East and North Africa Gap*, op. cit.
- 331 Global Alliance for Tax Justice et al. (2021). *Framing Feminist Taxation*, op. cit.; R. Noble. (2018). *From Rhetoric to Rights*, op. cit.
- 332 E. Akinwuto, (10 de junho de 2020). *Nigeria to cut healthcare spending by 40% despite coronavirus cases climbing*. *The Guardian*. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.theguardian.com/global-development/2020/jun/10/nigeria-to-cut-healthcare-spending-by-40-despite-coronavirus-cases-climbing>; WHO and Integrated African Health Observatory. (2023). *Maternal mortality: The urgency of a systemic and multisectoral approach in mitigating maternal deaths in Africa*. Acessado em 1 de dezembro de 2023. https://files.who.int/afahobckpcontainer/production/files/IAHO_Maternal_Mortality_Regional_Factsheet.pdf
- 333 E. Berkhout. (12 December 2016). *Tax battles*, op. cit.
- 334 OCDE. (2022). *Corporate Tax Statistics: Fourth Edition*, op. cit.
- 335 OECD. (2022). *Corporate Tax Statistics: Fourth Edition*, op. cit.
- Missing Profits. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://missingprofits.world>. L. Wier and G. Zucman. (2022). *Global Profit Shifting, 1975–2019*. WIDER Working Paper 2022/121. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.wider.unu.edu/node/240777>; Tax Justice Network Team. (2023). *State of Tax Justice 2023*. Tax Justice Network. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://taxjustice.net/reports/the-state-of-tax-justice-2023/>
- 336 Relatório para a Assembleia Geral da ONU. (2018). *Extreme Poverty and Human Rights*, op. cit.; R. Noble. (2018). *From Rhetoric to Rights*, op. cit.

- 337 Ver, p. ex., o box na p. 39 de Ortiz and Cummings. (2022). 'END AUSTERITY: A Global Report on Budget Cuts and Harmful Social Reforms in 2022–25. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://reliefweb.int/report/world/end-austerity-global-report-budget-cuts-and-harmful-social-reforms-2022-25>
- 338 Ver, p. ex. Corporate Accountability International. (2014). *Public Water Works: The Case for Prioritizing Our Most Essential Public Services*. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.corporateaccountability.org/wp-content/uploads/2019/05/Public-Water-Works-2014.pdf>; and D. Cohen and A. Mikaelian. (2021). *The Privatization of Everything*. New York City: The New Press.
- 339 Oxfam. (7 April 2014). *A Dangerous Diversion*. Policy Papers. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.oxfam.org/en/research/dangerous-diversion>; A. Marriott and A. Maitland (2021). *The Great Vaccine Robbery*. The People's Vaccine Alliance. Acessado em 1 de dezembro de 2023. https://oi-files-cng-v2-prod.s3.eu-west-2.amazonaws.com/uganda.oxfam.org/s3fs-public/file_attachments/The%20Great%20Vaccine%20Robbery%20Policy%20Brief%20final.pdf
- 340 M. Romero. (2018). *History RePPeated – How Public-private Partnerships Are Failing*. Eurodad. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.eurodad.org/historyrepeated>; K. Bayliss et al. (2021). 'Uneven Outcomes from Private Infrastructure Finance: Evidence from Two Case Studies'. *Development in Practice*, 31(7), 934–45.
- 341 N. Sylla and D. Gabor. (14 de Janeiro de 2021). *Planting budgetary time bombs in Africa: the Macron Doctrine En Marche*. Committee for the Abolition of Illegitimate Debt. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.cadtm.org/Planting-budgetary-time-bombs-in-Africa-the-Macron-Doctrine-En-Marche>; K. Bayliss and E. Waeyenberge. (2017). 'Unpacking the Public Private Partnership Revival'. *The Journal of Development Studies*. 54(4), 577–93; Transnational Institute. (2020). *The Future is Public*. TNI. Accessed 1 December 2023. https://www.tni.org/files/publication-downloads/futureispublic_online_def.pdf; K. Bayliss et al. (2021). 'Uneven Outcomes from Private Infrastructure Finance', op. cit.
- 342 A. Cepparulo, G. Eusepi and L. Giuriato. (2019). 'Public Private Partnership and Fiscal Illusion: A Systematic Review'. *Journal of Infrastructure Policy and Development*, 3(2), 288–89. <http://dx.doi.org/10.24294/jipd.v3i2.1157>; Ontario Auditor General, *Annual Report 2014*, p. 7. https://www.auditor.on.ca/en/content/annualreports/arreports/en14/2014AR_en_web.pdf; ITPI (2021). Issues and considerations for value for money analyses. Acessado em 1 de dezembro de 2023. https://www.inthepublicinterest.org/wp-content/uploads/ITPI_Value_for_Money_Memo_Oct2021.pdf; K.S. Jomo et al. (2016). *Public-Private Partnerships and the 2030 Agenda for Sustainable Development: Fit for purpose?* DESA Working Paper No. 148. UN Department of Economic and Social Affairs, p. 15. https://www.un.org/esa/desa/papers/2016/wp148_2016.pdf; National Audit Office (2018). *PFI and PF2*, p. 15. <https://www.nao.org.uk/wp-content/uploads/2018/01/PFI-and-PF2.pdf>
- 343 K. Bayliss and E. Waeyenberge. (2017). 'Unpacking the Public Private Partnership Revival', op. cit.
- 344 Grupo Banco Mundial. (2017). *Maximizing Finance for Development*, op cit; USAID. (2018). *Private Sector Engagement Policy*, op. cit.
- 345 K. Bayliss et al. (2020). *The Use of Development Funds for De-risking Private Investment: How Effective is it in Delivering Development Results?* European Department. Policy Department. Acessado em 1 de dezembro de 2023. [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2020/603486/EXPO_STU\(2020\)603486_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2020/603486/EXPO_STU(2020)603486_EN.pdf); K. Bayliss and E. Waeyenberge. (2017). 'Unpacking the Public Private Partnership Revival', op. cit.
- 346 D. Gabor. (2021). 'The Wall Street Consensus'. *Development and Change*, 52(3), 429–59.
- 347 F. Schulte. (14 November 2022). *Sick profit*, op. cit.; *The Guardian*. (21 de maio de 2023). *The Guardian view on England's water companies*, op. cit.; A. Gupta et al. (2021). *Owner Incentives and Performance in Healthcare*, op. cit.; A. Borsari, et al. (2023). *Evaluating trends in private equity ownership and impacts on health outcomes, costs, and quality: systematic review*. BMJ. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://doi.org/10.1136/bmj-2023-075244>
- 348 B. Khawaja et al. (2021). *Public Transport, Private Profit*. Center for Human Rights and Global Justice. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://chrgj.org/wp-content/uploads/2021/07/Report-Public-Transport-Private-Profit.pdf>
- 349 T. Kim. (30 de maio de 2019). *How Uber Hopes to Profit From Public Transit*. *The New York Times*. Acessado em 1 de dezembro de December 2023. <https://www.nytimes.com/2019/05/30/opinion/uber-stock.html>; J. DeManuelle-Hall. (8 de março de 2022). *Texas union activists fight 'microtransit' privatization*. Labor Notes. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://labornotes.org/blogs/2022/03/texas-union-activists-fight-microtransit-privatization>.
- 350 Via. *6 steps to launch a microtransit service in weeks, not months*. Acessado em 1 de dezembro de 2023. https://info.ridewithvia.com/guide/neoride?utm_source=ride&utm_medium=alert-banner&utm_campaign=neoride_guide&utm_content=neoride_guide; Via. (13 de fevereiro de 2023). *Via closes financing round at \$3.5B valuation, raising \$110M to expand TransitTech portfolio*. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.pnewswire.com/news-releases/via-closes-financing-round-at-3-5b-valuation-raising-110m-to-expand-transitech-portfolio-301745145.html>
- 351 Precedence Research. Acessado em 13 de dezembro de 2023. <https://www.precedenceresearch.com/hospital-services-market>
- 352 A. Taneja and A. Sarkar. (2023). *First, Do No Harm*. Oxfam International. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://oi-files-d8-prod.s3.eu-west-2.amazonaws.com/s3fs-public/2023-06/Do%20no%20harm%20-%20English%20Report.pdf>
- 353 J. Leigland. (2018). 'Public-Private Partnerships in Developing Countries: The Emerging Evidence-based Critique'. *Research Observer*, 33(1), 103–34.
- 354 UK Competitions & Markets Authority. (2022). *Children's social care market study final report*. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.gov.uk/government/publications/childrens-social-care-market-study-final-report/final-report#summary>
- 355 The Business Research Company. (2023). *Water and Sewage Global Market Report*. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.thebusinessresearchcompany.com/report/water-and-sewage-global-market-report>
- 356 S. Anderson. (2023). *Executive Excess 2023*. Institute for Policy Studies. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://ips-dc.org/wp-content/uploads/2023/08/EE23-FINAL-aug-23-23.pdf>
- 357 Ver, p. ex. R. Schomaker. (2020). 'Conceptualizing Corruption in Public Private Partnerships'. *Public Organization Review* 20(4), 807–20. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://doi.org/10.1007/s11115-020-00473-6>; and C. Cordelli, *The Privatized State*, Princeton University Press, p. 284. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://doi.org/10.2307/j.ctv125jsq>
- 358 D. Alejo Vázquez Pimentel et al. (2018). *Recompensem o Trabalho, Não a Riqueza*, op. cit.
- 359 A. Taneja and A. Sarkar. (2023). *First, Do No Harm*, op. cit.; A. Marriott. (2023). *Sick Development*. Oxfam International. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://oxfamlibrary.openrepository.com/bitstream/handle/10546/621529/bp-sick-development-funding-for-profit-private-hospitals-260623-en.pdf?sequence=14>
- 360 J. Walker et al. (2019). *The Power of Education to Fight Inequality*. Oxfam International. Acessado em 1 dezembro de 2023. <https://www.oxfam.org/en/research/power-education-fight-inequality>.
- 361 I. Ortiz et al. (2018). *Reversing Pension Privatizations*. Organização Internacional do Trabalho (OIT). Acessado em 1 de dezembro de 2023. https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---soc_sec/documents/publication/wcms_648574.pdf
- 362 Independent Evaluation Group. (8 de junho de 2022). *An Evaluation of International Finance Corporation Investments in K-12 Private Schools*. World Bank Group. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://ieg.worldbankgroup.org/evaluations/evaluation-international-finance-corporation-investments-k-12-private-schools>; A. Marriott. (2023). *Sick Development*, op. cit.
- 363 A. Marriott. (2023). *Sick Development*, op. cit.

- 364 D. Cohen and A. Mikaelian. (2021). *The Privatization of Everything*, op. cit, p. 209.
- 365 J. LaFleur. (2020). 'Centering Race in Contemporary Educational Privatization Policies: The Genealogy Of U.S. 'Private School Choice' and its Implications for Research'. *Race Ethnicity and Education*, 26 (2), 205-225. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://doi.org/10.1080/13613324.2020.1798384>; D.N. Thompson Dorsey and G.D. Roulhac. (2019). 'From Desegregation to Privatization: A Critical Race Policy Analysis of School Choice and Educational Opportunity in North Carolina'. *Peabody Journal of Education*, 94(4). Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://doi.org/10.1080/0161956X.2019.1648953>; M. Offutt-Chaney. (2022). "Black Crisis" and the 'Likely' Privatization of Public Education in New Orleans and Liberia'. *Critical Studies in Education*, 63(2), 180-195. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://doi.org/10.1080/17508487.2019.1662464>
- 366 Assembleia Geral da ONU. (2013). 'Contemporary forms of racism, racial discrimination, xenophobia and related intolerance'. A/68/333. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N13/431/33/PDF/N1343133.pdf?OpenElement>; Assembleia Geral da ONU. (2022). 'Racism, racial discrimination and the right to development: Thematic study by the Expert Mechanism on the Right to Development'. A/HRC/51/37. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G22/387/64/PDF/G2238764.pdf?OpenElement>
- 367 N. Jadhav and A. Taneja. (2022) *The private health sector in India*, op. cit.
- 368 A. Taneja and Noopur. (2022) *Private schools in India*, op. cit.
- 369 H. Mandel and M. Semyonov. (2021). 'The gender-race intersection and the "sheltering-effect" of public-sector employment'. *Research in Social Stratification and Mobility*, 71, 100581. <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0276562421000019?via%3Dihub>; G. Wilson, et al. (2015) *Racial Income Inequality*, op. cit.
- 370 M. Lawson. (2019) *Bem Público ou Riqueza Privada*, op. cit.; D. Abed and F. Kelleher, (2022). *The Assault of Austerity*, op. cit.; Relatório para a Assembleia Geral da ONU. (2018). The Independent Expert on the effects of foreign debt and other related financial obligations of States on the full enjoyment of all human rights, particularly economic, social and cultural rights. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://undocs.org/A/73/179>
- 371 ILO. (2022). *Pay transparency can address the gender pay gap*. Geneva. Acessado em 1 de dezembro de 2023. https://www.ilo.org/global/about-the-ilo/newsroom/news/WCMS_856203/lang-en/index.htm
- 372 T. Mukhtarova, F.A. Baig and Z. Hasnain. (2021). *Five facts on gender equity in the public sector*. Governance for Development World Bank Blog. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://blogs.worldbank.org/governance/five-facts-gender-equity-public-sector>
- 373 Gender & Development Network. (2019). *How social protection, public services and infrastructure impact women's rights*. GADN Briefing. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://static1.squarespace.com/static/536c4ee8e4b0b60bc6ca7c74/t/5c34c34cb8a04568549dc77d/1546961742579/How+social+protection%2C+public+services%2C+infrastructure+impact+women%27s+rights.pdf>; The National Network on Environments and Women's Health. (2009). The significance of privatization and commercialization trends for women's health: Submission to the Office of the High Commissioner for Human Rights for the Independent Expert on the issue of human rights obligations related to access to safe drinking water and sanitation. Acessado em 1 de dezembro de 2023.
- 374 D. Abed and F. Kelleher. (2022). *The Assault of Austerity*, op. cit.; Brown, Rebecca. (2010). 'Unequal burden: water privatisation and women's human rights in Tanzania'. *Gender & Development*, 18(1), 59-67. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://policy-practice.oxfam.org/resources/unequal-burden-water-privatisation-and-womens-human-rights-in-tanzania-131723/>
- 375 A. Taneja and N. Jadhav. (2022). *Experiences of women while availing services in the Private healthcare System in India*. Oxfam India. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.oxfamindia.org/genderprivatisationhealth>; Kaufman and F. Jing. (2002). 'Privatisation of Health Services and the Reproductive Health of Rural Chinese Women'. *Health Sector Reforms: Implications for Sexual and Reproductive Health Services*, 10 (20), 108-116, 2 de dezembro de 2023. <https://www.jstor.org/stable/3776331>; R. Riddell et al. (2021). *Wrong Prescription: The Impact of Privatizing Healthcare in Kenya*. The Economic and Social Rights Centre - Hakijamii and the Center for Human Rights and Global Justice. Acessado em 1 de dezembro de 2023. https://chrqj.org/wp-content/uploads/2021/11/Report-Wrong-Prescription_Eng_.pdf
- 376 E. Iversen and A. Begue. (2017). *The effects of privatisation on girls' access to free, quality public education in Nepal: Country Report*. Acessado em 1 de dezembro de 2023. https://actionaid.org/sites/default/files/publications/nepal_country_report.pdf; A. Kentikelenis et al. (2023). *The Middle East and North Africa Gap: Prosperity for the rich, austerity for the rest*, op. cit.
- 377 J. Stinson. (2004). 'Why Privatization Is a Women's Issue'. *Canadian Woman Studies*, 23(3-4), 18-22 (paras. 80-81). Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://cws.journals.yorku.ca/index.php/cws/article/view/6232/5420>; UNGA. (18 July 2018). Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://undocs.org/A/73/179>; D.F. Haynes. (2010). 'Lessons From Bosnia's Arizona Market: Harm To Women In A Neoliberalized Postconflict Reconstruction Process'. *University of Pennsylvania Law Review*, 158(6), 1779-829. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.law.upenn.edu/live/files/29-haynes158upalrev17792010pdf>; L.A. Khalfalla. (2011). *Socio-economic Impacts of Privatisation on Women Made Redundant from Sudan's Banking and Manufacturing Sectors*. Thesis submitted to the University of Nottingham. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <http://eprints.nottingham.ac.uk/30668/1/580176.pdf>
- 378 C.R. Enriquez and M.L.Blanco. (2021). *Introduction: Public private partnerships & women's human rights: An exploration in the Global South*. Dawn Informs. Acessado em 2023. https://dawnnet.org/wp-content/uploads/2021/03/DAWN_Informs_on_PPPs_March2021.pdf.
- 379 Relatório para o Conselho de Direitos Humanos. (2023). 'The Independent Expert on protection against violence and discrimination based on sexual orientation and gender identity'. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.ohchr.org/en/documents/thematic-reports/ahrc5337-report-independent-expert-protection-against-violence-and>
- 380 Oxfam International. (26 de junho de 2023). *Poor people being bypassed or bankrupted as rich countries pour development billions into private healthcare*. Press release. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.oxfam.org/en/press-releases/poor-people-being-bypassed-or-bankrupted-rich-countries-pour-development-billions>
- 381 Ibid.
- 382 A. Taneja and A. Sarkar. (2023). *First, Do No harm: Examining the impact of the IFC's support to private healthcare in India*. Oxfam. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.oxfam.org/en/research/first-do-no-harm-examining-impact-ifcs-support-private-healthcare-india>.
- 383 A. Khalfan et al. (2023). *Igualdade Climática*, op. cit.
- 384 Ver, p. ex. Influence Map. (2023). *The Oil and Gas Industry's Policy Advocacy in Africa and Europe*. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://influencemap.org/report/The-European-Oil-Gas-Industry-in-Europe-Africa-22693>
- 385 Oxfam. (2023). *Igualdade Climática*, op. cit.; IEA Analysis. (2020). *The Oil and Gas Industry in Energy Transitions*. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.iea.org/reports/the-oil-and-gas-industry-in-energy-transitions>
- 386 C. Krauss. (18 de Janeiro de 2022). *Exxon sets a 2050 goal for net-zero greenhouse gas emissions*. *The New York Times*. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.nytimes.com/2022/01/18/business/exxon-net-zero-emissions.html>; UN Environment Programme. (n.d.) Net-Zero Banking Alliance. Acessado em 1 de dezembro de 2023.
- 387 A. Sen and D. Nafkote. (2021). *Tightening the Net: Net Zero Climate Targets – Implications for Land and Food Equity*. Oxfam. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://policy-practice.oxfam.org/resources/tightening-the-net-net-zero-climate-targets-implications-for-land-and-food-equ-621205/>

- 388 Ver, p. ex. Climatefiles. (n.d.). *1996 API to White House on Greenhouse Emissions*. Acessado em 1 de dezembro de 2023. www.climatefiles.com/trade-group/american-petroleum-institute/1996-api-white-house-greenhouse; J.H. Cushman (1998) *Industrial group plans to battle climate treaty*, op. cit.; J.H. Cushman. (1997). *Intense Lobbying against Global Warming Treaty*. *New York Times*. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.nytimes.com/1997/12/07/us/intense-lobbying-against-global-warming-treaty.html>; H. Tabuchi. (2021). *Oil producers used Facebook to counter President Biden's clean message, a study shows*. *New York Times*. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.nytimes.com/2021/08/05/climate/oil-facebook-ads-biden.html>
- 389 Por exemplo, nos Estados Unidos, de acordo com uma base de dados, em 2022, o lobby de petróleo e gás gastou mais de US\$ 125 milhões em lobby no governo federal (dois terços dos lobistas eram ex-integrantes do governo). Open Secrets. (2022). *Industry Profile: Oil & Gas*. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.opensecrets.org/federal-lobbying/industries/summary?cycle=2022&id=F01>; Global Witness. (10 November 2022). *636 fossil fuel lobbyists granted access to COP27*. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/fossil-gas/636-fossil-fuel-lobbyists-granted-access-cop27/>; Oxfam. (2023). *Igualdade Climática*, op. cit.
- 390 Influence Map. (2023). *Fossil Fuels Climate Lobbying Update #11*. Acessado em 1 de dezembro de 2023.
- 391 Influence Map. (2023). *Industry lobbying imbalance*, op. cit.
- 392 Influence Map. (2018). *How the US Auto Industry is Dismantling the World's Most Successful Climate Policy*. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://lobbymap.org/report/How-the-US-auto-industry-is-dismantling-the-US-s-most-successful-climate-change-policy-5c079bd28ca4e219519afa0ae462db08>
- 393 Influence Map. (2023). *Anti-ESG and the Fossil Fuel Sector*. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://lobbymap.org/report/Anti-ESG-and-the-Fossil-Fuel-Sector-21873>.
- 394 Oxfam. (2023). *Climate Equality*, op. cit., Corporate Europe Observatory (2021). *Stop the revolving door: fossil fuel policy influencers*. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://corporateeurope.org/en/stop-revolving-door>
- 395 G. Supran and N. Oreskes. (18 de novembro de 2021). *The forgotten oil ads that told us climate change was nothing*. *The Guardian*. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.theguardian.com/environment/2021/nov/18/the-forgotten-oil-ads-that-told-us-climate-change-was-nothing>
- 396 A. Maitland et al. (2022). *Carbon Billionaires*, op. cit.
- 397 Rainforest Action Network et al. (2023). *Banking on Climate Chaos: Fossil Fuel Finance Report 2023*, op. cit.
- 398 A. Maitland et al. (2022). *Carbon Billionaires*, op. cit.
- 399 Oxfam. (2019). *Forced From Home: Climate Fuelled Displacement*. Oxfam media briefing. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://oxfamlibrary.openrepository.com/bitstream/handle/10546/620914/mb-climate-displacement-cop25-021219-en.pdf>; United Nations. (23 de junho de 2022). *"Intolerable tide" of people displaced by climate change: UN expert*. Press release. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.ohchr.org/en/press-releases/2022/06/intolerable-tide-people-displaced-climate-change-unexpert#:~:text=The%20expert%20said%20that%20of%20displacement%20due%20to%20armed%20conflict>
- 400 Oxfam. (2022). *Hunger In a Heating World*. Oxfam media briefing. Acessado em 1 de dezembro de 2023. https://oi-files-d8-prod.s3.eu-west-2.amazonaws.com/s3fs-public/2022-09/ENG%20Climate%20Hunger%20BRIEF_16%20Sept%2022_0.pdf
- 401 Oxfam. (2023). *Igualdade Climática*, op. cit.
- 402 Assembleia Geral da ONU. (2019). *Climate Change and Poverty*. Acessado em 1 de dezembro de 2023. [Undocs.org/A/HRC/41/39](https://undocs.org/A/HRC/41/39)
- 403 Oxfam. (2023). *Igualdade Climática*, op. cit.
- 404 Ibid.
- 405 Ibid.
- 406 Ibid.
- 407 M. Colodenco et al. (2023). *Southern Debt Report: Characteristics and Challenges*. Latindadd and Afrodad. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://globaltaxjustice.org/libraries/latindadd-afrodad-southern-debt-report-characteristics-and-challenges/>
- 408 M. Mazzucato and H.L.Li. (2020). 'The Entrepreneurial State and public options: socialising risks and rewards'. UCL Institute for Innovation and Public Purpose Working Paper 2020–20, Acessado em 1 de dezembro de 2023. https://www.ucl.ac.uk/bartlett/public-purpose/sites/public-purpose/files/final_the_entrepreneurial_state_and_public_options.pdf
- 409 M. Mazzucato. (2023). 'Governing the economics of the common good: from correcting market failures to shaping collective goals'. UCL Institute for Innovation and Public Purpose, Working Paper Series (IIPP WP 2023-08). *Forthcoming in Journal of Economic Policy Reform*. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.ucl.ac.uk/bartlett/public-purpose/wp2023-08>
- 410 Grupo Banco Mundial. *State-Owned Enterprises: Understanding their market effects and the need for competitive neutrality*. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://pubdocs.worldbank.org/en/739371594131714315/15444-WB-SOE-WEB.pdf>
- 411 V. Gaspar, P. Medas and J. Ralyea. (2020). *State-Owned Enterprises in the Time of COVID-19*. IMF Blog. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.imf.org/en/Blogs/Articles/2020/05/07/blog-state-owned-enterprises-in-the-time-of-covid-19>
- 412 J. Stiglitz. (2021). 'The proper role of government in the market economy: the case of the post-COVID recovery'. *Journal of Government and Economy*, 1. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://doi.org/10.1016/j.jge.2021.100004>
- 413 Ibid.; M. Chiponda and A. Songole. (2021). *A Feminist Analysis of the Triple Crisis: Climate Change, Debt, and COVID-19 in Zimbabwe and Kenya*. Feminist Action Nexus. Acessado em 1 de dezembro de 2023. https://wedo.org/wp-content/uploads/2023/07/ActionNexus_TripleCrisisBrief_EN.pdf; UN Women. (28 February 2022). *Explainer: How gender inequality and climate change are interconnected*. UN Women News. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.unwomen.org/en/news-stories/explainer/2022/02/explainer-how-gender-inequality-and-climate-change-are-interconnected>
- 414 Oxfam. (2023). *Igualdade Climática*, op. cit.
- 415 Ibid.
- 416 Oxfam. (2023). *Igualdade Climática*, op. cit.; Rainforest Action Network (2023). p. 5 of 'Banking on Climate Chaos: Fossil Fuel Finance report 2023'. Acessado em 1 de dezembro de 2023. https://www.bankingonclimatechaos.org/wp-content/uploads/2023/08/BOCC_2023_vF.pdf
- 417 J. Setzer and C. Higham. (2022). *Global Trends in Climate Change Litigation: 2022 Snapshot*. Grantham Research Institute. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.lse.ac.uk/granthaminstitute/wp-content/uploads/2022/08/Global-trends-in-climate-change-litigation-2022-snapshot.pdf>

- 418 EarthRights International. (2022). *Silencing Indigenous Communities: The case of a Lignite Coal Mine in Omkoi District, Thailand*. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://earthrights.org/wp-content/uploads/Omkoi-Case-Study-2022.pdf>; EarthRights International (2022); *The Fossil Fuel Industry's use of SLAPPs*, op cit.; Greenpeace International. (2023). *Greenpeace Italy and ReCommon hit with "SLAPP" lawsuit by fossil fuel company ENI. Italy*. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.greenpeace.org/international/press-release/60969/eni-slapp-lawsuit-fossil-fuel-climate-greenpeace-italy-recommon/>; Business & Human Rights Resource Centre (2019). *Silencing the Critics - How big polluters try to paralyse environmental and human rights advocacy through the courts*. Guidance Note. Acessado em 1 de dezembro de 2023. https://media.business-humanrights.org/media/documents/files/Big_Polluters_and_SLAPPs_Briefing_FINAL.pdf.
- 419 Assembleia Geral da ONU. (2022). *Corporate Influence in the Political and Regulatory Sphere*. Acessado em 1 de dezembro de 2023. [Undocs.org/A/77/201](https://undocs.org/A/77/201); Assembleia Geral da ONU. (2021). *The Guiding Principles on Business and Human Rights: Guidance on Ensuring Respect for Human Rights Defenders*. Accessed 1 December 2023. [Undocs.org/A/HRC/47/39/Add.2](https://undocs.org/A/HRC/47/39/Add.2)
- 420 S. Malo. (28 de maio de 2019) *U.N. reform needed to stop companies fighting climate rules: Nobel laureate Stiglitz*. Reuters. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.reuters.com/article/us-climatechange-trade-stiglitz/u-n-reform-needed-to-stop-companies-fighting-climate-rules-nobel-laureate-stiglitz-idUSKCN1S704Y>.
- 421 Assembleia Geral da ONU. (2023). *Paying Polluters*. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://undocs.org/A/78/168>
- 422 M. Mazzucato and H.L. Li. (2020). 'Is it time to nationalise the pharmaceutical industry?' op.cit
- 423 Federal Trade Commission. (2023). *FTC Sues Amazon for Illegally Maintaining Monopoly Power*. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.ftc.gov/news-events/news/press-releases/2023/09/ftc-sues-amazon-illegally-maintaining-monopoly-power>; European Commission. (14 June 2023). *Antitrust: Commission sends Statement of Objections to Google over abusive practices in online advertising technology*. Press release. Brussels. Acessado em 1 de dezembro de 2023. https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip_23_3207
- 424 Scott Morton, FM (2016) "How Do You Enforce Antitrust Law in a Global Marketplace?" Yale Insights: Ideas from the Yale School of Management, Acessado em 2 de dezembro de 2023, insights.som.yale.edu/insights/how-do-you-enforce-antitrust-law-in-global-marketplace; UNDP (2021). *Regional Human Development Report 2021. Trapped: High Inequality and Low growth in Latin America and the Caribbean*. Chapter 3. Acessado em 1 de dezembro de 2023.
- 425 D. Hearn and M. Meagher. (2022). *Stakeholder Capitalism's Next Frontier: Pro- or Anti-monopoly?* American Economic Liberties Project. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.economicliberties.us/our-work/stakeholder-capitalisms-next-frontier/>; M. Meagher. (24 March 2021). *Adaptive Antitrust*. ABA Spring Meeting 2021 Course Materials, Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=3816662>
- 426 M. Watzinger and M. Schnitzer. (2022). 'The Breakup of the Bell System and its Impact on US Innovation'. Acessado em 1 de dezembro de 2023. https://www.monika-schnitzer.com/uploads/4/9/4/1/49415675/watzinger_schnitzer_breakup_of_bell.pdf
- 427 F. Poege. (2022). 'Competition and Innovation: The Breakup of I Farben.' Boston University School of Law Research paper No # 22-24. Acessado em 1 de dezembro de 2023. https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=4199672
- 428 T. Babina et al. (2023). 'Antitrust Enforcement Increases Economic Activity', op. cit.
- 429 D. Baker. "PATENTS, COPYRIGHTS, AND INEQUALITY". *The Great Polarization: How Ideas, Power, and Policies Drive Inequality*. R. von Arnim and J.E. Stiglitz (eds.). New York Chichester, West Sussex: Columbia University Press, 2022, 275–296. <https://doi.org/10.7312/arni19926-011>
- 430 Por exemplo, no acesso a vacinas durante a pandemia de Covid-19. Oxfam. (5 de fevereiro de 2021). *Monopolies causing "artificial rationing" in COVID-19 crisis in three biggest global vaccine giants sit on sidelines*. Press release. Oxfam. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.oxfam.org/en/press-releases/monopolies-causing-artificial-rationing-covid-19-crisis-3-biggest-global-vaccine>
- 431 E. Perot. (2023). 'Technology transfer, climate change and the developing countries: the difficulties posed by green patents'. *Journal of Intellectual Property Law and Practice*, 18(5), 397–406. <https://academic.oup.com/jiplp/article-abstract/18/5/397/7160514?redirectedFrom=fulltext>
- 432 N. Abernathy and K. Bozarth. (2019). *Reviving Public Power through Public Options*. Roosevelt Institute Blog. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://rooseveltinstitute.org/2019/04/29/reviving-public-power-through-public-options/>
- 433 OHCHR. (2012). *Guiding Principles on Business and Human Rights: Implementing the United Nations "Protect, Respect and Remedy" Framework*. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.ohchr.org/en/publications/reference-publications/guiding-principles-business-and-human-rights>
- 434 Actionaid. (2021). *Feminists for a binding treaty: Key Recommendations on the third revised draft dated 17 August 2021 of the legally binding instrument to regulate, in international human rights law, the activities of transnational corporations and other business enterprises*. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://actionaid.nl/wp-content/uploads/2021/10/Formatted-Final-F4BT-key-recommendations-2021-3rd-treaty-draft-ENGLISH.docx-2-1.pdf>
- 435 European Commission. (23 de fevereiro de 2022). *Just and sustainable economy: Commission lays down rules for companies to respect human rights and environment in global value chains*. Press release. Brussels. Acessado em 1 de dezembro de 2023. https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip_22_1145
- 436 Oxfam International. (2023). *Closing the loopholes: Recommendations for an EU corporate sustainability law which works for rights holders*. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.amnesty.org/en/documents/ior60/6539/2023/en/>
- 437 R. Mhlanga et al. (2023). *Valuing Women's Work: A framework for business on gender equality and decent work*. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://policy-practice.oxfam.org/resources/valuing-womens-work-a-framework-for-business-on-gender-equality-and-decent-work-621552/>
- 438 J. Blundell. (2021). 'Wage responses to gender pay gap reporting requirements'. Centre for Economic Performance Discussion paper no 1750. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://cep.lse.ac.uk/pubs/download/dp1750.pdf>
- 439 Por exemplo, o Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial.
- 440 F. Rhodes. (2016). *Women and the 1%: How extreme economic inequality and gender inequality must be tackled together*. Oxfam International. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.oxfam.org/en/research/women-and-1>
- 441 A. Addati, U. Cattaneo and E. Pozzan. (2022). *Care for work: Investing in care leave and services for a more gender equal world of work*. ILO. Acessado em 1 de dezembro de 2023. https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms_838653.pdf
- 442 J. Bivens and J. Kandra. (2023). *CEO pay slightly declined in 2022*. Economic Policy Institute. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.epi.org/publication/ceo-pay-in-2022/#full-report>
- 443 X. Chen, W. Torsin e A. Tsang (2021) *International differences in the CEO gender pay gap*. *Corporate Governance: An international review*. 30(5), 516–541, Acessado em 2 de dezembro de 2023. <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/corg.12421>
- 444 K. Haan. (2023). *Gender Pay Gap Statistics in 2023*. Forbes. <https://www.forbes.com/advisor/business/gender-pay-gap-statistics/>
- 445 Ver, p. ex. nos Estados Unidos: W. Williams. (2023). *Wage gaps by Race: its history, importance, and impact*. Investopedia. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.investopedia.com/wage-gaps-by-race-5073258>

- 446 Ver Nota Metodológica, estatística 1.9.
- 447 S. Hebous, D. Prihardini and N. Vernor. (2022). 'Excess Profit Taxes: Historical Perspective and Contemporary Relevance'. IMF Working paper. Acessado em 1 de dezembro 2023. <https://www.imf.org/en/Publications/WP/Issues/2022/09/16/Excess-Profit-Taxes-Historical-Perspective-and-Contemporary-Relevance-523550>
- 448 Tax Justice Network. (n.d.). What is a global asset register? Acessado em 4 de dezembro de 2023. <https://taxjustice.net/faq/what-is-a-global-asset-register/>
- 449 Global Alliance for Tax Justice. (2023). *Historic UN Tax Vote - A Tremendous Win for Africa and the Global Fight for tax Justice*. Global Alliance for Tax Justice. Sao Paulo. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://globaltaxjustice.org/news/historic-un-tax-vote-a-tremendous-win-for-africa-and-the-global-fight-for-tax-justice/>
- 450 M. Conway et al. *Race and Gender Wealth Equity and the role of Employee Share Ownership*. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.aspeninstitute.org/wp-content/uploads/2021/03/Race-and-Gender-Wealth-Equity-and-the-Role-of-Employee-Share-Ownership.pdf>
- 451 A. Maitland and S. Ciencia. (2018). *The Future of Business: Shaping inclusive growth in South-East Asia*. Oxfam. Acessado em 1 de dezembro de 2023. https://oi-files-cng-v2-prod.s3.eu-west-2.amazonaws.com/asia.oxfam.org/s3fs-public/file_attachments/Shaping-Inclusive-Growth-in-Southeast-Asia-Full-Report.pdf
- 452 Ibid.
- 453 CafeDirect audited accounts for 2022. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.cafedirect.co.uk/wp-content/uploads/2023/03/FY2022-Cafedirect-plc-Statutory-Accounts-signed.pdf>
- 454 CafeDirect. (2021). *Impact Report 2021*. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.cafedirect.co.uk/wp-content/uploads/2023/02/2021-IMPACT-REPORT.pdf>
- 455 E. McCormick. (2022). *Patagonia's billionaire owner gives away company to fight climate crisis*. *The Guardian*. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.theguardian.com/us-news/2022/sep/14/patagonias-billionaire-owner-gives-away-company-to-fight-climate-crisis-yvon-chouinard>
- 456 B. Doherty et al. (2020). 'Creating the New Economy: Business models that put people and planet first'. White Rose Research Report. Acessado em 2023. https://eprints.whiterose.ac.uk/155977/1/Buisness_Model_Report.pdf.
- 457 S. Smith. (2014). Promoting cooperatives: an information guide to ILO Recommendation No. 193. International Labour Organization. Acessado em 1 de dezembro de 2023. https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/---emp_ent/---coop/documents/publication/wcms_311447.pdf
- 458 H. Beardon. (2020). *The World Fair Trade Organization: Scaling equitable business models*. Oxfam. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://oxfamlibrary.openrepository.com/bitstream/handle/10546/621104/cs-world-fair-trade-organization-201120-en.pdf?sequence=1>
- 459 J. Cox. (2018). *More people called David and Steve lead FTSE 100 companies than women and ethnic minorities*. *The Independent*. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.independent.co.uk/news/business/news/women-ftse-100-gender-discrimination-pay-gap-board-representation-chief-executive-a8244361.html>
- 460 B. Doherty et al. (2020). 'Creating the New Economy: Business models that put people and planet first', op. cit.
- 461 T. Dudley and E. Rouen. (2021). *The Big Benefits of Employee Ownership*. *Harvard Business Review*. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://hbr.org/2021/05/the-big-benefits-of-employee-ownership>
- 462 I. Albizuri. (2023). *The Entrepreneurial Ecosystem Framework: Mondragon case*. https://social.desa.un.org/sites/default/files/inline-files/ALBIZURI_Paper_1.pdf; J. Neumann. (2022). *How a Worker-Owned Business Model in Spain is Keeping Inequality in Check*. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.bloomberg.com/news/features/2022-06-30/worker-owned-business-model-in-spain-is-keeping-inequality-in-check>
- 463 Oxfam Brasil. (2023). *Combate às desigualdades volta com força à ONU em discurso de Lula*. (Portuguese). Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.oxfam.org.br/noticias/combate-as-desigualdades-volta-com-forca-a-onu-em-discurso-de-lula/>
- 464 A. Isaac. (2022). *UN agrees global tax rules resolution giving developing nations greater say*. *The Guardian*. Accessed 1 December 2023. <https://www.theguardian.com/world/2022/nov/23/un-agrees-global-tax-rules-resolution-giving-developing-nations-greater-say>
- 465 MSF. (2023). *MSF responds to groundbreaking news that Johnson & Johnson will not enforce patents on key TB drug bedaquiline in low-and middle-income countries*. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://msfsouthasia.org/msf-responds-to-groundbreaking-news-that-johnson-johnson-will-not-enforce-patents-on-key-tb-drug-bedaquiline-in-low-and-middle-income-countries/>
- 466 Schiphol Airport. (2023). *Schiphol to be quieter, cleaner and better: night closure, ban on private jets and people first*. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://news.schiphol.com/schiphol-to-be-quieter-cleaner-and-better-night-closure-ban-on-private-jets-and-people-first/>
- 467 Reuters. (2022). *Climate activists block private jets at Amsterdam's Schiphol Airport*. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.reuters.com/business/coop/activists-block-private-jet-traffic-schiphol-airport-2022-11-05/>
- 468 R. Neate. (2022). *Millionaires call on governments worldwide to 'tax us now'*. *The Guardian*. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.theguardian.com/business/2022/jan/19/millionaires-call-on-governments-worldwide-to-tax-us-now>
- 469 International Cooperative Alliance. Retrieved from <https://www.ica.coop/en/cooperatives/facts-and-figures>
- 470 Aljazeera. (2023). *US trade commission files anti-trust lawsuit against online retailer Amazon*. Acessado em 1 de dezembro de 2023. <https://www.aljazeera.com/news/2023/9/26/us-trade-commission-files-anti-trust-lawsuit-against-online-retailer-amazon>
- 471 A. Hern and L. O'Carroll. (2023). *EU regulator orders Google to sell part of ad-tech business*. *The Guardian*. Accessed 1 December 2023. <https://www.theguardian.com/technology/2023/jun/14/eu-regulator-google-sell-ad-tech-business-competition-commission>

Oxfam

A Oxfam é uma Confederação internacional de 21 organizações, que trabalham com parceiros e aliados, alcançando assim milhões de pessoas em todo o mundo. Juntas e juntos, enfrentamos as desigualdades para acabar com a pobreza e as injustiças, agora e no longo prazo – para um futuro mais justo e menos desigual. Para mais informações, visite www.oxfam.org

Oxfam America (www.oxfamamerica.org)

Oxfam Aotearoa (www.oxfam.org.nz)

Oxfam Australia (www.oxfam.org.au)

Oxfam-in-Belgium (www.oxfamsol.be)

Oxfam Brasil (www.oxfam.org.br)

Oxfam Canada (www.oxfam.ca)

Oxfam Colombia (www.oxfamcolombia.org)

Oxfam Denmark (www.oxfam.dk)

Oxfam France (www.oxfamfrance.org)

Oxfam GB (www.oxfam.org.uk)

Oxfam Germany (www.oxfam.de)

Oxfam Hong Kong (www.oxfam.org.hk)

Oxfam India (www.oxfamindia.org)

Oxfam Intermón (Spain) (www.oxfamintermon.org)

Oxfam Ireland (www.oxfamireland.org)

Oxfam Italy (www.oxfamitalia.org)

Oxfam Mexico (www.oxfammexico.org)

Oxfam Novib (Netherlands) (www.oxfamnovib.nl)

Oxfam Québec (www.oxfam.qc.ca)

Oxfam South Africa (www.oxfam.org.za)

KEDV (www.kedv.org.tr)



OXFAM